



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUCIANA XAVIER VIANA

**ROTA DAS REVOLUÇÕES 1817 E 1824: UM PASSEIO HISTÓRICO E SENTIMENTAL
PELOS MONUMENTOS, RUAS E PRAÇAS DO CENTRO DO RECIFE**

RECIFE

2025

LUCIANA XAVIER VIANA

**ROTA DAS REVOLUÇÕES 1817 E 1824: UM PASSEIO HISTÓRICO E SENTIMENTAL
PELOS MONUMENTOS, RUAS E PRAÇAS DO CENTRO DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História - (PROFHISTÓRIA) – UFPE do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros.

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Viana, Luciana Xavier.

Rota das Revoluções 1817 e 1824: um passeio histórico e sentimental pelos monumentos, ruas e praças do Centro do Recife / Luciana Xavier Viana. - Recife, 2025.
142f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, 2025 DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - (PROFHISTÓRIA).

Orientação: Ricardo Pinto de Medeiros.
Inclui referências e anexos.

1. Ensino de História; 2. Educação Patrimonial; 3. Roteiros Urbanos. I. Medeiros, Ricardo Pinto de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LUCIANA XAVIER VIANA

**ROTA DAS REVOLUÇÕES 1817 E 1824: UM PASSEIO HISTÓRICO E SENTIMENTAL
PELOS MONUMENTOS, RUAS E PRAÇAS DO CENTRO DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

RECIFE

2025

Aos meus alunos, por mostrar um mundo novo
a cada aula compartilhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos e à minha família pelo apoio e torcida durante toda essa jornada. Sou grato ao corpo docente, discente e à gestão da EREM Santos Dumont pela compreensão e apoio à importância do trabalho desenvolvido ao longo dos dois anos de Mestrado.

Agradeço também aos Pibidianos que colaboraram na EREM Santos Dumont durante nossa parceria com a UFPE nas atividades de 2020, 2022 e agora em 2025.

Aos meus colegas da turma de 2023 do ProfHistória UFPE, agradeço pelo companheirismo e pela amizade que tornaram este período mais leve e agradável, assim como aos nossos professores pelos momentos de aprendizado compartilhado.

Um agradecimento especial ao Professor Arnaldo Szlachta, que me incentivou a retornar à Universidade, e ao meu orientador, Professor Ricardo Pinto de Medeiros, pela dedicação que possibilitou a realização deste trabalho.

Por fim, dedico este trabalho à minha mãe, Maria Anunciada Xavier Viana (*in memoriam*), que, durante minha infância e adolescência apresentou a mim e a minha irmã Fabiana, as ruas estreitas do Centro do Recife, cultivando assim o amor profundo que sinto por esta cidade.

RESUMO

Este trabalho presta-se a apresentar roteiros aos monumentos históricos, igrejas, praças, lugares e espaços em Recife onde os principais acontecimentos que estão relatados no Currículo de Pernambuco direcionados aos conteúdos abordados no segundo ano do ensino médio possam ser conhecidos e frequentados por estudantes de escolas públicas, uma vez que, em sua grande maioria, têm esses locais como espaços desconhecidos em nossa cidade. Utilizaremos para isto os conceitos de Lugares de Memória de Pierre Nora, de Memória de Michel Pollak, de Patrimônio Cultural de José Reginaldo Santos Gonçalves, as vivências da Educação Patrimonial de Átila Tolentino, Carmem Gil, da Didática da História com autores como Borries von Bodo, Klauss Bergmann e Jörn Rüsen e do Ensino de História com Professora Flávia Caimi, dentre outros. Evidenciaremos esses lugares buscando trabalhar com a Educação Patrimonial para propiciar uma memória afetiva para os educandos, direcionando-os a uma cidadania cultural, onde o direito à memória esteja presente e vinculado à necessidade de preservação destes locais, identificando sua importância enquanto patrimônio cultural, estando tombado como patrimônio histórico ou na possibilidade de um dia ser. O espaço urbano pode ser um espaço escolar, desde que possamos direcionar o olhar de forma crítica para questionarmos cada canto, cada construção e cada ocupação da cidade. Apresentaremos como produto final um roteiro de aula de campo para os locais onde ocorreram a Insurreição Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824 com as Cartas de Orientação e folheto explicativo direcionados para esta finalidade.

Palavras-Chave: ensino de história; educação patrimonial; revoluções pernambucanas, roteiros urbanos; Recife.

ABSTRACT

This work proposes the creation of educational itineraries to historical monuments, churches, public squares, and other significant sites in Recife where key events covered in the Pernambuco Curriculum for the second year of high school took place. These itineraries aim to make culturally and historically important locations more accessible to students from public schools—especially the one where I have taught since 2008—since many of these places remain largely unknown to the city’s youth. The initiative seeks to transform the urban environment into a living classroom, connecting curriculum content with real-world experiences. The theoretical foundation includes Pierre Nora’s concept of places of memory, Michel Pollak’s reflections on memory, and José Reginaldo Santos Gonçalves’ view of cultural heritage. Heritage education practices by Átila Tolentino and Carmem Gil, along with didactic perspectives from Bodo von Borries, Klaus Bergmann, Jörn Rüsen, and Flávia Caimi, also support the proposal. These frameworks guide the selection and reinterpretation of historical sites, fostering affective memory, cultural citizenship, and the recognition and preservation of these spaces as shared heritage. Urban space can become pedagogical when observed through a critical lens that questions every corner, building, and occupation of the city. As the final product, this research presents a field lesson plan for the locations of the Pernambuco Insurrection of 1817 and the Confederation of Ecuador of 1824, accompanied by guidance letters and explanatory pamphlets to support and enrich students’ learning experiences.

Keywords: history teaching; heritage education; Pernambuco revolutions; urban itineraries; Recife.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEH - Associação Brasileira de Ensino de História

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Artístico Nacional

EREM – Escola de Referência em Ensino Médio

ETEPAM – Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPAN – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

RPV-PE – Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	- Mapa atual dos bairros de São José, Santo Antônio e do Recife.....	47
Imagem 2	- Vista do Recife tomada do Forte do Brum (século XVIII) — Acervo Digital Afro-Brasileiro.....	57
Imagem 3	- Vista atual do Forte do Brum.....	57
Imagem 4	- Rua da Cruz tendo ao fundo a Porta ou Arco do Bom Jesus - Maria Graham - 1821.....	58
Imagem 5	- Rua do Bom Jesus atualmente.....	59
Imagem 6	- Placa localizando a rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus.....	60
Imagem 7	- Sinagoga Kahal Zur Israel, Recife.....	60
Imagem 8	- Trecho do Mapa do Porto de Pernambuco e Cidade do Recife com sobreposição do traçado do Recife no século XIX e Maurícia no século XVII, Marino Berenguer, 1876.....	61
Imagem 9	- Praça do Marco Zero - Recife.....	62
Imagem 10	- Antigo edifício do Erário Régio.....	63
Imagem 11	- Foto atual do Palácio do Campo das Princesas.....	63
Imagem 12	- Bênção das bandeiras dos revolucionários pernambucanos. Obra de Antônio Parreiras - Antônio Parreiras/Museu da Cidade do Recife...	64
Imagem 13	- Monumento aos Heróis da Revolução Pernambucana de 1817, de Abelardo da Hora, inaugurado em 1994.....	65
Imagem 14	- Mapa da Cidade Maurícia localizando o Forte Ernesto.....	66
Imagem 15	- Fachada atual do Convento de Santo Antônio, Recife.....	67
Imagem 16	- Imagem atual da sede do Arquivo Público de Pernambuco.....	68
Imagem 17	- Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre a antiga Cadeia do Recife.....	68
Imagem 18	- Extrato da gravura "Mauritiópolis" de Frans Post com a Ponte do Recife em destaque, c. 1645.....	69
Imagem 19	- Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre a Ponte do Recife.....	70

Imagem 20	- Igreja Calvinistas dos Franceses.....	71
Imagem 21	- Vista da fachada da Igreja do Divino Espírito Santo.....	72
Imagem 22	- Vista do Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley.....	73
Imagem 23	- Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o Palácio Velho.....	73
Imagem 24	- Antigo Colégio dos Jesuítas do Recife, a partir de 1855 convertido na Igreja do Divino Espírito Santo.....	74
Imagem 25	- Cartão Postal Praça Dezesete, Recife.....	75
Imagem 26	- Quartel de Artilharia.....	76
Imagem 27	- Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o Quartel de Artilharia.....	76
Imagem 28	- Sobreposição de mapas feita por Menezes (1998). Mapa 11.....	77
Imagem 29	- Fachada atual da Basílica de Nossa Senhora do Carmo, centro do Recife.....	78
Imagem 30	- Pátio do Terço - Recife, 1878.....	79
Imagem 31	- Fachada atual da Igreja de Nossa Senhora do Terço da rua Vidal de Negreiros, Bairro de São José.....	79
Imagem 32	- Placa no piso de entrada da Igreja de Nossa Senhora do Terço, bairro de São José - Centro do Recife, informando que Frei Caneca foi despido de suas vestes sacerdotais para ser encaminhado ao seu arcabuzamento logo em seguida.....	80
Imagem 33	- Cidade do Recife (Brasil) no século XVII mostrando o Forte das Cinco Pontas 1665 Atlas de Vingboons (1665).....	81
Imagem 34	- Vista aérea do Forte de Cinco Pontas localizado no Bairro de São José, Centro do Recife.....	81
Imagem 35	- Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o Forte de Cinco Pontas, atual Museu da Cidade do Recife.....	82
Imagem 36	- Muro do Forte de Cinco Pontas, local onde há placa alusiva ao suposto local do arcabuzamento de Frei Caneca.....	82
Imagem 37	- Vista aérea dos bairros do Centro do Recife envolvidos nesta dissertação: Santo Antônio, São José e o Bairro do Recife.....	82

Imagem 38	- Bandeira Republicana de 1817 idealizada pelo Padre João Ribeiro de Melo Montenegro, pintada por Antônio Alvares e costurada por José Ribeiro do Ó Barbosa, líderes da revolução.....	97
Imagem 39	- Registro fotográfico do painel sobre a Confederação do Equador, Forte do Brum - Recife em 22 Nov 2024.....	107
Imagem 40	- Frente ao Forte do Brum. Recife, 22 Nov 2024.....	108
Imagem 41	- Foto do Marco Zero. Recife, 22 de Novembro de 2024.....	109
Imagem 42	- Visitação no Palácio do Campo das Princesas. Recife, 22 de Novembro de 2024.....	110
Imagem 43	- Praça da República. Recife, 22 de Nov 2024.....	111
Imagem 44	- Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre a Ponte Maurício de Nassau. Recife, 22 de Novembro de 2024.....	112
Imagem 45	- Igreja de Nossa Senhora do Terço. Recife, 22 de Novembro de 2024.....	114
Imagem 46	- Forte de Cinco Pontas - Museu da Cidade do Recife. Recife, 22 de Novembro de 2024.....	115
Imagem 47	- Pranchas didáticas utilizadas durante aula de campo em Joinville-SC, produzidas por estudantes do curso de História da Univille.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Competências específicas e habilidades das Ciências Humanas Aplicadas ao Ensino Médio.....	40
Quadro 2	- Etapas da Educação Patrimonial.....	88
Quadro 3	- Habilidades e Objetos do Conhecimento.....	100
Quadro 4	- Perguntas para análise de monumentos, sítios históricos e/ou meio ambientes.....	102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2. MEMÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA.....	22
2.1 Memória e lugares de memória.....	22
2.2 Cidadania e patrimônio cultural.....	25
2.3 Educação patrimonial e ensino de história.....	31
3 RECIFE E O SEU PROTAGONISMO HISTÓRICO.....	43
3.1 O Bairro do Recife.....	47
3.2 O Bairro de Santo Antônio.....	49
3.3 O Bairro de São José.....	52
3.4 Os monumentos históricos do Centro do Recife.....	55
4 AULAS DE CAMPO DE HISTÓRIA: UM ROTEIRO PEDAGÓGICO E AFETIVO PELAS RUAS DO RECIFE.....	84
4.1 A relação dos conteúdos do roteiro com o currículo do segundo ano do ensino médio	84
4.2 A seleção dos conteúdos e dos trajetos.....	88
4.3 1817 - A Data Magna de Pernambuco.....	91
4.4 1824: “Aqui Frei Caneca despiu-se de suas vestes sacerdotais” Roteiro Pedagógico pelas ruas do Recife.....	101
4.5 Rota das revoluções - 1817 e 1824 a história do centro do Recife contada através dos seus monumentos.....	106
4.6 A construção dos roteiros históricos - O produto final.....	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXO A - Cartas de Orientação e Folheto.....	130
ANEXO B - Folheto rota das revoluções.....	141

1 INTRODUÇÃO

Nasci em Recife e passei minha infância em Jaboatão dos Guararapes, local onde os povos originários chamavam de Yapoatan, em referência a uma árvore utilizada na construção de mastros e embarcações. Estudei em escola particular até a sexta série do ensino fundamental, depois na Fundação Bradesco e, por fim, no ensino médio na Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães (ETEPAM), onde me envolvi no movimento estudantil, lutando por uma educação pública de qualidade. Fiz parte da diretoria do Grêmio Estudantil Edson Luiz e desenvolvi um gosto por estudar e superar minhas notas. Durante esse período, estagiei na Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, onde trabalhei por um ano, recebendo um salário mínimo da Prefeitura de Olinda. Essa experiência me despertou para a Educação Patrimonial.

A ETEPAM foi mais que uma escola para mim; foi como uma universidade. Fiz amigos e decidi cursar História, buscando uma forma de contribuir para uma sociedade mais justa e preservar nossa memória e patrimônio. Entrar na universidade não foi fácil, mas eu estava determinada a conseguir uma vaga em uma instituição pública. Durante minhas tentativas, participei do Coral Canto da Boca, um projeto de extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que me proporcionou experiências incríveis aproximando-me da Cultura Popular.

Finalmente, ingressei na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no segundo semestre de 2000, realizando meu sonho. No quinto período, meu filho Lauro nasceu, trazendo mais alegria à minha vida. Concluí minha graduação e Especialização em História das Artes e Religião com o apoio dos avós de Lauro. Minha monografia foi sobre o Acorda Povo de Areias, uma manifestação cultural que ainda existe no bairro, e ao estudá-la, comecei a me envolver com os rituais e com sua guardiã, dona Nenzinha.

Iniciei meus trabalhos enquanto Professora da Rede pública de ensino do Estado de Pernambuco através de Concurso Público em 11/02/2008. Fui lotada na Escola Heróis da Restauração em Areias e permaneci até 2012. Escola de pequeno porte, de comunidade e com uma equipe pedagógica fantástica. Neste período realizamos várias atividades interdisciplinares desde uma réplica do Baile do Menino Deus até fazer o Boi Voar com uma encenação sobre Maurício de Nassau onde toda a comunidade escolar foi mobilizada para um espetáculo realizado na praça ao lado da escola que leva o mesmo nome. Lá também abordamos diversos conteúdos para os alunos como o debate sobre os torturados pela Ditadura Militar com a presença do então vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira. De 2008

até 2011 atuei paralelamente em outras escolas com o Projeto Travessia (Escola Afrânio Godoy, Barros de Carvalho e Barão de Bonito).

Em fevereiro do ano de 2012 ocorreu minha transferência para a Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont localizada no bairro de Boa Viagem onde atuo até hoje. Temos uma média de 700 alunos para a modalidade de ensino de turno integral, distribuídos em 18 salas de aula. A realidade do Santos Dumont é parecida com a vivência que tive na ETEPAM. São alunos oriundos de vários locais da cidade. Nossa equipe preza pela qualidade de ensino/aprendizagem e temos o que chamamos de “olhar diferenciado” para os alunos com dificuldades sejam eles no âmbito escolar ou no pessoal. A forma humanizada em que analisamos caso a caso faz com que eu enfrente a av Recife, seu trânsito e suas enchentes.

Em 2020 um professor da EREM Santos Dumont comentou sobre o interesse da Universidade pela reestruturação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - História que estava parado. Participei do edital de seleção para Supervisor e nesta ocasião conheci o Professor Doutor Arnaldo Martin Szlachta Junior, então Coordenador do PIBID História UFPE. Foi dele a sugestão para trabalharmos com Educação Patrimonial. Realizamos a primeira edição em 18 meses (2020-2022) com 10 pibidianos, trabalhando com 6 turmas dos segundos anos e o nosso produto final foi o Podcast Lugares de memória em Boa Viagem¹ trabalho pelo qual tenho imenso orgulho de ter participado.

Ao entender que o processo de patrimonialização também é um ato político e requer o desejo das comunidades para que um bem possa ser reconhecido como tal, fez com que pudéssemos refletir por buscar espaços no entorno da Escola que houvesse uma relevância significativa para aqueles alunos. Ao apresentarmos os nossos lugares de memória, estivemos de forma democrática analisando o contexto histórico e social em que o bairro de Boa Viagem está inserido e assim, o colocando numa perspectiva em que o ambiente e diferentes contextos foram abordados ao dar sentidos e significados, utilizando da crítica para entender principalmente qual é nosso papel e nossa identificação com os patrimônios que nos são impostos (Tolentino, 2016).

A segunda experiência PIBID ocorreu entre outubro de 2022 e abril de 2024, desta vez com o título de Frevo Patrimônio Imaterial . O projeto introduziu os trabalhos realizados dentro do Componente Curricular História da Cultura de Pernambuco com estudantes dos Segundos anos do Ensino Médio. Os alunos, com participação ativa dos pibidianos, ficaram empenhados em apresentar o histórico das agremiações estudadas, seus hinos, estandartes e/ou flabelos. Foram analisadas as representações de clubes de frevo, troças, clubes de

¹ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2zm87zFukYcMbJWt4bFLUH> Acesso em: 5 jan. 2025.

bonecos e blocos de pau e corda que transformam o carnaval das cidades de Olinda e Recife em um atrativo entretenimento e investimento que movimenta a economia local.

Posteriormente foi realizada uma análise dos lugares e personagens que envolviam o Frevo, resultando em duas Semanas de Educação Patrimonial, a culminância do ciclo junino, a caminhada pelo Centro do Recife e na elaboração de aulas referentes aos patrimônios Materiais, Imateriais e Vivos de Pernambuco. Além disso, foram elaborados roteiros históricos para apresentar aos alunos, parte dos monumentos exibidos em sala de aula existentes no Centro do Recife. O trabalho gerou um Podcast chamado Frevo Patrimônio Imaterial². A realização do projeto proporcionou uma inovação no aprendizado da História através da Educação Patrimonial tanto para alunos quanto para os pibidianos.

A nossa proposta foi de apropriarmos os temas apresentados no Componente Curricular Eletiva História da Cultura de Pernambuco para ampliar os conhecimentos referentes ao nosso Estado bem como os temas relacionados ao Patrimônio Material, Imaterial e Vivos. Consta também no nosso subprojeto apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a intenção de trabalharmos com estímulo ao uso de tecnologias para o Ensino de História com o conceito de Mobile Learning, que é uma modalidade de ensino e aprendizagem relativamente recente, que permite a alunos e professores criarem novos ambientes de aprendizagem, se utilizando de dispositivos móveis com acesso à Internet.

Nosso objetivo específico foi criar a execução de um trabalho que associe a área de Ensino de História com as concepções da Educação patrimonial através de ações que pudéssemos estimular os alunos a um aprendizado diferenciado onde a apresentação dos conteúdos estivessem voltados para a descoberta de espaços em nossa cidade em que o estudo, a análise do contexto histórico e a funcionalidade daqueles locais fossem acessíveis aos nossos alunos.

Conversando sobre o PIBID e outros assuntos, o Professor Arnaldo comentou sobre o ProfHistória. Fiquei interessada e ao mesmo tempo temerosa visto que terminei a graduação em março de 2005 e a Especialização em fevereiro de 2006 e era um longo tempo que estava fora da Academia. Foi então que outra pessoa muito importante me ajudou com suas aulas online, o Professor Doutor Lucas Victor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Fiz a primeira vez a prova do ProfHistória em 2021 de forma online, durante o período pandêmico. Não passei por pouco e também acho que não era o momento. Fiz a prova no ano seguinte e

² Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2DhQ38MDryMsB8bVZE9toj?si=6f5c705a6f7449b3> Acesso em: 5 jan. 2025.

consegui entrar. Quem nos deu a notícia da minha aprovação foi meu hoje então colega de ProfHistória, Cleber Moraes, meu antigo parceiro da Escola de Referência Em Ensino Médio (EREM) Santos Dumont, onde trabalhamos juntos de 2012 até 2015.

Pernambuco sempre esteve em evidência ao tratarmos da História do Brasil. Somos “a Capitania que deu certo” e isso vem sendo registrado desde o primeiro Livro Didático escrito em Português por Joaquim Manoel de Macedo (1861).³

Diante da importância do nosso Estado e principalmente a relevância histórica da nossa cidade, como direcionar o olhar dos nossos estudantes para os locais de história e memória dos principais fatos ocorridos em Recife? De que forma podemos fazer para que o aluno das escolas públicas situadas nas Gerências Regionais de Ensino⁴ situadas no Recife possam ter acesso aos monumentos e espaços de História da nossa cidade? O que falta para o professor levar esses alunos ao acesso desses locais? De que forma podemos fazer para que o aluno das escolas públicas situadas nas Gerências Regionais de Ensino da cidade do Recife possam ter acesso aos monumentos e espaços de História da nossa cidade? Esses locais são acessíveis para estudantes de escola pública? Quais os principais conteúdos do Segundo Ano do Ensino Médio ocorridos em Recife que constam no currículo de Pernambuco? Quais desses locais são patrimônios tombados⁵? São perguntas que sempre deixaram em mim uma inquietação muito grande visto que os nossos estudantes conhecem pouco ou quase nada do Centro do Recife. Convivemos com uma geração em que o máximo de conhecimento está apenas registrado no Marco Zero, situado no Bairro do Recife ou na rua da Moeda, localizada neste mesmo bairro.

³ Em “Lições de História do Brasil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo” publicado em 1861 para alunos do quarto ano daquela mesma instituição de ensino.

⁴ Compete às Gerências Regionais de Educação: exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnica, orientação normativa e de articulação e integração, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino; promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição, com ênfase na melhoria da gestão da rede e da qualidade da aprendizagem do aluno; orientar as comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais; promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado; coordenar o processo de organização do atendimento escolar, de apoio ao aluno e à rede física; aplicar as normas de administração de pessoal, garantindo o seu cumprimento na respectiva jurisdição; planejar e coordenar as ações administrativas e financeiras necessárias ao desempenho das suas atividades; organizar o funcionamento da inspeção escolar no âmbito da sua jurisdição; coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição; Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=40599&complemento=0&ano=2014&tipo=&url=> Acesso em: 5 jan. 2025.

⁵ De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126> Acesso em: 5 jan. 2025.

Recife, ao longo de sua história, tem sido palco de acontecimentos importantes, alguns de repercussão nacional. Mas onde ocorreram esses fatos? Até onde os estudantes de escola pública tem acesso a esses locais? Durante as Semanas de Educação Patrimonial⁶, ocorridas tanto em 2020 quanto no primeiro semestre de 2023, ao serem apresentados aos monumentos tombados do Recife e indagados se tinham conhecimento acerca da importância para a História do Brasil, muitos estudantes expressaram uma estranheza, vistos que além de não conhecerem, eles não sabiam onde ficavam tais monumentos ou locais abordados e os poucos que sabiam não acessam essas áreas. Foi também neste espaço de tempo que um colega do ProfHistória trouxe sua turma de estudantes de Agrestina para uma aula de campo pelo centro do Recife e indagou se havia algum roteiro de campo onde pudesse apresentar os locais históricos mais emblemáticos da capital. Sempre andei por aquelas ruas, becos e vielas do Centro do Recife e esses lugares sempre chamaram a minha atenção por sua beleza e por relacioná-los automaticamente aos fatos históricos.

Durante as aulas para os Segundos Anos do Ensino Médio, onde apresentava fotografias dos locais e fazia a correlação com os acontecimentos, também surpreendeu-me o fato desses estudantes não estarem familiarizados com tais lugares de nossa cidade. A partir do exposto, senti a necessidade de levar os estudantes para as áreas abordadas em sala, para que pudessem entender através das aulas de campo, a localização de determinados fatos históricos ocorridos em nossa cidade que tem repercussão nacional e alguns estão registrados no Currículo de Pernambuco.

Ao longo da minha trajetória no Mestrado Profissional em Ensino de História, participei de diversos eventos acadêmicos, como simpósios, encontros e congressos nacionais e regionais, que estimularam a ideia de trabalhar com roteiros urbanos. No Simpósio Nacional da ANPUH em São Luís-MA, um colega apresentou um roteiro urbano relacionando a cidade do Rio de Janeiro à história nacional, o que me inspirou a desenvolver uma abordagem semelhante para Recife, focado nos acontecimentos de 1817 e 1824. Em outubro de 2023, durante o XIII Perspectivas do Ensino de História em Diamantina-MG, a professora Sandra Regina destacou que “A Escola na rua, educa uma cidade”, frase que refletia minha prática pedagógica de levar os alunos para atividades externas, experiência que também foi fundamental para minha pesquisa. Ainda em outubro de 2024, no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, realizado na Universidade da Região de Joinville, participei de uma aula de campo pelas ruas do centro da cidade, onde foram apresentadas “Pranchas Didáticas” contendo informações sobre o percurso, reforçando a importância de

⁶ Parceria realizada entre o PIBID da UFPE e a Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont

atividades práticas para o ensino do patrimônio cultural e histórico.

A Educação Patrimonial oferece uma proposta de ensino diferenciado ao estimular o conhecimento e com isso a preservação dos patrimônios. Buscamos uma memória afetiva de uma cidade que está presente nas mais diversas manifestações sejam elas políticas, religiosas, culturais, científicas e/ou artísticas que fazem parte da identidade coletiva do nosso povo. Nessa perspectiva, desenvolvemos roteiros para os professores e estudantes de escolas públicas que identificam os locais nos bairros do Recife, de Santo Antônio e São José onde ocorreram os mais diversos fatos históricos, e nos quais os patrimônios culturais (tombados e/ou afetivos) sejam expostos para que possam ser vivenciados de maneira a adquirir significativa importância para estes estudantes. Como diria o Poeta Antônio Maria⁷: “Recife mandou me chamar”⁸.

A sala de aula em alguns casos pode se tornar um ambiente hostil. Porém quando estamos trabalhando com um Componente Curricular Eletivo onde a demanda espontânea é a característica deste público, podemos ter a possibilidade de trabalhar com quem de fato quer estar ali naquele momento.

Este trabalho presta-se a apontar roteiros aos monumentos históricos, igrejas, praças, lugares e espaços no Centro do Recife onde os principais acontecimentos que estão relatados no Currículo de Pernambuco direcionados aos conteúdos abordados no segundo ano do ensino médio, possam ser conhecidos e frequentados por estudantes de escolas públicas visto que em sua grande maioria tem esses lugares como espaços desconhecidos em nossa cidade. Uma vez que, segundo Pierre Nora: “Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conhecia, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancoram sua memória” (Nora, 1993, p. 9).

Apresentaremos os conteúdos de História voltados para o Segundo Ano do Ensino Médio das escolas públicas vinculadas à rede estadual de ensino do estado de Pernambuco, que ocorreram especificamente na cidade do Recife, com a finalidade de visitação, exploração, compreensão da atual função e acesso desses respectivos locais. Incentivando a Educação Patrimonial através da abordagem histórica, identificando monumentos históricos, locais, modos de fazer (patrimônios materiais e imateriais) analisando os seus diversos aspectos e finalidades incentivando uma memória afetiva acerca dos objetos de estudos

⁷ Pernambucano nascido em Recife. Poeta, compositor e cronista esportivo, atuou como jornalista na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1940. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/noticias-antigas/?p=235817>. Acesso em: 5 jan. 2025.

⁸ Trecho da canção Frevo nº3 de composição do pernambucano Antônio Maria. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/158910/frevo-numero-tres-frevo-n-3>. Acesso em: 5 jan. 2025.

propostos, associando-os à sua função social e seu legado cultural e urbanístico, levando em consideração suas especificidades e atualmente as suas respectivas funcionalidades.

O produto final é a elaboração de roteiros dos fatos históricos ocorridos na cidade do Recife, evidenciando esses locais, seus monumentos, praças, ruas e atividades referentes ao Patrimônio Cultural de nossa cidade. Disponibilizaremos estes roteiros contextualizados para os nossos estudantes e professores que tenham o interesse em fazê-los através de caminhadas direcionadas pelo Centro do Recife, colocando em evidência os bairros do Recife, Santo Antônio e São José.

Como todo olhar entusiasmado, iremos evidenciar esses lugares buscando uma memória afetiva dos educandos direcionando-os a uma cidadania cultural, onde o direito à memória esteja presente e vinculada à necessidade de preservação destes locais, identificando sua importância enquanto patrimônio cultural, estando tombado como patrimônio histórico ou na possibilidade de um dia torná-lo a ser.

O primeiro capítulo propõe um debate e reflexão sobre conceitos como memória, lugares de memória, cidadania, patrimônio cultural, educação patrimonial e ensino de história que serão necessários para a construção dos roteiros históricos proposto neste trabalho, entendendo a importância do acesso aos equipamentos culturais de nossa cidade pelos estudantes de escolas públicas.

O segundo capítulo versa sobre a cidade do Recife, os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e seus monumentos materiais, colocando em evidências esses lugares para identificação e visita proporcionando um debate amplo ao mirar nossos holofotes aos lugares de memória do nosso povo provocando um novo olhar através da metodologia da educação patrimonial.

No terceiro capítulo será exposto o nosso produto final, apresentando os roteiros que perpassam pelos locais onde ocorreram as ações da Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824. Apresentaremos um breve histórico desses acontecimentos ocorridos no Recife e logo em seguida vamos expor um roteiro à pé para que professores e estudantes possam complementar o que foi estudado em sala de aula, entendendo o contexto através de uma aula de campo roteirizada compreendendo assim a nossa história e possibilitando a ampliação para novas oportunidades de ensino/aprendizagem na área de História com foco na Educação Patrimonial na cidade do Recife.

Durante as caminhadas dos roteiros, apresentamos as Cartas de Orientação e folheto explicando um breve histórico, uma cronologia dos acontecimentos, as bandeiras da Revolução

Pernambucana de 1817 e a da Confederação do Equador bem como um texto explicativo sobre os monumentos históricos visitados, para auxiliar na compreensão das aulas de campo.

Quero fazer com que as pessoas entendam a importância do seu pertencimento, valorizando as suas histórias. Meu empenho está intrinsecamente ligado à intensidade da minha existência. Nada foi fácil em minha vida, valorizo cada passagem pois sei o quanto lutei pra chegar aqui e este ainda não é o ponto final, é apenas o ponto de partida para uma nova etapa de vida e eu vou aproveitar cada momento como sendo único. Por que sou assim e quero uma vida ao mesmo tempo leve e prazerosa, aproveitando com quem quer estar comigo nesta jornada saboreando cada momento com a certeza de ter feito tudo com muita responsabilidade e amor pelo que faço.

2. MEMÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Para uma compreensão aprofundada da complexidade inerente aos conceitos de memória, educação patrimonial e ensino de história, torna-se imprescindível analisar as contribuições dos principais teóricos e estudiosos que têm dedicado suas pesquisas a esses campos. Essas perspectivas teóricas fornecem uma fundamentação sólida e enriquecedora, permitindo uma reflexão crítica sobre as inter-relações entre esses elementos e seu papel na construção do conhecimento histórico. Além disso, ressaltam a importância de abordagens pedagógicas que valorizem a memória coletiva e promovam a preservação do patrimônio cultural, reconhecendo-os como elementos essenciais para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla, contextualizada e significativa da história.

A memória é um dos instrumentos que podemos utilizar para a perpetuação da história. Se há preservação da memória, haverá sempre a história. Diante disso, é necessária a inclusão e divulgação de espaços que estão intrinsecamente vinculados à história ocorrida na atual cidade do Recife que obtiveram repercussão nacional.

2.1 Memória e lugares de memória

Existe uma memória seletiva na história em que a versão dos vencedores está sempre presente e em evidência. O filósofo francês Paul Ricœur em uma conferência escrita e proferida em inglês no dia 8 de março de 2003⁹ apresenta alguns detalhes alegados pelo autor relatando sobre seu próprio livro "A Memória, a História, O Esquecimento". Nela encontramos trechos interessantes para entender esta seletividade da memória quando ele diz que: "O caráter seletivo da memória, auxiliado nesse aspeto pelas narrativas, implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes" (Ricœur, 2003, p. 4). Sabemos que há nesses espaços, construções feitas por pessoas dos quais precisam ser citadas a medida em que tornamos o nosso olhar mais crítico diante desses acontecimentos e lugares.

Segundo Pierre Nora, "o historiador é aquele que impede a história de ser somente história" (Nora, 1993, p. 21). É urgente tornar os espaços contidos nos bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José em locais cujo interesse dos nossos estudantes torne-se não só a constatação in loco do que ocorreu em nossa história. Precisamos que eles consigam perceber

⁹ Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia Acesso em: 5 jan. 2025.

a importância pulsante do centro da cidade onde a arte, a cultura, a religiosidade e os espaços de disputa de poder foram fundamentais para a construção da identidade do nosso povo.

Quando o historiador francês afirma que “lugares de memória são, antes de tudo, restos” (Nora, 1993, p. 12) entendemos que estes fragmentos podem desaparecer ao longo da história. Cabe à educação, que é transformadora, fazer com que esses espaços de memória tomem significados múltiplos de questionamentos e ressignificação para uma geração que necessita criar (recriar) suas lembranças, para que nos tornemos responsáveis por nossa própria história.

O Professor Marcus Joaquim Maciel de Carvalho faz o questionamento de uma memória que corre o risco de ser aquela estabelecida pelo vencedores “O perigo da História é que, ao pesquisar rigorosamente sobre o passado, os verdadeiros historiadores demonstram sempre que as coisas não aconteceram da forma propagandeada pelos poderosos” (Carvalho, 2023, p. 44). Ao fazer com que nossos estudantes tenham acesso a uma memória construída principalmente por aqueles que sempre ditaram regras em nossa sociedade, podemos provocar questionamentos necessários para ressignificar a memória do nosso passado. Ele segue no mesmo artigo comentando que: “Dessa forma, as lutas do povo terminam sendo mascaradas e as conquistas populares aparecem como gestos magnânimos de boa vontade dos poderosos. Os combates pela História são eternos” (Carvalho, 2023, p. 44). Precisamos estar atentos constantemente nesta luta para não produzirmos esquecimentos de uma população que sempre se pôs disposta para enfrentar suas dificuldades.

Para compreender os elementos da história individual e coletiva de um povo, é fundamental reconhecer que os eventos podem ser interpretados de diversas maneiras, dependendo do ponto de vista. A memória afetiva desempenha um papel crucial, promovendo a sensação de pertencimento e identidade tanto em experiências pessoais quanto coletivas. Michel Pollak, em seu artigo “Memória e Identidade Social”, analisa como as vivências individuais se entrelaçam com as experiências coletivas, refletindo sobre a memória, a identidade e a construção de narrativas, ressaltando que essas memórias são frequentemente disputadas. Ele valoriza igualmente as fontes orais e escritas, afirmando que a memória é essencial para o sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, e para a continuidade na reconstrução de si, o que destaca a importância desse sentimento de pertencimento.”A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”

(Pollak, 1992, p. 204). É este sentimento de identidade e de pertencimento que queremos referenciar.

Pollak também diz que a memória é seletiva, que muitas vezes registramos aquilo que nos é imposto por categorias dominantes. Os nossos roteiros tratarão de memórias coletivas e individuais visto que ao chegar aos espaços desse passado do Recife muitas vezes exaltado, passaremos a refletir sobre os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente na construção/ação daqueles monumentos e/ou espaços de memória.

É justamente neste espírito de preservação que este trabalho presta-se a evidenciar esta memória criando lembranças em nossos educandos para que eles consigam entender a magnitude de nossa história, nossos espaços e nossa gente.

O historiador francês Jacques Le Goff apresenta uma série de informações sobre a memória e como ela, ao longo da historiografia, pôde ser utilizada em diversas sociedades que puderam usufruir das mais variadas formas. Porém o que chamou a atenção foi justamente o último parágrafo onde ele diz que: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 1990, p. 412). E é em busca dessa memória coletiva que a Educação Patrimonial faz a diferença num formato de ensino voltado para os diversos saberes e fazeres do Patrimônio Cultural.

O pertencimento, termo inclusive muito utilizado na Educação Patrimonial, está diretamente ligado à questão da Identidade. E falar de Identidade, é preciso falar de Stuart Hall onde ele diz que há três sujeitos ao longo da sua análise na construção das chamadas Identidades nacionais: o sujeito do Iluminismo centrado e unificado; o sujeito sociológico com sua relação entre o eu e a sociedade e o sujeito pós-moderno sem identidade fixa ou permanente, mutável e em constante transformação (Hall, 2006). E é esta sociedade oitocentista em construção de identidades que focaremos os nossos roteiros.

Mas em que sentido podemos utilizar a memória para a Educação Patrimonial? Definitivamente a que estiver ao alcance principalmente de uma afetividade que busque entrelaçar o estudo da História, do Patrimônio Cultural, da Identidade e principalmente do Pertencimento. Como nos mostra o exemplo do Professor Átila Tolentino a seguir:

Na educação formal, a Educação Patrimonial deve ser uma proposta dinâmica e criativa de a escola se relacionar com o patrimônio de sua região e de sua localidade. A partir dessa ação, deve-se ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade, memória e tantas outras coisas

que fazem parte da nossa vida, mas, muitas vezes, não nos damos conta do quão importantes elas são (Tolentino, 2013, p. 8).

Utilizar a memória afetiva de uma localidade, do modo de fazer, dos espaços significativos de um povo faz toda a diferença quando estamos apresentando um determinado conteúdo em que mergulha-se profundamente num oceano de referências e de ancestralidades. Banhar-se num rio de águas cristalizadas pelo encanto do que há de comum em determinados povos e comunidades.

Segundo Pierre Nora a história, o tempo e a mudança interagem para que esses espaços possam tomar importância para aqueles de alguma forma usam, desfrutam, ou dá sentido ao seu funcionamento., e segue enumerando uma série de situações materiais e imateriais que possam ser entendidas como Lugares de Memória. Em seu texto *Entre Memória e História, A Problemática dos Lugares* - Nora detalha a importância da classificação onde ele diz que: “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (Nora, 1993, p. 21).

Desta forma, entendemos que os objetos de estudos abordados aqui referentes à história do Recife tem relevância significativa das mais variadas possibilidades colocando assim o “material, o simbólico e o funcional” de Nora em evidência. Através deste trabalho, buscamos este sentimento de pertencimento para dar sentido a esses locais onde os estudantes possam ter acesso.

Se a memória é onde colocamos aquilo que vivenciamos, podemos entender que ela também é seletiva ao ponto de tentarmos apenas guardar aquilo que se é prazeroso e por consequência aquilo que em determinado momento nos fez bem. Porém não podemos esquecer das memórias que produzem gatilhos de fatos que causaram traumas. Para estas, precisamos estar atentos às vivências sofridas para que elas não se repitam.

2.2 Cidadania e patrimônio cultural

Fazer parte de uma cidade implica ao indivíduo em ter direitos e deveres para com ela. Este conceito está relacionado à antiguidade clássica onde gregos e romanos admitiam como cidadãos aqueles que exerciam seus direitos. Foi através deste tipo de prática que os moradores das cidades em formação adquiriram a necessidade do zelo em relação ao coletivo e aos espaços de convivência.

Na antiga Grécia, os grupos excluídos da cidadania incluíam comerciantes, estrangeiros, mulheres e escravos. O direito de participar das decisões políticas era majoritariamente restrito a homens maiores de 21 anos que possuíam bens, conforme destacado em diversos livros didáticos de História. Atualmente, apesar do arcabouço jurídico que garante direitos iguais, observa-se que muitos moradores de periferias não usufruem plenamente de sua cidadania. Grande parte dessas pessoas enfrenta barreiras financeiras e de acesso à informação, que as impedem de frequentar espaços públicos considerados acessíveis a todos, limitando sua participação cívica e social.

Quando Michel de Certeau escreveu sobre a Escrita da História, relacionou o lugar social pois para ele a História precisa de um contexto social, a prática precisa de um conjunto de regras para justificar a pesquisa e a escrita também precisa seguir uma normatização para adquirir valor acadêmico para que esta pesquisa e esta História possa ter credibilidade e valor perante a sociedade científica (Certeau, 1982).

Podemos entender que os relatos da nossa gente e dos nossos acontecimentos estavam envoltos numa atmosfera de relações de poder cujos interesses ditavam as regras de uma sociedade patriarcal, açucareira e dominante. Impondo uma religiosidade cristã, com práticas escravocratas onde a mulher e os menos favorecidos economicamente não possuíam vez e voz. Nosso olhar não basta ser saudosista das glórias passadas. Ele precisa também ser reflexivo e debatido para que os nossos estudantes consigam compreender os contextos históricos deste povo.

A Constituição brasileira garante como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III). E é com este pensamento que analisaremos a importância da cidade do Recife. Sua importância histórica dentro das narrativas e dos acontecimentos onde a nossa população fez parte, deixando nas suas ruas, becos e vielas, as marcas de tempos de prosperidades com o Porto do Recife a desaguar a riqueza açucareira, dos diversos povos que por aqui passaram e deixaram suas representatividades (Brasil, 1988).

O ser cidadão requer um direito ao espaço que nem sempre é democrático no sentido mais amplo da palavra visto que percebe-se o quanto ainda estamos distante de uma sociedade igualitária. Apesar de ter assegurado pela Constituição Federal de 1988, capítulo II “Dos direitos Sociais” (Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.) Sabemos que principalmente os espaços do centro do Recife não tem sua função social devidamente disponibilizada para a sua população e isto não é novidade (Brasil, 1988).

A cidadania pode começar a ser exercida a partir do momento em que o indivíduo possa tomar ciência dos seus direitos e deveres. Segundo a Lei Orgânica do Recife¹⁰, o Município tem o dever de proteger o patrimônio, os documentos, monumentos naturais e sítios arqueológicos, bem como impedir a destruição de bens de valor histórico e garantindo o acesso à cultura e à educação.

A valorização do nosso patrimônio, da nossa cultura e da nossa história são pontos referenciais onde possamos avançar numa cidadania plena. Há muitos outros obstáculos e isso é muito claro. Porém, a educação ainda é a saída para a mudança social tão almejada com a criação de um sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, os lugares por onde a história circulou e continua a ser ressignificada aqui em Recife, precisa ser divulgada para os estudantes (principalmente aqueles que compõem a periferia). A construção da cidadania e da valorização da cidade perpassa pelo conhecimento desses fatos e desses cantos por onde a nossa gente se fez presente e atuante e precisa constantemente ser valorizada.

Em uma conferência realizada nos Estados Unidos em 1991, o Professor Aníbal Quijano (1993), comenta sobre a forma de dominação espacial da dos Estados Unidos em relação à América Latina mas podemos entendê-lo facilmente em relação aos espaços da nossa cidade:

É claro para todos nós que a primeira e principal condição da existência de qualquer sociedade, bem do desenvolvimento ou preservação do seu próprio padrão histórico ou identidade histórica é a legítima posse do seu espaço. Sem esse espaço, nenhuma sociedade poderia existir. Essa é precisamente, a primeira e vital questão com que se defronta agora a América Latina (Quijano, 1993, p. 60).

Aproximar o estudante de escola pública a uma realidade que muitas vezes lhe é negada. Seja pela questão financeira (viabilização de transportes para as aulas de campo), seja pela segregação territorial, seja pelo fato de que essas pessoas muitas vezes não têm acesso a equipamentos culturais de nossa cidade. Esta é uma forma de trazer para perto, uma geração que precisa tomar esses lugares e saber que este pertencimento é garantido para todos.

O conceito de patrimônio vem sendo ampliado ao longo dos anos. O Professor José Reginaldo Santos Gonçalves¹¹ Em seu livro “A retórica da perda”, demonstra a necessidade inspiradora de problematizar as noções de patrimônio usadas nos discursos oficiais, no

¹⁰ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-recife-pe> Acesso em: 02 jun 2025.

¹¹ Possui em sua linha de pesquisa projetos em andamento sobre patrimônio, memória e transformação urbana: experiências dos tempos nos discursos sociais e urbanísticos.

cotidiano, nas expressões dos movimentos sociais e também em seus estudos acadêmicos. Ele analisa as políticas públicas voltadas para este setor desde o início dos anos 1930 até os anos 1980, entendendo o processo pelo qual deu-se a ideia da construção das linguagens sobre as “narrativas nacionais”, “memória”, “identidade” e “nação” (Gonçalves, 1996).

Ao discutir o patrimônio cultural em relação à apropriação e perda, é fundamental ressaltar que, desde o século XVIII e início do século XIX, aqueles envolvidos nas práticas de "preservação histórica" estavam mais focados na identificação, coleta, restauração e preservação de objetos culturais, que posteriormente foram categorizados em oposições como primitivo/civilizado e passado/presente. Gonçalves enfatiza que apropriar-se desses "objetos" é sinônimo de preservação e definição de identidade, sugerindo que uma nação se constrói ao se apropriar de seu patrimônio. Além disso, ele observa que as práticas de apropriação, restauração e preservação são impulsionadas por um "desejo permanente e insaciável" por autenticidade, que, paradoxalmente, é resultado da própria perda desses objetos.

O Patrimônio Cultural é algo que une um grupo, uma comunidade, um povo. São situações, lugares, memórias, crenças, hábitos e heranças passadas de geração em geração que têm relevância social. É algo que está além daquilo feito de “pedra e cal”. Está representado nas marcas em que as pessoas conseguem deixar para a posteridade.

A criação do Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional criado a partir da Lei 378 de 13 de janeiro de 1937¹² aborda o tema através do Art. 46 a instituição da preservação dos patrimônios no país. Em "Ensino, patrimônio cultural e sociedade" da Professora Pinheiro, Moura e Souza (2012) da Universidade Federal do Piauí faz um balanço desde a criação do SPHAN, durante o governo de Getúlio Vargas, sob o regime do Estado Novo, com a anuência de intelectuais que participaram da Semana de Arte Moderna em 1922, tendo à frente do empreendimento a figura do Mario de Andrade. O texto faz um apanhado histórico sobre o desenvolvimento da preservação do Patrimônio bem como as leis que amparam a Educação Patrimonial e o Ensino de História.

Outra referência significativa para o processo de tombamento é a análise feita por Castro e Fonseca (2008). Desde a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico existe a preservação para os chamados monumentos de “pedra e cal” ou mais conhecidos como patrimônios materiais. São os monumentos, as praças, os logradouros. Tudo aquilo que foi construído e que tem relevância histórica. Porém Mário de Andrade tem destaque

¹² Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 17 jul. 2024.

relevante no processo de catalogação e investigação dos modos de fazer, das danças, das músicas, das manifestações culturais (Castro; Fonseca, 2008).

A constituição federal de 1988 amplia em seu artigo 216 as diversas formas de expressão, modos de criar, fazer, viver, além dos conjuntos arquitetônicos, paleontológicos, ecológicos e científicos.¹³ Com isso, houve um avanço significativo visto que não só os monumentos edificados são preservados e tombados, bem como toda uma gama de celebrações, forma de expressão e fazeres possam ser consideradas Patrimônios.

O Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências, estabeleceu em seu artigo 1º "Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro". Estes serão registrados nos respectivos livros dos Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. E em seu §1º Inciso IV estabelece o "Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas", de interesse para este trabalho. Um texto interessante para entender o processo de patrimonialização de um bem cultural é o Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil de Abreu (2015) que explicita a importância desta ação.

O Estado de Pernambuco tem em suas características a potência da cultura popular. Aquela produzida pelo seu povo, passada de geração a geração e que perpassa pelas regiões geográficas do nosso Estado. A lei que tornou possível a visibilidade destas manifestações e pessoas foi a Nº 12.196, de 02 de maio de 2002. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (RPV-PE), e dá outras providências, promove a preservação e valorização da cultura e do patrimônio imaterial do estado ao reconhecer e valorizar manifestações culturais, saberes tradicionais e expressões artísticas que compõem a identidade pernambucana. Ao registrar indivíduos e grupos considerados Patrimônio Vivo, a lei contribui para a preservação de conhecimentos e práticas que poderiam se perder, estimulando a transmissão cultural às novas gerações. Além disso, oferece reconhecimento oficial e acesso a políticas públicas de incentivo, favorecendo o fortalecimento da identidade regional e promovendo o turismo cultural, o que impulsiona o desenvolvimento econômico. Dessa forma, a legislação apoia a preservação, divulgação e

¹³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Artigo 216. Acesso em: 17 jul. 2024.

fortalecimento do patrimônio cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização da diversidade cultural de Pernambuco.

A importância do Patrimônio Cultural para o ensino da História está ligado ao fato de estabelecer as suas diversas áreas englobando o patrimônio material e imaterial ampliando o leque de possibilidades a serem valorizadas. Ele sempre foi objeto de disputa e durante muito tempo, excludente. Quem dita as regras do que pode vir a ser tombado ainda mantém o domínio da informação e muitas vezes do poder público e econômico que estará com seus interesses sempre em primeiro lugar. Adentrar esses espaços e fazer com que o estudante de escola pública possa entender e ressignificar, faz parte de uma luta importante para o acesso à cultura, mesmo sendo ela ainda tão elitizada.

O cenário eurocêntrico, colonialista e de religiosidade massivamente católica reflete grande parte dos sítios históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e em Pernambuco isso não foi diferente. O Sítio Histórico de Olinda é o retrato fiel deste recorte histórico. Assim como Ouro Preto, Diamantina e o Centro Histórico de São Luís, no Maranhão, que diga-se de passagem está muito bem preservado e revitalizado.

A ideologia de uma identidade nacional homogênea e coesa, extremamente pautada numa herança europeia e num poderio católico-militar, é o que caracterizou a política preservacionista implantada no Brasil nos anos 1930, com a criação do SPHAN, perdurando-se por várias décadas (Tolentino, 2018, p. 14).

O Patrimônio é algo deixado de uma geração para outra. Uma herança. Sendo esta, algo que se passa, um legado, seja ele um conjunto de bens materiais, um acervo ou um modo de fazer, é necessário entender por e para quem isso precisa ser preservado e passado. Entender hoje que os saberes ancestrais podem e devem ser preservados, é um alento para uma ampliação da importância cultural dos nossos antepassados, nossos povos originários e os que aqui vieram das mais diversas formas. Somos o resultado dessa multiplicidade que precisa agora apresentar para as novas gerações uma forma mais ampla de ser e fazer cultura neste país.

2.3 Educação patrimonial e ensino de história

A criação do Iphan foi um importante avanço para o Brasil que necessitava de um órgão responsável em defesa da representação de tudo o que fosse produzido em termos de arte.

Este clamor veio desde a Semana de Arte Moderna em 1922 e a figura de Mário de Andrade foi fundamental neste processo. Gustavo Capanema¹⁴ Em 1936 escreveu o documento da criação de um serviço de defesa do Patrimônio Artístico Nacional e assim em 13 de janeiro de 1937 através da Lei N° 378 foi criado o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Em 1946 tornou-se Diretoria (DPHAN); Em 1970 assume a denominação de Instituto (IPAN), em 1979 volta a ser Secretaria (SPHAN); Em 1981 passa a Subsecretaria. Voltou a ser Instituto a partir de 1994¹⁵.

Rodrigo de Melo Franco é um nome importante neste processo visto que ele tornou-se presidente da instituição desde a sua fundação até o ano de 1967. Passou pela fase onde sobretudo houve a criação de museus, as instruções de tombamentos e núcleos urbanos, edificações isoladas e de bens móveis.

Outra figura de extrema importância foi a do recifense Aloísio de Magalhães com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural criado com a finalidade de estimular a participação das comunidades em processos educacionais que envolvessem a produção efetiva de suas culturas evitando assim uma uniformização dos patrimônios e o desenvolvimento de uma diversidade regional. Buscando formas de fazer com que a produção de bens culturais estivessem cada vez mais próxima de projetos educacionais

O Projeto Interação que foi apresentado num seminário para representantes de todos os órgãos vinculados à então secretaria de Cultura do Ministério da Educação (MEC), tornou-se relevante a partir da sua criação em 1981 com o intuito de estabelecer a interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais do país. Ele contestava a uniformidade e a homogeneização em favor do reconhecimento das diferenças culturais e defendia uma metodologia de trabalho baseada na observação direta e no acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas.

Em 1983 ocorreu o I Seminário sobre o uso educacional dos Museus e Monumentos realizado no Museu Imperial em julho daquele ano na cidade de Petrópolis. A figura da

¹⁴ Então Ministro da Educação do governo constitucional de Getúlio Vargas.

¹⁵ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1774/iphan-completa-70-anos-de-protecao-da-memoria-brasileira>.

Acesso em: 17 jul 2024

museóloga Maria de Lurdes Horta Barreto, chefe da Divisão do Acervo Histórico e Artístico do Museu Imperial, foi fundamental neste processo. Inspirados no que os ingleses chamavam de Heritage Education, o termo Educação Patrimonial surgiu como uma proposta de:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

A criação dos Inventários Participativos, envolvendo as comunidades para escolha do que poder vir a ser a representação do seu patrimônio, é um importante instrumento de valorização das suas práticas culturais.

O Iphan, por meio das ações de Educação Patrimonial promovidas pelo Programa Mais Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, criou o Inventário Pedagógico, que foi ampliado para os atuais Inventários Participativos. Essa iniciativa visa aumentar o envolvimento da sociedade civil no processo, valorizando os aspectos culturais da comunidade. Importante ressaltar que essa ação não pretende alterar os meios legais para o reconhecimento do patrimônio, que continuam seguindo as mesmas regras e trâmites.

O texto das Professoras Viana e Mello (2013) “Educação patrimonial e ensino de História: diálogos” faz uma reflexão acerca de como a Educação Patrimonial enquanto tema transversal pode auxiliar as aulas do componente curricular História fazendo com que os Patrimônios Culturais sejam a forma de aproximar o conteúdo da vida prática e a reflexão sobre a disputa das relações do poder estabelecidas ao definir o que pode ser patrimônio ou não (isto é um ato político). Ele trouxe luz para reflexões necessárias ao entendermos o papel da Educação Patrimonial assim como a forma que o processo de patrimonialização de um bem cultural pode sofrer influências das mais diversas para alcançar seu tombamento (ou não). Desta forma podemos compreender que cada pessoa tem a sua própria história e a sua visão de cultura perpassa pelas suas vivências (ou ausências). Afinal de contas, somos a construção das nossas experiências e portanto, passíveis de influências múltiplas.

A Educação Patrimonial além de ser enriquecedora, mostra-me cada vez mais que a afetividade dos nossos lugares de memória transformam o processo de ensino-aprendizagem em algo sutilmente leve e prazeroso. É nela também que reside a possibilidade de ampliar os

conhecimentos históricos através da análise dos pontos de vista sobre patrimônio cultural, memória, passado, presente, identidade cultural, pertencimento.

Entidades como o Iphan e o MEC nortearam diretrizes para a prática da Educação Patrimonial onde a observação, registro, exploração e apropriação são etapas que orientam a forma para conduzir uma pesquisa na área. Segundo o seu Guia Básico da Educação Patrimonial, “A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 25). Foi um momento significativo para a reflexão sobre a Educação Patrimonial. E neste sentido, podemos entender a importância dos patrimônios para o seu povo.

A busca pela pesquisa histórica faz do historiador, aquele que consegue captar o não dito, o subentendido, os pequenos detalhes. Diante deste fatos, abordaremos os referenciais teóricos envolvidos para a prática da Educação Patrimonial tratando dos principais conceitos deste conteúdo programático que pode ser trabalhado como tema transversal ou projeto interdisciplinar

A legislação foi aplicada através da portaria nº 137, de 28 de abril de 2016 que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Através dela ficou estabelecido dentre outros aspectos:

Art. 1º. Instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial - EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (Iphan, 2016, n.p.).

"A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa" (Freire, 1986, p. 97) Através da proposta do diálogo em sua pedagogia libertadora, o educador Paulo Freire defendia a conscientização de uma cultura que era rica em todos os seus aspectos sejam eles eruditos ou populares. O método freiriano de alfabetização de jovens e adultos implantado a princípio nas periferias do Recife consistia em apresentar vocábulos do cotidiano dessas pessoas para que elas pudessem fazer sentido para de forma emocional. Da

mesma forma, a Educação Patrimonial permite que haja uma aproximação com um patrimônio cultural voltado para uma gama de oportunidades de conhecimentos variados.

A Educação Patrimonial pode ser um instrumento de contestação, aprimoramento de visão sobre a ocupação dos espaços públicos e principalmente reflexão sobre o pertencimento e a afetividade de um povo. Como valorizar algo que nunca foi apresentado e difundido para a população? É neste contexto que pretendemos estabelecer os roteiros ao Centro do Recife, para professores e estudantes de escolas públicas que conhece a sua própria história através do que é citado em sala de aula sem sequer ter a oportunidade de conhecer pessoalmente os locais onde ocorreram os fatos históricos com relevância nacional em nossa cidade e ainda ampliar esse horizonte de possibilidades para o questionamento da funcionalidade destes ambientes em tempos atuais.

Os nossos estudantes de periferia estão em grande parte, vivenciando uma situação de vulnerabilidade social. O direito ao acesso a esses equipamentos é limitado, visto que as escolas públicas passam por dificuldades financeiras em que uma aula de campo fora dos arredores da escola é algo de difícil realização. É preciso criatividade, vontade e persistência para fazer com que estes alunos possam entender que este acesso também torna-se um ato político no sentido de exploração das ampliação dos seus conhecimentos e também de luta contra esta segregação territorial.

Em Pernambuco, a Lei nº 17.851, de 22 de junho de 2022, altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, instituiu a Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco. a semana em que constar o dia 17 de agosto onde as ações variam de acordo com a programação dos órgãos competentes.

O território do Patrimônio é de disputa. A invisibilidade de grupos sociais é algo constante em nossa história. Dito isto, o papel do professor da escola pública precisa estar voltado para a promoção do debate sobre esses espaços de memória e qual a importância deles para a nossa sociedade.

É impossível valorizar aquilo que não se conhece nem tão pouco lhe pertence. Trabalhar com a história significa que é necessário estarmos atentos às transformações sociais e como elas conduzem as nossas escolhas para uma realidade em que possamos ampliar o acesso ao conhecimento para todos.

Ao dar luz a espaços de memória em nossa cidade como o Mercado de São José, por exemplo, estamos mostrando uma Recife para além do glamour arquitetônico, das suas pontes ou das igrejas coloniais (Guillen, 2009). É preciso entender que há lugares de significados

diversos e de importâncias múltiplas para os mais diversos grupos sociais, onde cada peça dessa grande engrenagem patrimonial precisa ser exposta e em algumas situações, ressignificada.

Cabe também uma crítica acerca de como o patrimônio cultural das cidades são tratados, principalmente os Patrimônios Materiais visto que há a necessidade de entendermos quais monumentos ou espaços são de fatos valorizados, para quem e para quê há essa valorização. Corremos o risco de estarmos olhando apenas para um amontoado de pedra e cal, visto que quem agrega juízo de valor sobre determinado lugar são as pessoas que ocupam aquele espaço (Chuva, 2008).

Precisamos promover ações mais consistentes em torno desta temática no âmbito das Escolas públicas estaduais de Pernambuco visto que ainda há muito o que ser explorado pois somos um celeiro de uma efervescência cultural ainda pouco explorada.

Para que serve o ensino de História para o estudante de Ensino Médio no Brasil? Quais são os critérios para tornar alguns acontecimentos relevantes para uma sociedade enquanto que outros tornam-se invisíveis? Podemos entender a relação de temporalidade e o quanto é importante estarmos continuamente formando uma base de informações necessárias para construir a nossa identidade social.

Um dos grandes desafios hoje para quem está no chão da escola, trabalhando diretamente com os estudantes é saber o que está sendo produzido nas Academias e fazer com que este conhecimento chegue didaticamente aos nossos alunos.

A historiografia é dinâmica e com isso, estamos constantemente surpreendidos com novas teorias ou nos debruçamos em novas abordagens para antigos conceitos. E isso é muito necessário. Costumo comentar que o contato com os estagiários é uma renovação da prática docente na educação básica, visto que é o momento em que o que vem sendo discutido e estudado dentro das Universidades, chega à educação básica. E ao mesmo tempo, o choque de realidade existe, pois a prática mostra uma realidade que os discentes da educação superior não fazem ideia (em alguns casos) do cotidiano escolar.

A produção historiográfica ao mesmo tempo faz com que um mesmo assunto se torne repetitivo. “Devido a tantas interpretações, o texto em si tornou-se vago, uma aquarela na qual as linhas se fundem” (Ankersmit, 2001 p. 113). A partir desta verificação podemos observar que em algumas situações, o tema original se perde e há apenas a interpretação da interpretação com um exagero de citações o que Ankersmit (2001) chama de “alcoholismo intelectual” associando o livro ou artigo ao mais novo drink intelectual do momento.

O tempo também é outro desafio para o ensino de História. Particularmente vivo falando aos meus alunos que é impossível você compreender a história do século XVI com a cabeça e a compreensão do século XXI. Ou você tenta perceber as nuances dos acontecimentos de determinada época do passado e assim compreender o porquê do acontecimento de determinado fato histórico ocorreu ou você apenas ficará no julgamento do chamado “certo ou errado” da contemporaneidade.

Segundo Carvalho (2023, p. 43), “A História, portanto, pode ser perigosa para o poder estabelecido” e não foi a toa que o ensino médio no Brasil teve um desmoronamento a partir da sua reforma instituída em 2017 quando houve a redução da carga horária dos componentes curriculares da Formação Geral Básica através da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (Brasil, 2018), imposta pelo governo federal ao sistema nacional de ensino, naquele ano.

Quando observamos a atuação do Professor pesquisador em sala de aula, entendemos que o profissional é capaz de entender as nuances e necessidades dos seus educandos de forma que possa através das suas análises e observações acerca das suas turmas, versar aulas que sejam voltadas para o conteúdo necessário ao currículo escolar e ao mesmo tempo provocar a curiosidade dos estudantes para com a disciplina História humanizando os seus personagens.

Ao estudarmos o comportamento de Dona Maria I¹⁶, tida como “a louca” por conta do seu desequilíbrio emocional, poucas pessoas param para pensar que esta mulher, apesar dos seus atos anteriores questionáveis, teve sua saúde mental agravada com a morte do esposo e logo em seguida a do filho, que precisou deslocar-se para uma terra estranha da qual ela foi obrigada a vir. Ao humanizar os personagens históricos, com seus dissabores e amores, podemos entender determinados fatos que não são justificáveis (dado as circunstâncias de alguns) mas que são explicáveis pelas atitudes humanas de acordo com cada situação.

É neste contexto que a fala da Professora Flávia Caimi (2006) exprime a atuação em sala de aula de um ensino de História diferenciado, com um olhar socialmente adequado às necessidades dos seus educandos provocando esta reflexão:

Entende-se, com base em tal enfoque, que um professor reflexivo seja capaz de investigar os problemas que se colocam no cotidiano escolar; de mobilizar conhecimentos, recursos e procedimentos para a sua superação; de avaliar a adequação das suas escolhas e, finalmente, de reorientar a ação para intervenções mais qualificadas no processo de aprendizagem dos alunos. O professor não seria, assim, um simples técnico, reproduzidor de conhecimentos, mas um profissional capaz de inovar, de participar das

¹⁶ Disponível em:

<https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/vem-ai-d-maria-i-a-rainha-louca-e-tema-de-exposicao-na-biblioteca-nacional-3> Acesso em: 7 jan. 2025.

decisões, de interagir com seus pares, de dialogar com a produção teórica e metodológica pertinente ao seu campo de conhecimento e, sobretudo, de produzir conhecimentos sobre o seu trabalho (Caimi, 2006, p. 28).

O pensar historicamente é nunca aceitar as informações, ideias e dados sem levar em consideração o contexto em que foram produzidos, seu tempo, suas peculiaridades culturais, suas vinculações com posicionamentos políticos e classes sociais, as possibilidades e limitações do conhecimento que se tinha quando se produziu o que é posto em análise. É nunca deixar de lado que todo o produto de uma ação tem um ou mais sujeitos em sua origem, e é decisivo saber quem são esses sujeitos, pois isso condiciona o sentido da mensagem. Rüsen apresenta uma perspectiva que desperta a nossa atenção quando fala da Consciência Histórica ao abordar da seguinte forma:

A categoria básica para entender a aprendizagem histórica é a da conscientização histórica. Sua definição mais amplamente aceita é: uma atividade mental de interpretar o passado, para entender o presente e projetar o futuro em uma representação da evolução temporal do mundo humano. Ela sintetiza as experiências do passado com os critérios de sentido praticados na vida prática do presente e com perspectivas de futuro que orientam o agir. Tal orientação para o futuro deve ter um papel importante na Didática da História, pois alunas e alunos têm de aprender como dar conta da vida futura como cidadãos e cidadãos adultos, em consonância com os requisitos próprios da cultura histórica de seu país (Rüsen, 2022, p. 193).

Sendo assim, não adianta entender um conteúdo do século XVIII com a cabeça e as informações que temos do século XXI. Os contextos das situações mudam com o tempo. O que ontem foi espaço da elite, hoje pode ser ocupado por e para o povo e é nessa esperança que seguimos para a apresentação de um projeto que possa alcançar a história de nossa cidade para o maior número de estudantes possíveis. Faremos a seguir um breve levantamento de leis e diretrizes que são relevantes para o Ensino de História nos tempos atuais.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece em seu “Art. 1º assegura o processo formativo no âmbito familiar, humano, nas relações de trabalho, com as instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e culturais. enfatizando o desenvolvimento pleno da cidadania em seu artigo 2º. A liberdade de poder aprender e ensinar divulgando a cultura, a arte e o saber, garantindo os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio com uma base nacional sendo complementada por uma parte diversificada. É garantido também o ensino de história do Brasil, com contribuições de diferentes etnias, principalmente as heranças de origem africana, indígena e europeia (Brasil, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram apresentados entre 1997 e 1998 (1º à 4º séries e 5º à 8º séries respectivamente) com a intenção de formular um currículo unificado para todo o território nacional. Ele trouxe uma discussão interessante ao abordar conteúdos que foram além da Geografia, História, Sociologia e Filosofia. Tendo como foco os conhecimentos de Antropologia, Política, Direito e Psicologia sugerindo que elas entrem no escopo dos conteúdos das chamadas Formação Geral Básica da área das Ciências Humanas.

O documento faz uma análise cronológica do sistema educacional brasileiro. Desde a criação do ensino do Brasil com os Padres Jesuítas até os dias atuais. Defende que haja “uma síntese entre humanismo, ciência e tecnologia” onde não haja exclusão de parte a parte. Ressalta a importância dos quatro pilares da educação do século XXI de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.¹⁷

Ao propor que o ensino esteja vinculado à competências e que estas sejam pautadas em conteúdos onde ressoem para uma educação em que haja de fato valor para uma vida prática e não apenas o reprodutor de conteúdos desnecessários, ampliamos a qualidade do ensino onde: “Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros”¹⁸. Sendo o uso da dita Cidadania Social, uma prioridade.

As ditas competências de contextualização sociocultural desenvolvem critérios para uma abordagem educativa envolvendo arte, cidadania, política, economia e uma gama diversificada de áreas onde podemos debruçar nossos olhos para uma estratégia vinculada à Educação Patrimonial.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (PCNs) (Brasil, 2024, p. 26), em sua Parte IV Ciências Humanas e suas Tecnologias: “O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas”. A Educação Patrimonial pode preencher a lacuna existente neste processo de ensino aprendizagem direcionando o olhar do estudante para os nossos bens culturais, vinculando diretamente os Patrimônios a estes “lugares de memória”. Este trabalho tem o intuito de esclarecer onde estão esses locais, contar a sua história, fazendo com que haja um acesso para os estudantes de escola pública.

¹⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. p. 8
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 13 jul 2024.

¹⁸ Idem. p. 11.

A BNCC é um documento normativo, criado para nortear os conteúdos, competências e habilidades básicas necessárias para um ensino aprendizagem da Educação Geral Básica seja respeitado de acordo com o Plano Nacional de Educação, visando a formação humana integral apresentando dez competências gerais dentre as quais destacamos a de número três: “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural”¹⁹, que tem relevância para este objeto de estudo. Os marcos legais que respaldam este documento são a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Tem como fundamento pedagógico o foco no desenvolvimento das competências, assumindo um caráter integral ao considerar a formação e o desenvolvimento humano global ao promover uma educação plena nas suas singularidades e diversidades, fortalecendo a prática da não discriminação e rejeitando qualquer tipo de preconceito, respeitando as diferenças e diversidades.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está composta por Filosofia, Geografia, História e Sociologia, com foco na formação ética, com base na justiça social, respeitando as diferenças, os direitos humanos e combatendo qualquer forma de preconceito. Porém, temos neste documento um achatamento do ensino de História a partir do momento em que a carga horária foi reduzida e transferida para os chamados Itinerários Formativos onde a interdisciplinaridade nem sempre vai favorecer os conteúdos necessários para uma prática pedagógica onde os educandos possam ter a possibilidade de uma visão mais ampla dos problemas da sociedade atual. A BNCC foi construída para direcionar o estudante de ensino médio numa visão para atuar num mercado de trabalho, limitando assim a possibilidade daquele estudante que precise dos componentes curriculares da Formação Geral Básica.

Das Competências específicas e habilidades das Ciências Humanas Aplicadas no Ensino Médio, conforme BNCC, utilizaremos o Quadro 1 abaixo:

¹⁹ Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao#competencias-gerais-da-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 17 jul 2024.

Quadro 1 - Competências específicas e habilidades das Ciências Humanas Aplicadas ao Ensino Médio

1	”Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.”
EM13CHS104	“Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. “

Fonte: elaborado com base em Brasil (2018 p. 570 - 573).

Onde a primeira coluna especifica o número da competência e o código referente a habilidade e a segunda coluna está inserido a descrição de cada um para a aplicação dos nossos roteiros para as aulas de campo.

Enquanto documento em que está com caráter normativo, a BNCC interessa-se muito mais que o estudante tenha os seus conhecimentos pautados numa estrutura em que o ensino esteja voltado para o mundo do trabalho. Em vários, esta normativa estabelece por exemplo um currículo para o componente curricular História, que está inserido no contexto da área das Ciências Humanas e sociais aplicadas, envolvendo a interdisciplinaridade com outros componentes curriculares como a Geografia, a Sociologia e a Filosofia. Componentes estes que tiveram sua carga horária reduzida para dar margem aos chamados Itinerários formativos, fazendo com que a Formação Geral Básica (que abrange as demais disciplinas tradicionais) também entrasse neste corte.

Há uma crítica severa sobre o Novo Ensino Médio onde por mais que houvesse um debate em sua elaboração, o ensino de História reduziu-se em alguns aspectos voltados para a interdisciplinaridade das Ciências Humanas e sociais Aplicadas onde podemos perceber que há lacunas a ser preenchidas que os itinerários formativos, não são capazes de contemplar essas ausências (Szlachta Júnior, 2023, p. 63).

O Currículo de Pernambuco é atualmente o documento que norteia o Ensino de História para as Escolas de Ensino Médio no nosso estado. Ele foi elaborado em 2021 a partir de discussões feitas através de reuniões virtuais visto que estávamos atravessando o período de isolamento social da Pandemia da Covid19. Participei como colaboradora da adequação dos textos para a Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos Áreas de Conhecimento contribuindo no ajuste das competências e habilidades do componente curricular História na

tentativa de fazer com que nosso currículo pudesse estar mais próximo da realidade do chão da escola.

Faz parte dos princípios norteadores do Currículo de Pernambuco: “o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa” (Pernambuco, 2021, p.18)²⁰. Diante disso, defendemos o conhecimento e o acesso a esses ambientes que estão atualmente invisibilizados para nossos educandos, pois eles não são estimulados a frequentar esses locais. Devemos proporcionar a oportunidade de um aprendizado vivo, dialógico, palpável e acima de tudo real. Uma aula diferenciada para movimentar uma cidade que pulsa, na qual seus habitantes possam sentir orgulho e pertencimento a essas áreas, cujos acessos foram desconhecidos por muito tempo. Precisamos ocupar nossas praças, ruas, becos, vielas, pátios e entender que o povo construiu esses espaços onde conspirações, revoluções, batalhas, as diversidades religiosas e tantos outros movimentos foram decisivos para nossa história nacional.

As Competências Gerais formuladas pela BNCC também estão listadas no currículo de Pernambuco, dentre as quais destacamos a primeira em que trata sobre a valorização dos conhecimentos historicamente construídos e fazer com que haja a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva de forma democrática. E a terceira em que relata sobre a necessidade de valorização das manifestações culturais e artísticas das locais às mundiais (Pernambuco, 2021, p. 23).

É importante ressaltar que a descrição das habilidades do currículo de Pernambuco introduziu ao sequencial numeral o PE onde mostra que a habilidade foi analisada e validada pelas redes públicas com contribuição também das escolas privadas do nosso Estado. Obedecendo o exemplo a seguir:

LGG 101 LP 06 PE representa:

EM – Ensino Médio.

13 – 1º ao 3º ano do ensino médio.

LGG – Área de Linguagens e suas tecnologias.

101 – O primeiro dígito indica a competência da área a qual a habilidade está relacionada. E os dois últimos dígitos indicam a numeração sequencial da habilidade da área.

LP – Componente de Língua Portuguesa.

06 – Indica a numeração sequencial da habilidade para Pernambuco.

PE – A habilidade recebeu contribuição das redes públicas e/ou de escolas privadas (Pernambuco, 2022, p. 84).

²⁰ Disponível em:

https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/CURRICULO_DE_PERNAMBUCO_DO_ENSINO-MEDIO-2021_Final.pdf Acesso em: 18 mar. 2024

O texto em que defende a atuação da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas dentro do currículo de Pernambuco e a educação básica informa o aporte para esta área:

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, enquanto área do Ensino Médio, contribuem para que os estudantes acessem, compreendam e interpretem, de maneira ética, autônoma e responsável, os valores, as narrativas e as relações sócio-históricas em diversos contextos geográficos. A construção de uma sociedade mais justa e tolerante tem relação direta com a formação de cidadãos mais solidários, identificados com sua sociedade e conscientes de sua responsabilidade na realização das mudanças que lhes pareçam necessárias para a concretização de um espaço público de respeito e dignidade humana no qual as diferenças sejam reconhecidas e acolhidas (Pernambuco, 2022, p. 246).

É nesta perspectiva que acreditamos ser o ensino de História, a ferramenta necessária para o debate, discussão e entendimento para uma sociedade justa e democrática. Entendemos como fato histórico tudo que tem repercussão social. E o mesmo não tem a obrigatoriedade de definir o futuro através da análise do passado. Porém com os exemplos que podemos analisar e comparar e com as infinitas possibilidades de informações, podemos chegar a conclusão de que a História por não ser uma ciência exata, depende das mais variantes possíveis para analisar determinados fatos históricos e os estes têm narrativas distintas dependendo do ponto de vista de quem as analisa e narra. É algo de fácil compreensão? Depende da aplicação e abordagem e para qual finalidade ela estará designada. Enquanto isso, os esforços para trazer a narrativa múltipla faz com que o leque de possibilidades seja balanceado para ventilar ares de conhecimentos e saberes diversos, fazendo com que a Educação possa penetrar em diferentes ambientes e nos mais variados espaços.

Em 2023 a EREM Santos Dumont pode ofertar aos alunos do segundo ano do ensino médio a unidade curricular eletiva História da Cultura de Pernambuco onde com a parceria da UFPE, pôde-se apresentar conteúdos relacionados à Educação Patrimonial culminando com um produto final onde os alunos elaboraram áudios para formar o *Podcast* Frevo Patrimônio Imaterial.

A Lei 14.945²¹, de 31 de julho de 2024, modificou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com o objetivo de definir diretrizes para o ensino médio. Além disso, as Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023, estabeleceram a carga horária para o ensino de História, que volta a ser de duas aulas

²¹ Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html> Acesso em: 13 fev. 2025.

semanais para os primeiros, segundos e terceiros anos do ensino médio, como era antes de 2022.

Em Pernambuco, a modificação foi baseada em uma pesquisa realizada com os docentes em outubro de 2024. A Secretaria de Educação criou uma Matriz de Transição que define a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos do ensino médio integral, com uma carga horária anual de 4.500 horas/aula. Essa informação foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco por meio da Instrução Normativa 02/2025²². Entre as atividades complementares, está o conteúdo sobre Cultura Digital, Cultura Popular e Contemporânea, que enriquece a Formação Geral Básica e está alinhado às competências da BNCC e da BNCC de Computação. O objetivo é promover uma compreensão crítica das dinâmicas históricas, sociais, culturais e digitais, integrando saberes tradicionais com inovações tecnológicas. Essa atividade pode ser realizada de forma integral ou em partes.

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais trouxe ao debate desde 1996 a necessidade de estar alinhados com os conhecimentos da Antropologia, política, Direito, Economia e Psicologia. Defendendo uma cidadania cultural, com direito à memória voltada para os acessos aos Patrimônios Culturais e principalmente ao defender que é necessário: “Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa”.²³ Fazendo assim a diferença para uma educação inclusiva, voltada para a construção de uma cidadania voltada para a defesa da nossa cultura.

E coloco a indagação: qual o papel da escola se não for esta a de oportunizar um tipo de atividade atrativa aos nossos estudantes? O espaço de sala de aula pode ser diverso. Essa diversidade é válida quando estamos dispostos a apresentar aos nossos alunos uma aula diferenciada no sentido de aproximar (de forma palpável) os nossos conteúdos e a nossa riqueza cultural (Gil; Pacievitch, 2015). Exponho sempre que a escola tem papel atuante na construção de saberes. A sala de aula é um espaço de troca de conhecimentos. E por conta disso, sinto que é nosso dever fazer a divulgação da cultura nas suas mais diversas manifestações, tornando a Educação em algo transformador de oportunidades, abrindo o leque de possibilidades para um debate amplo e qualitativo sobre a nossa história e nossa gente.

²² Disponível em:

https://processodeingresso.upe.pe.gov.br/arquivos/ssa3_2025/202502031516_-_Instrucao_Normativa_02_2025.pdf Acesso em: 13 fev. 2025.

²³ Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. p. 27 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

3 RECIFE E O SEU PROTAGONISMO HISTÓRICO

“Minha cidade, menina dos olhos do mar...”
Lenine²⁴

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁵ do ano de 2024, Recife encontra-se com área territorial de 218,843 km², população residente de 1.488,920 pessoas, densidade demográfica em 6.803,60 habitantes/km², escolarização (crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos) com 97% deste público devidamente matriculados em instituições de ensino onde o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) está em 0,772 (2010).

Recife tem seu lado sagrado, tem seu lado profano, tem seu lado político e tem seu lado cultural. Porém, infelizmente, Recife é desigual. Existe uma população de rua constante dormindo nas calçadas das igrejas, praças e monumentos. Criminalidade pela falta de oportunidade de emprego visto que as principais ruas do Centro onde as vendas eram constantes estão com as lojas fechadas, sobrando basicamente o entorno do Mercado de São José que ainda resiste com o comércio popular.

Há alguma alternativa para que este quadro venha a ser transformado? Algumas atitudes estão sendo tomadas pelo poder público como a doação pela Prefeitura do Recife²⁶ do prédio do antigo Cine Trianon para o MEC com a intenção de lançar uma unidade do Instituto Federal de Pernambuco naquele local da região central da cidade. Ele fica exatamente na esquina da avenida Guararapes com a rua do Sol, margeando o Rio Capibaribe.

O prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o edifício Segadas Viana foi doado do governo federal para o governo estadual e estes assinaram um protocolo de intenções para a construção de moradias populares²⁷.

O Cinema São Luiz²⁸ volta a funcionar a partir do 15º Festival Janela Internacional de Cinema do Recife. Sua reforma foi realizada com o apoio financeiro da Lei Paulo Gustavo

²⁴ Cantor e compositor pernambucano. “Minha Cidade, menina dos olhos do mar” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hzDNDwobVHQ> Acesso em: 16 jan. 2025.

²⁵ IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/recife.html> Acesso em: 26 out. 2024.

²⁶ PCR Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/04/07/2024/prefeitura-do-recife-e-governo-federal-lancam-pedra-fundamental-do-novo-campus> Acesso em: 26 out. 2024.

²⁷ JC online. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2024/09/09/no-recife-antigo-predio-do-inss-vai-virar-habitacional-para-120-familias.html> Acesso em: 26 out. 2024.

²⁸ FolhaPE. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/cultura/cinema-sao-luiz-reabertura/368782/> Acesso em: 26 out. 2024.

que pode proporcionar a volta de um equipamento cultural de importância fundamental para o Centro do Recife.

Existe ainda muito a se fazer para deixar o Recife com a potência e a importância que ela tem. Somos muito mais do que só a terra do frevo. Precisamos cuidar dos nossos habitantes de forma que a dignidade da moradia, da alimentação, do emprego, do estudo e da saúde seja para todos.

Ao falar do Recife, é impossível desassociá-lo do seu Porto onde tudo começou e por tantas vezes foi exaltado. “Os arrecifes, levantando-se das águas defronte da faixa de terra contornada pelos dois rios em enlace, quiseram protegê-la desenhando-lhe o ancoradouro e dando nome à povoação. Profetizam-lhe o ancoradouro e dando nome à povoação. Profetizavam-lhe, não lhe possibilitaram, o futuro urbanístico e econômico” (Sette, 1948 p. 75). A descrição de forma poética de Sette, mostra-nos o nascimento do Recife e como a importância deste Porto foi fundamental para o desenrolar de nossa História

Já a forma Freyriana de descrever o Recife é mais enamorada, mais doce, mais romântica no sentido em que temos uma cidade que estreita laços e os consolida, não é uma paquera qualquer, é um envolvimento gostoso e duradouro para aqueles que se permitem ser tocados por seus encantos. “É uma cidade que prefere namorados a admiradores imediatos” (Freyre, 2007, p. 23). Para que a cidade precise ser cortejada, admirada, é preciso deixar-se apaixonar pelas ruas estreitas do bairro de São José. Entender o foco do poder do bairro de Santo Antônio e a diversidade cultural do Bairro do Recife.

Quintas (2008), assim como Freyre (2007), reforça que Recife não é um amor passageiro. Quem se encanta com a cidade, leva daqui as melhores lembranças, dos seus personagens, das suas raízes combativas, e dos seus lugares marcantes. “Cidade que não se contenta apenas em cativar a distância os seus habitantes; vai além: instiga-os a um namoro duradouro, pleno de paixões e toques epidérmicos - nada de casamentos fortuitos, transitórios, Cidade apaixonada pela liberdade” (Quintas, 2008, p. 81-82).

Podemos listar aqui muitos outros escritores que descreveram a cidade do Recife, porém o que há em comum nas palavras de Sette, Freyre e Quintas é a forma doce em descrever a cidade que nasceu por conta do seu Porto onde à posteriori escoou a riqueza açucareira da colônia cobiçada por portugueses e depois por holandeses.

Em contrapartida, o Professor Marcus Carvalho em seu livro *Liberdade, liberdade* relata a vinda de Charles Darwin ao Recife no século 19 e mostra como este avaliou o local como sendo suja e enlameada (Carvalho, p.02 2010). Tollenare também não teve uma

primeira impressão muito auspiciosa pela Veneza Brasileira, visto que escreve sobre o bairro da Península como sendo “o mais mal edificado e o menos asseado” (Tollenare, 1905, p. 24).

Porém o Recife, que desde 1537 é citado no Foral de Olinda por Duarte Coelho com Arrecife dos Navios, segundo Silva (Silva, 2021) teve seu nascedouro datado de 1548 “O povoado do Recife originou-se de uma comunidade de pescadores. Em 1548, existiam algumas palhoças que serviam de residência aos primeiros habitantes e fundadores” (Barbosa, 1983, p. 37) e entrecortada por seus rios teve o seu porto viável para escoar a produção açucareira de Pernambuco. Foi também por ela que os Mascates reivindicaram a sua importância em 1710 e logo se tornou o centro da Capitania. Antes disso, em 1637 Maurício de Nassau fez dela a sua morada e à urbanizou com a formação da Cidade Maurícia, a construção dos seus Palácios (Friburgo e Boa Vista), de Fortes (De Cinco Pontas e Ernesto) e da tolerância religiosa (A Sinagoga e a Igreja Calvinista dos Franceses).

A religiosidade recifense é um item à parte visto que ao longo de sua história, templos foram construídos e destruídos. Arcos foram erguidos e destruídos para a modernização da urbe que hoje encontra-se bem diferente da sua fundação atual.

Segundo José Luiz Mota Menezes, houve um padrão de construções religiosas que seguiram um esquema de dominação dos assentamentos do Novo Mundo, onde havia “a igreja matriz, também o palácio, se fosse o caso, a câmara, além do açougue e a cadeia.” (Menezes, 2017, p. 48) foi observado este padrão onde o autor segue fazendo a seguinte descrição:

A povoação dos arrecifes é um exemplo de tal maneira de agir. No centro do lugar, a igreja com seu largo, depois a função porto com seu trapiche e, finalmente, o lugar dos armazéns de guarda do açúcar. No mais, moradias distribuídas seguindo o formato da península e a exiguidade do lugar (Menezes. 2017, p. 50).

A expansão do Recife começou justamente ao lado do seu porto onde foi erguida a ermida de Santelmo e posteriormente a Igreja do Corpo Santo. Foi no ano de 1606, na Ilha de Antônio Vaz que começou a construção do Convento de Santo Antônio doado aos frades franciscanos (Barbosa, 1983).

Imagem 1 - Mapa atual dos bairros de São José, Santo Antônio e do Recife



Fonte: Elaborado com dados disponibilizados pela Prefeitura do Recife na plataforma digital ESIG, Recuperado em maio 20, 2023. Disponível em: <https://esigportal2.recife.pe.gov.br>²⁹. Acesso em: 13 abr. 2025.

A partir disso, o Recife desenvolveu-se em extensão e número de habitantes. Vamos focar aqui em três bairros do Centro que enfatizam este alargamento e por onde os principais acontecimentos históricos que fazem parte dos roteiros, objeto de estudo desta pesquisa, serviram de palco no século XIX. São os bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José.

3.1 O Bairro do Recife

Recife e o seu Porto foi a porta de entrada de estrangeiros das mais variadas paragens e a saída para escoar a produção açucareira num momento em que o ouro branco fez de Pernambuco a Capitania que deu certo. Uma terra em que o progresso fez saltar os olhos do Brasil Holandês, principalmente no período nassoviano, apesar da exploração dos escravizados e de uma população empobrecida que estava povoando os arredores deste lugar.

Ali, nesta mesma região, próximo do porto nasceu a primeira sinagoga das Américas fundada no século dezessete durante o período da invasão holandesa em Pernambuco. A rua

²⁹ Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Mapa-atual-dos-Bairros-de-Sao-Jose-Santo-Antonio-e-do-Recife-Fonte-Elaborado-com-dados_fig1_373706287 Acesso em: 22 jan. 2025.

onde hoje é chamada de Rua do Bom Jesus, já foi chamada de Rua do Bode, rua dos Mercadores, dos Judeus, da Cruz e finalmente do Bom Jesus, segundo Franca (Franca, 1977 p. 33).

Foi neste bairro que uma figura emblemática da Confederação do Equador nasceu e viveu. Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, Frei Caneca. Nasceu no bairro de Fora de Portas, na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, no Recife³⁰, o que hoje corresponde aos arredores da Igreja do Pilar. Temos também outro templo católico importante que é a Igreja Madre de Deus de 1679, próximo do Cais da Alfândega.

Visitantes que por aqui passaram, puderam relatar as suas experiências e deixar registrados suas primeiras impressões, eis o registro de um deles:

O ancoradouro para as grandes embarcações é no Poço, para dentro do recife submerso, a um tiro de canhão ao norte do forte do Picão. Há ali uma passagem chamada Barra Grande; foi por ella que nós entramos; a outra passagem, ou Barra Pequena, é bem junto do forte do Picão. Os três fortes responderiam fracamente ao fogo de uma esquadra e não a impediriam de incendiar a cidade do Recife; contei apenas seis canhões no forte do Picão e dezoito ou vinte no do Brum. Os navios podem ancorar em bom fundo fora do recife; mas, em caso de mau tempo, é prudente fazerem-se de vela (Tollenare, 1905, p. 22).

Quando o rico negociante de Nantes, Louis-François de Tollenare chegou ao Recife em 1817, fez a descrição acima. O olhar dele sobre o Porto do Recife traz o relato do Forte do Picão que já não existe mais bem com o Forte de Buraco onde só há algumas ruínas visto que ele foi destruído na ocasião da ampliação da Base Naval do Recife a partir de 1955 quando sofreu seu destombamento.

Charles Darwin visitou o Recife em 12 de agosto de 1836 e descreveu a cidade como “suja e enlameada” (Carvalho, 2010, p. 2). Maria Graham, outra inglesa, chegou ao Brasil em 1821 e escreveu o “Diário de uma viagem ao Brasil”. Ela desembarcou no Porto do Recife em 21 de setembro de 1821 e partiu em 14 de outubro do mesmo ano. Ao chegar, também notou a sujeira da cidade e a escassez de alimentos. O que é notável é que tanto Darwin quanto Graham, em épocas e contextos diferentes, relataram as condições desumanas dos escravizados em Recife.

Há alguns equipamentos culturais como o Teatro Apolo de 1846 e o Teatro de Arena Hermilo Borba Filho que surgiu a partir de dois armazéns localizados no fundo do Teatro

³⁰ Disponível em:

https://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3489:frei-caneca&catid=151&Itemid=215 Acesso em: 25 jan. 2025.

Apolo³¹ e a Torre Malakoff de 1855 que funcionou como observatório astronômico e hoje é administrado pela Secretaria de Cultura do governo do Estado de Pernambuco. Sem contar no Museu militar que fica no Forte do Brum e a Estação da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro, construída em 1881 que vale a visita.

Existem casarios importantes como o espaço do prédio da Associação Comercial de Pernambuco, o prédio da antiga Alfândega do Recife - o Paço Alfândega e o imponente edifício Chanteclair. Segundo Silva (2021, p. 44):

O conjunto arquitetônico do Bairro do Recife teve sua importância reconhecida em 1998, Nesse ano, por decisão unânime do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e do Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico Nacional, em reunião realizada em 14 de março, no Rio de Janeiro, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife foi considerado Monumento Nacional, nos termos do decreto-lei nº 256, de 30 de novembro de 1937. Em 28 de julho do mesmo ano, a decisão daquele colegiado foi homologada pela portaria nº 263, assinada pelo então ministro da Cultura Francisco Weffort .

O Bairro do Recife, especialmente a rua do Bom Jesus, apresenta uma movimentação intensa, especialmente aos finais de semana, impulsionada pela Feira de Artesanato e por manifestações culturais na região. Essa dinâmica é reforçada pela presença de equipamentos culturais como o Paço do Frevo, dedicado à preservação e divulgação da cultura do frevo, e o Museu Cais do Sertão, que celebra a história do sertão nordestino e sua relação com o Recife. Além disso, o Marco Zero do Recife, palco de eventos culturais e festivais, atrai grande fluxo de visitantes. As pontes que conectam diferentes pontos do bairro facilitam o acesso às áreas comerciais, culturais e administrativas, onde predominam atividades relacionadas ao setor jurídico, administrativo, comunicação e ao terceiro setor, contribuindo para a vitalidade econômica e cultural da região.

3.2 O Bairro de Santo Antônio

Os frades franciscanos da Ordem Terceira começaram a construir em 1606 o Convento de Santo Antônio. Nas palavras de Sette (1948, p. 31): “De Maurício de Nassau, O bairro de Santo Antônio foi criação”. De fato, foi nele que o Conde fez sua morada e o que ficou conhecido como a cidade Maurícia.

O bairro hoje abriga o centro executivo do governo do estado de Pernambuco, o Palácio do Campo das Princesas onde antes já foi o Palácio Friburgo (construído por Nassau)

³¹ Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/teatro-hermilo-borba-filho> Acesso em: 28 jan. 2025.

e depois o prédio do Erário Régio onde ocorreram a movimentação da Revolução Pernambucana de 1817. Lá também foi palco de alguns episódios da Confederação do Equador.

Porém o que nos chama a atenção é a distribuição urbanística deste espaço. Com a chegada dos holandeses em Pernambuco, outras áreas do Recife foram tomadas e transformadas. A antiga Ilha de Antônio Vaz que abrigava parte do que hoje é o bairro de São José obteve intervenções significativas em seu traçado principalmente com a chegada de Maurício de Nassau. O Conde chegou em Recife em 23 de janeiro de 1637 acompanhado de uma missão científica composta do “latinista e poeta Franciscus Plante, do médico e naturalista Willem Piso, do astrônomo e naturalista Georg Marcgrave, do médico Willem Van Meenen, dos pintores Frans Post e Albert Eckhout, além de outros nomes” (Silva, 2005, p. 107).

O período da presença de Maurício de Nassau no Recife, mostra-nos estudos científicos diversos, incluindo o registro de um eclipse do sol quase total ocorrido no Brasil em 13 de novembro de 1640. Tudo devidamente registrado pelos astrólogos, principalmente George Marcgraf (Barléu [1647], 2005, p. 231-233).

A necessidade de uma urbanização e principalmente, um lugar onde os holandeses pudessem morar de forma mais “adequada”, fez com que o projeto da cidade Maurícia encabeçado por Pieter Post e Jacob van Campen representando o “classicismo arquitetônico nos Países Baixos” tornasse realidade. Os aluguéis eram caros e não havia casas suficientes e as poucas que existiam não eram habitáveis (Silva, 2005, p. 111). Por conta disso, houve a necessidade de ter um espaço destinado a novas moradias e as benfeitorias como ruas calçadas, construção de canais e diques para áreas de mangues alagadas, bem como construção de praças dentre outras benfeitorias.

Recife recebeu assim obras importantes para sua transformação com direito à construções de palácios (Friburgo e o da Boa Vista), o primeiro Observatório Astronômico das Américas, um templo calvinista, uma sinagoga, ruas saneadas, praças, pontes, canais, jardins (com registros para estudos botânicos) e sendo devidamente registrado através das pinturas do Albert Eckhout e do botânico, cartógrafo e astrônomo Georg Marcgrave (Silva, 2005, p. 111-113). Tornando-se assim a primeira cidade planejada do Brasil, a Cidade Maurícia.

As duas pontes erguidas por Maurício de Nassau, tiveram suas fundações em pedra, porém por dificuldades em trechos mais profundos, houve a mudança de material para madeira impermeável. A primeira ligava o Recife à cidade Maurícia. Para esta, o Conde

convoca a população para a sua inauguração e informa que fará um boi voar. A Segunda unia a cabeceira leste do Rio Capibaribe nas proximidades do Palácio da Boa Vista ao Continente (Silva, 2005).

O desenvolvimento do bairro de Santo Antônio dita a boa parte da história do Centro do Recife. Podemos exemplificar esta importância citando os imóveis que de alguma forma estão intrinsecamente vinculados aos roteiros desta dissertação.

Começando com o que hoje é o Palácio do Campo das Princesas, local onde antes havia o Palácio Friburgo e o Erário Régio. Em frente consta a atual Praça da República onde antes foi o Campo do Erário e durante a Revolução Pernambucana também foi palco para o Campo de Honra. Do lado direito desta praça fica o Teatro de Santa Isabel, construído em 1850 e é um monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 31 de outubro de 1949. Em frente ao Palácio do Campo das Princesas está o Palácio da Justiça, onde antes foi o Forte Ernesto no período da invasão holandesa. Seguindo pela rua do Imperador, temos o Convento da Ordem Terceira dos Franciscanos que engloba a Igreja de Santo Antônio e a Capela Dourada. O Gabinete Português de Leitura e o Prédio do Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Margeando o Rio Capibaribe, na rua Martins de Barros, encontramos a Praça 17, o Fórum Tomaz de Aquino Cyrilo Wanderley que entra na rota referente à Insurreição Pernambucana de 1817 por ser o local onde era o antigo palácio, a Igreja do Divino Espírito Santo, que foi o antigo colégio dos Jesuítas e abrigou também a antiga igreja dos Calvinistas Franceses, locais essenciais para o contexto dos nossos roteiros.

Outro local importante do bairro de Santo Antônio é observar a área da Praça da Independência onde ainda existe o antigo prédio do Diário de Pernambuco fundado em 7 de novembro de 1825, o Edifício Seguradora está onde era o Quartel de Artilharia, na esquina da rua 1º de março com a av. Dantas Barreto. Nesta mesma Dantas Barreto, esquina com a Rua Nova há a Igreja do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, transformada em matriz em 1791, naquela mesma região ainda existem duas igrejas interessantes para visita que é a de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, construída entre 1725 e 1757. Por último mas não menos importante, devemos exaltar na rua Larga do Rosário a beleza da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, “onde, entre 1674 e 1888, eram coroados os reis negros do Congo e de Angola” (Silva, 2021, p. 70).

3.3 O Bairro de São José

O que conhecemos hoje como o Bairro de São José, nasceu junto com o bairro de Santo Antônio englobando a Cidade Maurícia na Ilha de Antônio Vaz. Os limites começam justamente onde hoje encontra-se o início da rua Duque de Caxias que começa na atual Praça da Independência ou Pracinha do Diário por estar ali ainda a sede do mais antigo Jornal da América Latina, o Diário de Pernambuco que foi fundado em 1825 pelo tipógrafo e jornalista pernambucano Antonino José de Miranda Falcão, é o jornal em circulação mais antigo do Hemisfério Sul e o mais antigo do mundo em língua portuguesa³².

Suas ruas estreitas e seu comércio popular, consegue fazer com que o Centro do Recife ainda tenha alguma circulação de pessoas. E é ali onde pulsa a cidade. De forma sazonal, a movimentação das datas comemorativas referentes aos dias das mães, dos pais e dos namorados bem como aos eventos dos ciclos carnavalescos, juninos, natalinos faz com que uma boa parte da população procure o que chamamos aqui de “vuco vuco”, termo utilizado para designar o comércio do bairro de São José para as compras dos mais diversos tipos de itens, sejam eles de fantasias, tecidos, calçados, aviamentos, itens de decoração, ou até o que é necessário para uma boa simpatia com as ervas e banhos de cheiros do Mercado de São José.

É também no bairro de São José onde o Carnaval do Recife é majestoso. Seja ele acontecendo com as apresentações promovidas pela Prefeitura ocorrendo no Pátio de São Pedro. Com a Noite dos Tambores Silenciosos no Pátio do Terço. Nos desfiles das agremiações de Escolas de Samba, Caboclinhos, Bois, Maracatus e tantas outras manifestações culturais que ocorrem pelas avenidas Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo ou pelo desfile do Galo da Madrugada que desde 2009 como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco³³. O Clube de Máscaras Galo da Madrugada que desde 1979 desfila pelas ruas do seu bairro e hoje é um dos maiores blocos de rua do mundo, levando multidões para o seu desfile oficial que ocorre tradicionalmente no sábado de Zé Pereira em Recife.

³² Fonte: Agência Senado

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/19/acervo-jornalistico-do-diario-de-pernambuco-torna-se-patrimonio-cultural-material-do-brasil> Acesso em: 6 fev 2025.

³³ Disponível em:

<https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=80846640D121AC0D032575610077F94D>

Acesso em: 6 fev. 2025.

Existem neste bairro lugares fundamentais para a história do Recife. Há, por exemplo, a Basílica do Carmo, onde foi enterrado em local não identificado o corpo de Frei Caneca depois de ter ocorrido o seu arcabuzamento. Neste mesmo lugar, antes da Basílica, o local abrigou o Palácio da Boa Vista, residência do Conde Maurício de Nassau, quando esteve em Recife nos períodos de 1637 a 1644. Em frente à Basílica encontra-se o Monumento em homenagem ao líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi.

Por trás da Basílica do Carmo, andando pela rua do Sol, margeando o Rio Capibaribe existe a Praça Joaquim Nabuco em homenagem ao abolicionista pernambucano e bem perto deste local tem a Ponte da Boa Vista, com estrutura em ferro inaugurada em 1876 que liga o bairro de São José ao Bairro da Boa Vista. Ali, no período nassoviano, havia uma ponte de madeira que fazia esta mesma ligação.

É também nesta região onde seguindo pela margem do Rio Capibaribe, teremos a atual Casa da Cultura do Recife, local que funciona onde foi construída a Casa de Detenção do Recife, inaugurada em 23 de abril de 1855, chegou a abrigar inclusive presos políticos tanto na fase dos Governos de Getúlio Vargas quanto durante o período da Ditadura Militar do Brasil. Tornou-se casa da cultura em 14 de abril de 1976, que funciona como tal até hoje (Barbosa, 1983 p.90-91). Próximo da Casa da Cultura, existe a antiga Estação Central de trem do Recife com sua inauguração em 1890. Em 1972 foi inaugurado o Museu do Trem.

Seguindo para a parte sul, encontraremos o Forte de Cinco Pontas que foi construído em 1630, pelos holandeses, “para guardar as cacimbas de água doce ali existentes” (Guillen, 2010 p. 18) da Cidade Maurícia. Em 1654 após a expulsão dos holandeses, o forte ficou sob a responsabilidade dos portugueses. Nos tempos da Revolução Pernambucana de 1817, foi prisão. Já ficou sob responsabilidade do Exército Brasileiro. Desde 1982 a sua função é ser o Museu da Cidade do Recife.

Seguindo o polígono do Bairro de São José ainda temos no seu entorno na rua Vidal de Negreiros e próximo ao Forte o Pátio do Terço onde ocorre a Noite dos Tambores Silenciosos. Esta celebração ocorre nas segundas de carnaval à meia noite quando os Maracatus do Recife fazem exaltação aos seus antepassados através de toques e rituais próprios. O pátio leva este nome por conta da Igreja de Nossa Senhora do Terço onde segundo Rubem Franca “Ensanduichada entre a rua das Águas Verdes e a rua Direita, a pequena igreja é um ‘ferro de engomar’: uma só torre, esguia e alta como se fora um campanário original ou minarete” (Franca, 1977, p. 106). É nesta igreja em que está, logo na sua entrada, o registro: “Aqui Frei Caneca foi despido de suas vestes sacerdotais” e de lá ele seguiu para sua sentença de morte nos muros do Forte de Cinco Pontas.

A Basílica da Penha é uma igreja com uma beleza particular. Construída num terreno doado por um rico senhor da região, os frades capuchinhos franceses começaram sua construção em 1656, foram expulsos por ordem do rei de Portugal durante o século XVIII só em 1709 é que os Capuchinhos, agora italianos obtiveram autorização para voltar ao Recife e reassumir as obras da igreja que se encontrava abandonada por esta ocasião. A obra só acabou em 22 de janeiro de 1882. A magnitude dos seus altares, as cores dos desenhos do seu teto bem como a sua cúpula, forma basilical pode ser vista in loco todas as sextas feiras quando os frades abrem suas portas para a tradicional Benção de São Félix, ritual de unção com óleo nas mãos e na testa pelos frades ao público que compare bem como jogar a água abençoada pelos freis aos fiéis.

O Mercado de São José surgiu da necessidade de se abrigar o comércio de peixe que ocorria na região do pátio da igreja da Penha. Os pescadores chegavam com seus barcos nas proximidades do Cais de Santa Rita e comercializavam o seu trabalho ali naquela região. “Em 1875 estava concluído o Mercado Público de São José, aquele que seria o primeiro edifício em ferro existente no Brasil e que custou aos cofres públicos pernambucanos o valor de 390:315\$136”(Guillen; Grillo; Farias, 2010, p. 39). Hoje ele é um espaço onde há além da venda de peixes, o nosso artesanato, as ervas medicinais, utensílios para cozinha e vendas de artigos referentes ao nosso turismo.

A rua da Praia é um outro local interessante do bairro, pois foi lá onde ficava a sede do jornal Diário Novo que iniciou seus trabalhos em 1º de agosto de 1842. Nascedouro da Revolução Praieira de 1848.

O bairro também foi palco de polêmicas reestruturações e no seu entorno. Para a construção da avenida Guararapes, houve a destruição da Igreja do Paraíso que ficava próximo onde hoje é a Praça do Sebo. A avenida Dantas Barreto que vai da Praça da República até a Praça Sérgio Loreto, houve a destruição da Igreja dos Martírios em 1973 autorizada pelo então Prefeito do Recife Augusto Lucena numa atitude autoritária visto que a demolição ocorreu na surdina da noite e contra a vontade popular. Essas informações encontram-se em exposição permanente no Museu da Cidade do Recife, bem como a exposição da porta da Igreja dos Martírios e fotografias da Igreja do Paraíso.

Em São José, portanto, onde residia grande parte da tal “populaça” da cidade, que tanto aperreava as autoridades. O planejamento urbano refletia esse problema. É significativo observar que a freguesia de São José, dessa população pobre e deslocada, ficava de um lado da ilha (sul), e o palácio do governo, o teatro e o passeio foram construídos do outro lado (norte). Os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde havia muito trabalho braçal para se fazer. Mas o maior sintoma dessa

redistribuição espacial foi o surgimento na margem do rio, perto do coração de São José, do maior prédio público da província: a casa de detenção. Essa localização revela muito do caráter daquelas reformas. O Recife ficou mais belo. Mas o espaço público continuava excludente. Só que de uma forma mais sutil, na medida em que as novas ideias de preservação e controle eram sobrepostas a repressão pura e simples. A cidade, como ponto de encontro entre a sociedade escravista e patriarcal e um mundo em franca revolução industrial não podia deixar de ter essas contradições, esses contrastes entre ideias e edificações apontando para o futuro, e pessoas vivendo num mundo ainda antigo (Carvalho, 2010, p. 87).

Ainda hoje há uma triste realidade a se constatar. Assim como no texto acima do Professor Marcus Carvalho, vemos um Recife que cresceu de forma a segregar a antiga freguesia de São José. Fica nítido a separação onde próximo do Porto, o bairro que lá está abrigou além do trabalho, a boemia com teatros, neste bairro hoje temos o poder executivo municipal com a sede da Prefeitura. Ao lado norte da Ilha de Antônio Vaz, permanecem os locais de poder com o Palácio do Campo das Princesas, sede do poder executivo estadual, e o Palácio da Justiça, sede do poder judiciário. Também por aquelas bandas temos o Teatro de Santa Isabel. Para o lado sul foram deixados os espaços para o lado mais popular com o seu comércio e suas manifestações culturais de rua. Mostrando que há uma permanência implícita de apartheid social.

3.4 Os monumentos históricos do Centro do Recife

Os monumentos abaixo descritos fazem parte dos roteiros sobre a Revolução pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, objeto de estudos desta dissertação. Estes “lugares de memória” são essenciais para o entendimento do desenrolar de nossa história bem como para a materialização da compreensão dos conteúdos abordados em sala de aula. Entendemos que esta aula diferenciada estimula o olhar crítico dos nossos estudantes ao colocarmos o conhecimento para além dos muros escolares.

Podemos dizer, portanto, que o aprendizado do passado se faz para além da educação escolar. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas e que diversas pedagogias atuam no campo social para que cada ser humano realize a aprendizagem do passado e estabeleça com ele uma dada relação, não apenas cognitiva, imaginativa, simbólica, mas também afetiva (Albuquerque Júnior, 2014 p. 150-151).

É crucial que os alunos sejam incentivados a analisar diferentes perspectivas, interpretar fontes históricas e construir seus próprios entendimentos sobre o passado. Uma vez

que a consciência histórica acontece a partir do momento em que possamos engajar nossos estudantes em aulas mais atrativas no sentido de proporcionar uma vivência aos locais dos acontecimentos ocorridos em 1817 e 1824 despertando o interesse desses jovens pelo passado, Apresentando estes locais e mostrando a sua relevância para o nosso tempo presente, desenvolvendo habilidades de análise crítica, fazendo com que o ensino de história deve ir além da mera memorização de datas e fatos. Ao estimular a empatia e o respeito pela diversidade, proporcionamos uma atividade que possa desenvolver uma consciência crítica, formando uma juventude capaz de compreender a sua atuação na sociedade e que tipo de relação humana podemos ter em relação ao futuro, onde estamos ávidos por uma sociedade mais justa, democrática e consciente.

A proposta é termos um itinerário contínuo do bairro do Recife até o bairro de São José perpassando pelo bairro de Santo Antônio. Focaremos nos monumentos, ruas e praças relativas aos acontecimentos de 1817 e 1824, aproveitando também os espaços próximos a estes locais visto que a saída da Escola é um acontecimento difícil de acontecer por conta da logística dos transportes, a situação financeira de cada estudante com relação a sua estadia ali naquele momento. Buscamos então um itinerário prático (apesar de longo) mas que possa durar em torno de cinco a seis horas com caminhadas e conversas sobre os locais visitados com paradas estratégicas para lanche, água e acesso a banheiros.

Forte do Brum: Construído em 1629 com a finalidade de segurança e defesa do Porto do Recife. Foi ocupado pelos holandeses em 1630. Em 1817 abrigou o então governador da Capitania de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro devido à eclosão da Insurreição Pernambucana em 06 de março daquele ano. Serviu como prisão para Cipriano Barata, um dos líderes intelectuais da Confederação do Equador e do então governador da Província de Pernambuco Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Hoje abriga o atual Museu Militar do Recife, administrado pelo Exército Brasileiro (Imagens 2 e 3)

Imagem 2 - Vista do Recife tomada do Forte do Brum (século XVIII) — Acervo Digital Afro-Brasileiro



Fonte: Flickr. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/acervoafrobrasileiro/35087307300/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

Imagem 3 - Vista atual do Forte do Brum



Fonte: Bora pra lá comigo (2015). Disponível em: <https://www.borapralacomigo.com.br/2015/01/forte-de-sao-joao-batista-do-brum-recife.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

Antiga rua dos Judeus - Atual Rua do Bom Jesus: O terreno onde hoje localiza-se a rua do Bom Jesus foi adquirido pelo comerciante português Duarte Saraiva, cristão-novo

(designação dada aos judeus convertidos ao cristianismo por imposição da coroa portuguesa) onde praticava em sua residência, junto com outros judeus a prática da sua religião. Ali havia um mercado de escravizados - o 'Merckt opt Jodesnstraat'. Foi também nesta rua que surgiu a primeira Sinagoga das Américas, a Kahal Zur Israel³⁴(Imagens 4 e 5).

Imagem 4 - Rua da Cruz tendo ao fundo a Porta ou Arco do Bom Jesus - Maria Graham - 1821



Fonte: Bairro do Recife (2014). Disponível em: <https://bairrodorecife.blogspot.com/2014/02/a-rua-do-bode-dos-judeus-da-cruz-e-do.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

³⁴ Disponível em: www.portodigital.org/noticias/rua-do-bom-jesus-conheca-a-historia-de-uma-das-ruas-mais-bonitas-do-mundo Acesso em: 3 jul 2024.

Imagem 5 - Rua do Bom Jesus atualmente



Fonte: Bairro do Recife (2014). Disponível em: <https://bairrodorecife.blogspot.com/2014/02/a-rua-do-bode-dos-judeus-da-cruz-e-do.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Sinagoga Kahal Zur Israel (Santa Comunidade Rochedo de Israel): A primeira Sinagoga das Américas fora construída no que hoje chama-se Bairro do Recife, na antiga rua dos Judeus. Encontrou-se neste local a micveb ou mikveh - antiga piscina de banho ritual³⁵. O fato da liberdade religiosa ter sido concedida por Maurício de Nassau foi ao mesmo tempo fator de preocupação quando este resolveu voltar para Holanda. Segundo Silva, (2005, p. 95) “Quando os judeus souberam que o Conde [de Nassau] estava planejando voltar à Europa, escreveram-lhe uma carta, datada de 1º de maio de 1642, implorando que permanecesse, oferecendo-lhe três mil florins a cada dia primeiro de janeiro, durante o tempo que ficasse. E, quando Nassau finalmente partiu, a 11 de maio de 1644, várias famílias israelitas fizeram o mesmo.” (Imagens 6 e 7)

³⁵ Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/rua-do-bom-jesus-recife-pe/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

Imagem 6 - Placa localizando a rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus



Fonte: Peregrina Cultural (2008). Disponível em:
<https://peregrinacultural.com/2008/08/10/sinagoga-kaah-zur-israel-recife-seculo-xvii/>
 Acesso em: 17 jan. 2025.

Imagem 7 - Sinagoga Kahal Zur Israel, Recife



Fonte: Peregrina Cultural (2008). Disponível em:
<https://peregrinacultural.com/2008/08/10/sinagoga-kaah-zur-israel-recife-seculo-xvii/>
 Acesso em: 17 jan. 2025.

Praça do Marco Zero: Atualmente a praça do Marco Zero é um ponto turístico central e de grandes eventos em Recife, porém aquela região abrigava até bem pouco tempo

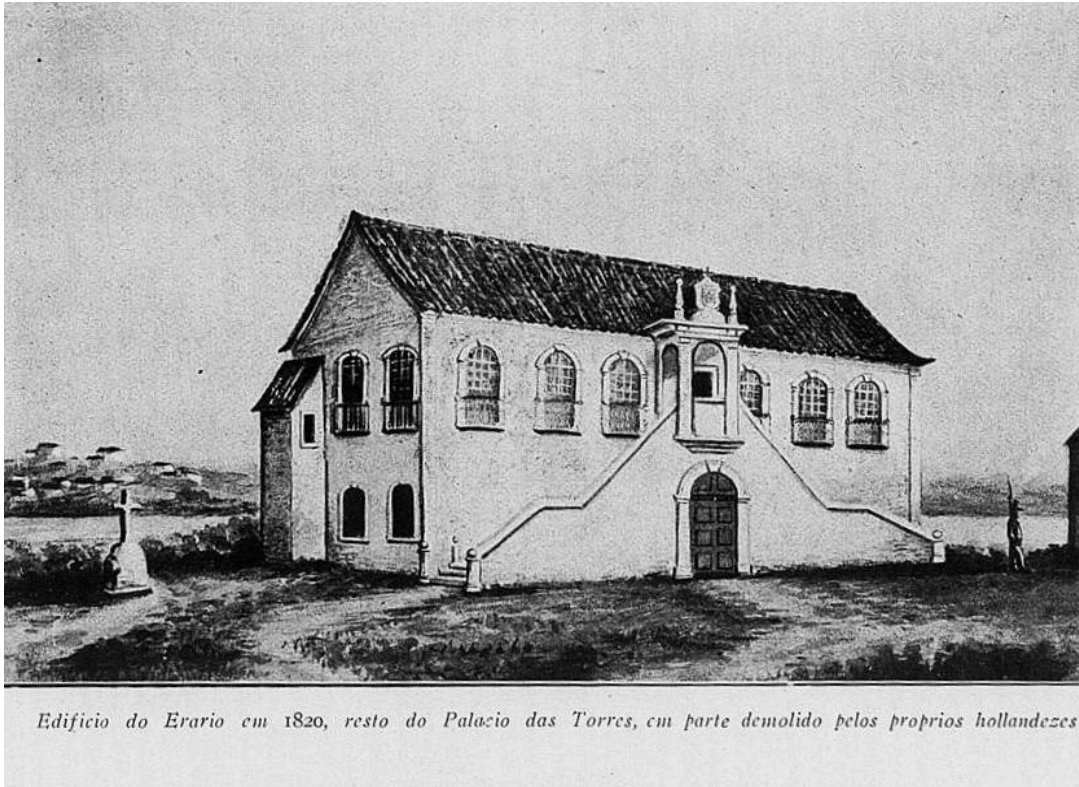
Imagem 9 - Praça do Marco Zero - Recife



Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/dpqEcRZ6rNj5MAh57>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Palácio de Friburgo - Posteriormente Antigo edifício do Erário Régio - Atual Palácio do Campo das Princesas: “Chamava-se Friburgo, isto é, cidadela da liberdade” (Barléu [1647], 2005, p. 178) possuía duas torres elevadas e uma delas possuía uma lanterna que servia de farol aos navegantes. Piscinas com a função de viveiros de peixes; espaço destinado a coqueiros, laranjeiras, limoeiro, romãzeiras, figueiras dentre outras árvores frutíferas que compunham os arredores do palácio. Atual sede do governo do Estado de Pernambuco. Durante a Revolução Pernambucana de 1817 a Casa do Erário estava situada onde hoje fica exposto o busto de Maurício de Nassau, em frente ao Palácio do Campo das Princesas. Informações da época apontam que lá estavam guardados 600 contos de réis. Os líderes do movimento precisavam do dinheiro para dar continuidade à República Pernambucana. Lá instalou-se o governo provisório em 1817 (Imagens 10 e 11).

Imagem 10 - Antigo edifício do Erário Régio



Fonte: Revolução pernambucana de 1817 (2017). Disponível em: <https://revolucaopernambucanade1817.blogspot.com/2017/03/38-caminhos-da-revolucao-de-1817.html>
Acesso em: 26 dez. 2024.

Imagem 11 - Foto atual do Palácio do Campo das Princesas



Fonte: Janaina Pepeu/Secom (2024). Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/08/palacio-do-campo-das-princesas-recebera-nova-pintura.html>
Acesso em: 21 dez. 2024.

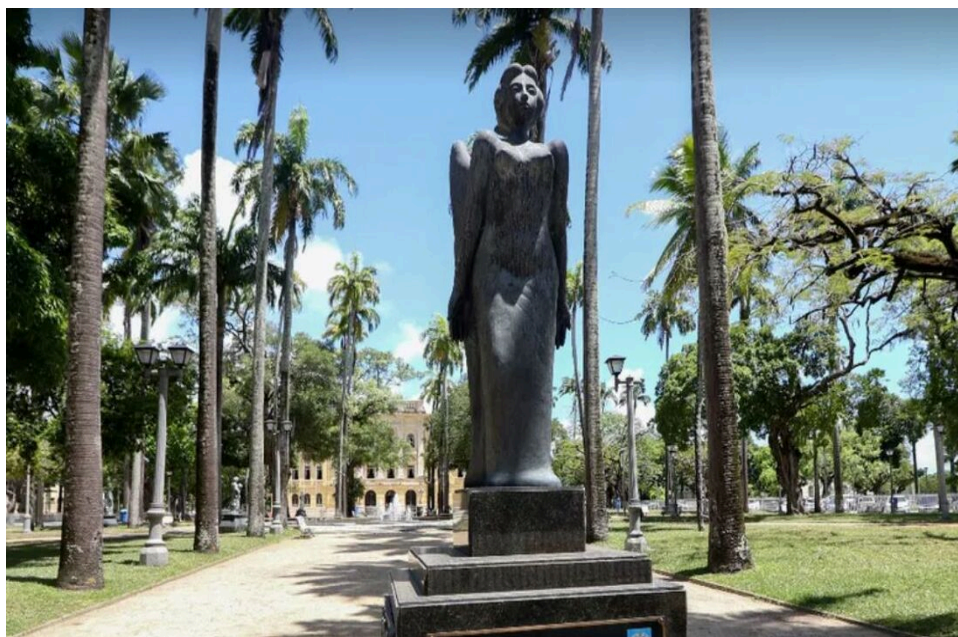
Campo de Erário Régio / Campo da Honra, também no Palácio do Campo das Princesas: O local sediou a bênção das Bandeiras, em 2 de abril de 1817. Após a derrota do movimento, foram enforcados no local os padres Domingos Tenório; Ignácio Nóbrega; José de Barros Lima o “Leão Coroado” e o vigário Tenório (Imagem 12 e 13)

Imagem 12 - Bênção das bandeiras dos revolucionários pernambucanos. Obra de Antônio Parreiras - Antônio Parreiras/Museu da Cidade do Recife



Fonte: Wikipedia (2024). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:B%C3%AAn%C3%A7%C3%A3o_das_bandeiras_da_Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1817_cropped.jpg#/media/Ficheiro:B%C3%AAn%C3%A7%C3%A3o_das_bandeiras_da_Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1817_cropped.jpg. Acesso em: 10 abr. 2025.

Imagem 13 - Monumento aos Heróis da Revolução Pernambucana de 1817, de Abelardo da Hora, inaugurado em 1994



Fonte: Folha PE (2023). Disponível em: <https://www.folhape.com.br/columnistas/blogdafolha/os-legados-da-revolucao-pernambucana-de-1817/35707/> Acesso em: 21 dez. 2024.

Convento de Santo Antônio - Forte Ernesto - Convento de Santo Antônio: Construído em 1612 como Convento, tomou ares de fortificação e ficou conhecido como “o grande quartel”. Nas palavras de Barléu: “ O Forte Ernesto ergue-se na ilha de Antônio Vaz, ao ocidente do Recife. Tem três faces e é munido de um fosso assaz largo, de paliçadas e bastiões. Com quatro bocas-de-fogo, guarda ele o rio, as planícies da ilha e a vila de Antônio Vaz, que aí nasceu”(Barléu [1647], 2005, p. 168). Ele chegou a possuir 19 canhões, de bronze e ferro, de calibres diversos, e um morteiro de trabuco, sendo notadas entre as suas peças de bronze duas com as armas de Portugal e uma com as armas da Espanha³⁶. Após a Restauração em 1654 o Forte foi devolvido aos franciscanos e estes o transformaram novamente num convento. A atual Ordem Terceira dos Franciscanos engloba, dentre outras edificações, o Museu de Arte Sacra que é a Capela Dourada e a Igreja de Santo Antônio. Todas localizadas na rua do Imperador, Bairro de Santo Antônio - Recife (Imagens 14 e 15).

³⁶ Disponível em: <https://www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-forte-ernesto.php>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Imagem 14 - Mapa da Cidade Maurícia localizando o Forte Ernesto



Fonte: Atlas de Vingboons (1665). Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Recife-Map1665-ForteErnesto.jpg>:
Acesso em: 17 jan. 2025.

Imagem 15 - Fachada atual do Convento de Santo Antônio, Recife



Fonte: Sacntuaria (2015). Disponível em:
<https://sanctuaria.art/2015/06/22/convento-de-santo-antonio-e-a-capela-dourada-recife-pe/> Acesso em: 17 jan. 2025.

Cadeia Nova, atual Arquivo Público Estadual: A edificação onde hoje abriga o Arquivo Público Estadual foi construída em 1732 para ser a Casa de Câmara e Cadeia do Recife. A Casa de Câmara foi transferida para um local próximo da Praça Dezessete na ocasião do desenrolar da Confederação do Equador, onde foi palco da prisão de Frei Caneca em 1824 (Imagens 16 e 17).

Imagem 16 - Imagem atual da sede do Arquivo Público de Pernambuco



Fonte: Patrimônio. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/recife-antiga-casa-de-camara-e-cadeia#!/map=38329&loc=-8.04928649453274,-34.83738899230957,13>. Acesso em: 21 dez. 2024.

Imagem 17 - Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre a antiga Cadeia do Recife



Fonte: Acervo pessoal, [Luciana Xavier Viana](#) em novembro de 2024.

Ponte Maurício de Nassau/Ponte do Recife, hoje Rua 1º de Março na antiga livraria Ramiro Costa: A necessidade da ponte aconteceu para que o transporte do açúcar acontecesse sem perdas uma vez que este era levado na maré baixa e para proteger o açúcar dos respingos da água que ocorriam durante a travessia de barco. Ao custo de 240.000 florins,

a ponte foi erguida inicialmente em pedra e por conta das dificuldades encontradas na construção, a sua conclusão foi em madeira impermeável. A inauguração contou com o atrativo do Boi Voador. O espetáculo foi feito com a apresentação de um boi empalhado com auxílio de cordas que fez o mesmo deslizar e encantar a população que pagou cerca de duas patacas à ida e duas à vinda rendendo assim mil e oitocentos florins só na tarde da inauguração (Silva, 2005). A Ponte Maurício de Nassau era a única travessia construída em 1817 que ligava o Bairro do Recife ao Bairro de São José. Houve uma tentativa de destruí-la na ocasião para isolar os revolucionários (Imagens 18 e 19).

Imagem 18 - Extrato da gravura "Mauritiópolis" de Frans Post com a Ponte do Recife em destaque, c. 1645



Fonte: Researchgate . Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Extrato-da-gravura-Mauritiopolis-de-Frans-Post-com-a-Ponte-do-Recife-em-destaque-c_fig3_373706287 Acesso em: 25 jan. 2025.

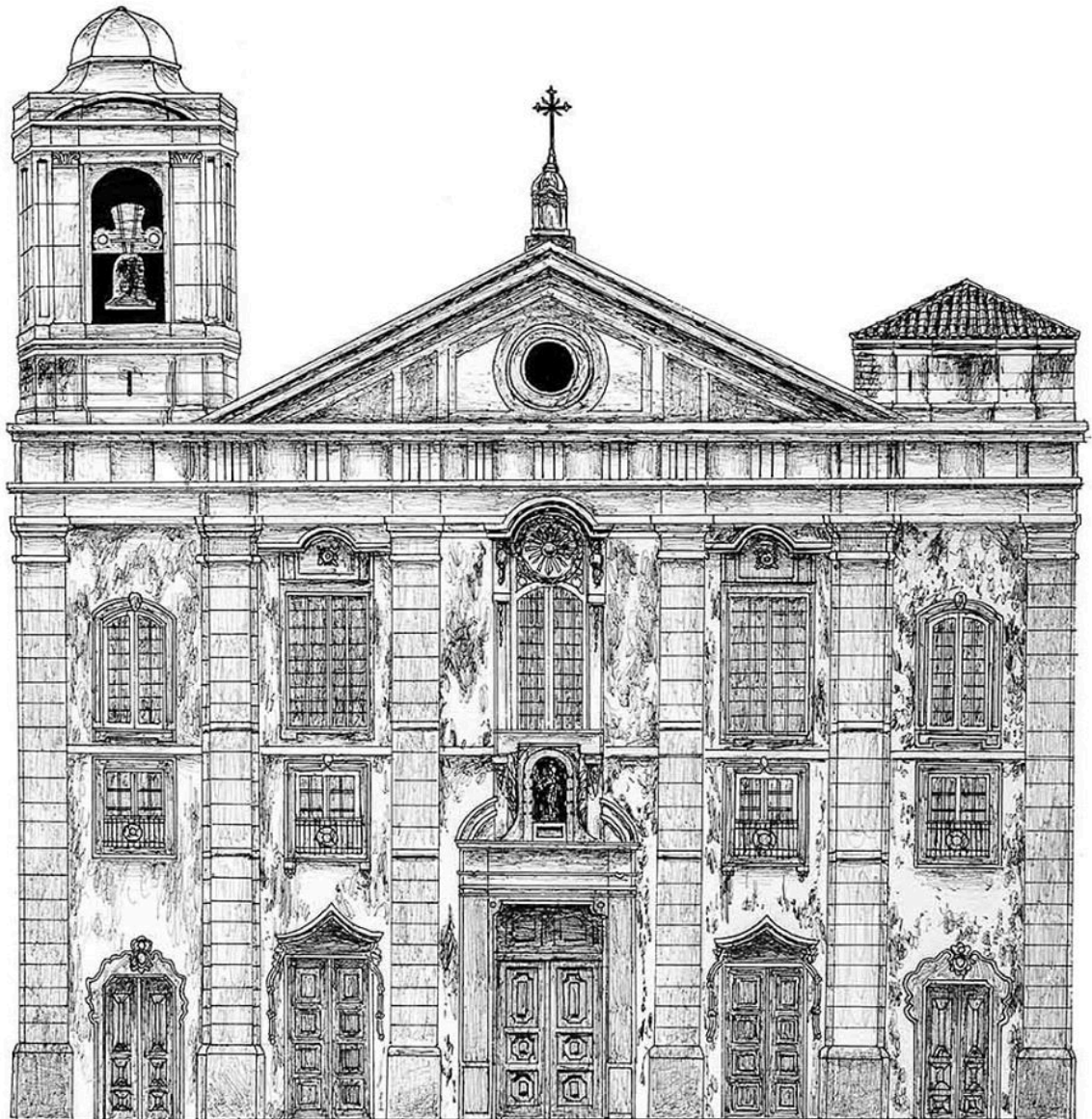
Imagem 19 - Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre a Ponte do Recife



Foto: Luisi Marques/TV Jornal (2017). Disponível em <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/07/04/placas-sinalizam-a-revolucao-pernambucana-de-1817-no-recife-e-olinda-293217.php>. Acesso em: 9 mar. 2025.

Igreja Calvinista dos Franceses - Atual Igreja do Espírito Santo: Erguida em 1642 com o nome de Igreja dos Franceses, sua construção foi financiada pelo Conde Maurício de Nassau e pelo Conselho dos Dezenove (Conselho pertencente à administração da Companhia das Índias Ocidentais constituído de dezenove diretores, com 18 conselheiros regionais e um representante dos Estados Gerais, que se reuniam em Amsterdã e Middelburg, alternativamente), solicitado pelos reverendos franceses La Riviere e Auton. Com o fim da invasão holandesa, o templo foi doado aos padres jesuítas (Imagens 20 e 21)

Imagem 20 - Igreja Calvinistas dos Franceses



Fonte: Hinsching (2020). Disponível em: <https://hinsching.wordpress.com/2020/07/16/a-principal-igreja-calvinista-do-brasil-holandes>. Acesso em: 9 mar. 2025.

Imagem 21 - Vista da fachada da Igreja do Divino Espírito Santo



Fonte: Conjuntos urbanos. Disponível em: <https://conjuntosurbanospe.com.br/conjuntos-urbanos/recife-olinda/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Palácio Velho, atual Fórum Thomaz de Aquino: No século 19, o antigo Colégio da Companhia de Jesus, localizado no Recife, foi destruído para que o Palácio do Governo pudesse ser construído. O governador Caetano Pinto estava presente quando a Revolução começou. Ele deixou o palácio e se refugiou no forte do Brum. No começo do século 20, o Grande Hotel operou nas instalações do antigo palácio. Hoje em dia, o edifício é de propriedade do Tribunal de Justiça do Estado (Imagens 22 e 23).

Imagem 22 - Vista do Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley



Fonte: Lalaisca (2012). Disponível em: <https://lalaisca.blogspot.com/2012/07/neste-edificio-funcionou-o-grande-hotel.html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Imagem 23 - Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o Palácio Velho

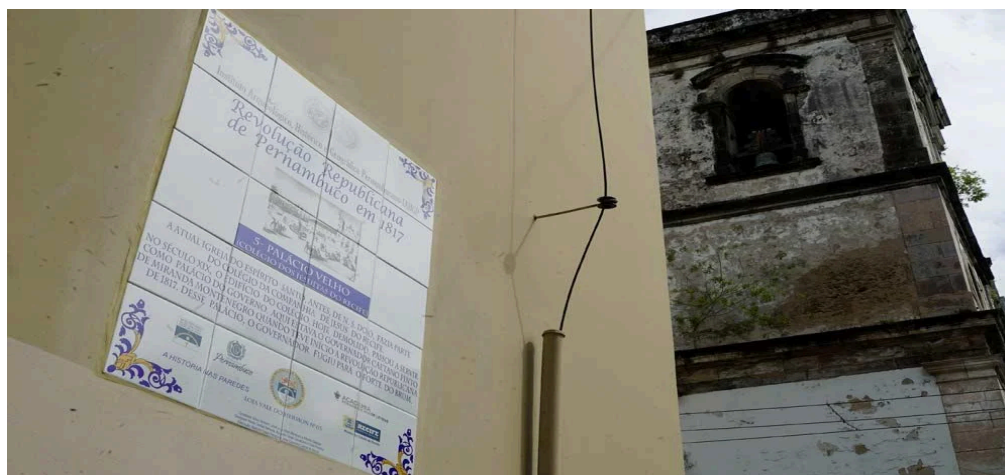


Foto: Luisi Marques/TV Jornal. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/07/04/placas-sinalizam-a-revoluc-ao-pernambucana-de-1817-no-recife-e-olinda-293217.php>. Acesso em: 9 mar 2025.

Praça Dezessete: Arredores para onde fora transferida a Casa de Câmara por ocasião da Confederação do Equador. Atualmente a praça abriga o monumento português em homenagem à aviação, a representação de Ícaro, alusão ao primeiro mártir mitológico da aviação. Do outro lado da rua do Imperador, na mesma imediação, em frente da atual Igreja

do Divino Espírito Santo há uma fonte de água com uma índia segurando uma pena na mão direita representando a nação brasileira. As datas do pedestal onde encontra-se a índia estão dispostas 1654 (Restauração Pernambucana), 1817 (Revolução Pernambucana), 1824 (Confederação do Equador), 1889 (Proclamação da República) (Imagens 24 e 25).

Imagem 24 - Antigo Colégio dos Jesuítas do Recife, a partir de 1855 convertido na Igreja do Divino Espírito Santo



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1450291461778066/2080074772133062/?type=3&theater> Acesso em: 26 dez. 2024.

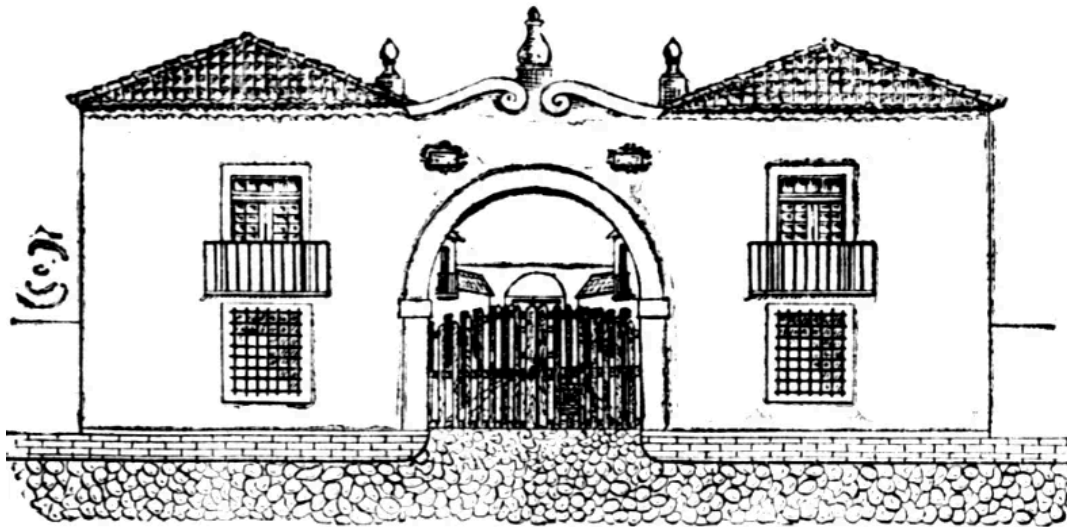
Imagem 25 - Cartão Postal Praça Dezesete, Recife



Fonte: Lenach. Disponível em: <https://www.lenach.com.br/recife-pernambuco-praca-dezesete-cartao-postal-fotografico-antigo-original> Acesso em: 26 dez. 2024.

Quartel de Artilharia: Local onde houve o conflito quando o brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa de Castro foi assassinado ao realizar ordem do governador local de prender supostos envolvidos em uma conspiração. Esse assassinato foi cometido pelo capitão José de Barros Lima (o Leão Coroado), que reagiu à voz de prisão realizada pelo brigadeiro Quartel de Artilharia (Imagens 26 e 27).

Imagem 26 - Quartel de Artilharia



Fonte: Reddit. Disponível em: https://www.reddit.com/r/Recife/comments/1j4vbtn/100_anos_atr%C3%A1s_artigo_do_di%C3%A1rio_de_pernambuco_de/?rdt=43613 Acesso em: 11 mar. 2025.

Imagem 27 - Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o Quartel de Artilharia



Foto: Luisi Marques/TV Jornal (2017). Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/07/04/placas-sinalizam-a-revolucao-pernambucana-de-1817-no-recife-e-olinda-293217.php>. Acesso em: 11 mar 2025.

O Palácio da Boa Vista (Schoonzit, em holandês) - Atual Basílica do Carmo: A principal atribuição deste palácio era o repouso e o lazer. Foi construído em 1643 nas imediações do Rio Capibaribe, na Ilha de Antônio Vaz. Com a expulsão dos holandeses em

1654, o palácio foi doado à ordem dos Carmelitas para que nele fosse construído o hospício do Recife. O local passou por diversas obras até que por volta de 1685 o senhor de engenho Diogo Cavalcanti Vasconcelos assumiu os custos da construção da capela-mor de uma nova igreja nas proximidades da primeira e em troca ele teria a garantia de uma sepultura para ele e seus familiares naquele local³⁷. A construção da igreja iniciou-se em 1665 e a conclusão do Convento ocorreu em 1730. A importância dela para a Confederação do Equador é que Frei Caneca entrou para o Convento do Carmo do Recife em 1796; Anunciou seus votos em 1797; Ordenou-se em 1801, tomando como nome Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, firmando assim o compromisso religioso nesta Ordem. Os relatos é que após o arcabuzamento de Frei Caneca, seu corpo foi deixado na frente do Convento Carmelita, sendo recolhido por seus Confrades e enterrado em local desconhecido, dentro das dependências deste local (Imagens 28 e 29)

Imagem 28 - Sobreposição de mapas feita por Menezes (1998). Mapa 11.



Fonte: Researchgate. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Sobreposicao-de-mapas-feita-por-Menezes-1998-Mapa-11-Legendas-1-Palacio-da-Boa-fig3_385785134 Acesso em: 22 jan. 2025.

Legendas: 1) Palácio da Boa Vista; 2) Reduto holandês; 18 3) Basílica de Nossa Senhora do Carmo 4) Igreja de Santa Teresa de Jesus da Ordem Terceira Carmelita; 5) Torre do Convento Carmelita.

³⁷ Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/3_rota_patrimonio_nossa_sra_carmo_recife_pe.pdf Acesso em: 30 jun. 2024.

Imagem 29 - Fachada atual da Basílica de Nossa Senhora do Carmo, centro do Recife



Fonte: Arquidiocese de Olinda e Recife. Disponível em: <https://www.arquidioceseolindarecife.org/nossa-senhora-do-carmo/> Acesso em: 26 Dez 2025.

Igreja de Nossa Senhora do Terço: A igreja foi construída no século XVIII e reconstruída na segunda metade do século XIX. Está inscrito na entrada da igreja: Aqui Frei Caneca foi despido de suas vestes sacerdotais. O carmelita foi julgado e sentenciado à morte por enforcamento. Sua cabeça e mãos foram raspadas, simbolizando assim a retirada dos seus compromissos eclesiásticos. Foi despido de suas vestes sacerdotais e de lá, encaminhado para os arredores do Forte de Cinco Pontas para a sua sentença final. Imagens 30, 31 e 32.

Imagem 30 - Pátio do Terço - Recife, 1878



Fonte: Newton Thaumaturgo (2012). Disponível em: <https://newtonthaumaturgo.blogspot.com/2012/12/patio-do-terco-em-recife-1878.html> Acesso em: 22 jan. 2025.

Imagem 31 - Fachada atual da Igreja de Nossa Senhora do Terço da rua Vidal de Negreiros, Bairro de São José



Fonte: Google Maps. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Igreja+de+Nossa+Senhora+do+Ter%C3%A7o/@-8.0690504,-34.880486,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipMu6R0Fhm3iD3C_jAUl-zC634KZxw_IJYaoQX9P!2e1!3e1!2!6shttps://www.googleusercontent.com/2Fp%2FAF1QipMu6R0Fhm3iD3C_jAUl-zC634KZxw_IJYaoQX9P%3Dw203-h125-k-no!7i2976!8i1836!4m7!3m6!1s0x7ab18b6ebd644d1:0x8325529fa81c6f8!8m2!3d-8.069073!4d-34.880446!10e5!16s%2Fg%2F120_rx5v?entry=tu&g_ep=EgoyMDI0MTIxMS4wIKXMDSoASAFAw%3D%3D Acesso em: 26 dez. 2024

Imagem 32 - Placa no piso de entrada da Igreja de Nossa Senhora do Terço, bairro de São José - Centro do Recife, informando que Frei Caneca foi despido de suas vestes sacerdotais para ser encaminhado ao seu arcabuzamento logo em seguida



Fonte: Google Maps Disponível em: [Igreja de Nossa Senhora do Terço](#) Acesso em: 26 dez. 2024

Forte Frederik Hendrik, chamado das Cinco Pontas: O atual Museu da Cidade do Recife foi construído pelos holandeses num local em que haviam cacimbas para abastecimento de água potável e por estar localizado próximo da barreta dos Afogados, ao sul da área que futuramente ficou conhecida como cidade Maurícia. A intenção era construir um forte para defender aquela área do Porto do Recife, com o início de sua construção em 1630. O nome Frederik Hendrik foi em homenagem ao Príncipe de Orange e Capitão-General e Almirante-general de cinco das sete Províncias Unidas dos Países Baixos. A construção original foi projetada em forma de pentágono, com um fosso para entrada de água que envolvia toda a fortificação sendo esta uma das características das construções holandesas (Mello Neto, 1983). Ele foi o local de prisão dos suspeitos envolvidos na morte de europeus, de um dos líderes do movimento da Insurreição Pernambucana de 1817, Domingos José Martins (Imagens 33, 34, 35 e 36).

Imagem 33 - Cidade do Recife (Brasil) no século XVII mostrando o Forte das Cinco Pontas
1665 Atlas de Vingboons (1665)



Fonte: Autor desconhecido. Patrimônio. Disponível em:
<https://www.ipatrimonio.org/recife-forte-das-cinco-pontas/forte-de-cinco-pontas-imagem-vingboons-atlas-1665/>.
Acesso em: 11 mar. 2025.

Imagem 34 - Vista aérea do Forte de Cinco Pontas localizado no Bairro de São José, Centro do Recife



Fonte: Ministério do Turismo. Disponível em:
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/a-beleza-e-historia-do-forte-das-cinco-pontasc-em-recife>.
Acesso em: 26 dez. 2024.

Imagem 35 - Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o Forte de Cinco Pontas, atual Museu da Cidade do Recife



Foto: Luisi Marques/TV Jornal. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/07/04/placas-sinalizam-a-revolucao-pernambucana-d-e1817-no-recife-e-olinda-293217.php>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Imagem 36 - Muro do Forte de Cinco Pontas, local onde há placa alusiva ao suposto local do arcabuzamento de Frei Caneca



Fonte: Rebeca Kester. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/rebecakestler/2629593199> Acesso em: 26 dez. 2024.

Imagem 37 - Vista aérea dos bairros do Centro do Recife envolvidos nesta dissertação: Santo Antônio, São José e o Bairro do Recife



Fonte: Conjuntos Urbanos. Disponível em: <https://conjuntosurbanospe.com.br/conjuntos-urbanos/recife-olinda/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Também local da execução do Frei Caneca (envolvido tanto na Revolução Pernambucana de 1817 quanto na Confederação do Equador de 1824) que terminou sendo arcabuzado visto que os seus carrascos se recusaram a executar a pena por enforcamento. O seu arcabuzamento ocorreu em 13 de janeiro de 1825 .

4 AULAS DE CAMPO DE HISTÓRIA: UM ROTEIRO PEDAGÓGICO E AFETIVO PELAS RUAS DO RECIFE

Andar pelo centro do Recife é entender que esta cidade formou-se a partir de muitos enredos. Poderíamos falar do contexto histórico colonial, imperial ou republicano do Brasil que em todos estes cenários, o centro do Recife está presente. Ao escolhermos a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, estamos colocando o recorte de lugares onde a cidade ainda tem muita história pra contar e neste cenário que colocamos os nossos estudantes para problematizar, comparar e recriar estes espaços em nossa cidade.

4.1 A relação dos conteúdos do roteiro com o currículo do segundo ano do ensino médio

O Recife é uma cidade que tem em sua história, episódios marcantes para a nossa população e para o Brasil. Porém sempre intrigou-me o fato destes locais não terem hoje uma evidência significativa para os estudantes de escolas públicas.

Observar a cidade e entender a importância dela para o cenário nacional faz com que as aulas de história possam se tornar um atrativo a mais para este público que em sua maioria são oriundos de uma vulnerabilidade social. É neste contexto que amadurecemos a ideia de formular roteiros históricos para os locais onde o Patrimônio Cultural possam ser evidenciados justamente para esta população que não tem (ou não há incentivo para o) acesso aos equipamentos culturais de nossa cidade.

Os roteiros escolhidos foram a Insurreição de Pernambuco de 1817 que é a Data Magna de Pernambuco e a Confederação do Equador de 1824 que no ano de 2024 completou 200 anos. Fazer a opção por estes roteiros urbanos como complemento para as aulas dentro da sala de aula é uma forma de ensino com um auxílio valioso da Educação Patrimonial.

Estimular o pertencimento a estes lugares de memória em Recife, trazer o debate para quem ocupou este espaço, quais foram as circunstâncias e ressignificar este espaços nos mobiliza a propor um tipo de conhecimento significativo através da visita e explanação desses lugares para obtermos um olhar diferenciado e assim, realizarmos a real motivação da Educação Patrimonial.

Sabemos que para preservar, é necessário conhecer a nossa história, contestá-la e principalmente entender as nuances dos ocorridos. Quem esteve envolvido e os motivos pelos quais as situações foram desenvolvidas. É lógico que o olhar para esses fatos precisa estar atento e principalmente ser crítico.

Preservar é cuidar? Mas como podemos cuidar de algo que não temos identificação? Por anos, os espaços de memória enaltecem apenas o vínculo dos vencedores, dos guerreiros, de vitórias que não tinham identificação com grande parte da população. Esta reflexão talvez consiga explicar o porquê do abandono de grande parte de espaços históricos no centro do Recife.

A identidade de um povo é construída a partir da relação de pertencimento com determinado fato e/ou espaço físico. Se não há este vínculo, esses lugares permanecerão no esquecimento.

Portanto, o tripé conhecer-valorizar-preservar em relação ao patrimônio é, no ensino de História, proposto como criar-interrogar-reparar, de forma que as ações de Educação Patrimonial no ensino de História possam promover encontros e diálogos de pessoas, saberes, lugares, fazeres, formas de expressão, celebrações e narrativas de vidas (Gil; Pacievitch; Perussatto, 2022, p. 62).

A relevância histórica pode variar de acordo com o tempo. Nada é imutável. Os questionamentos são muitos, porém há aqueles locais que perpassam por várias gerações e continuam com sua importância significativa. E são para estes que o nosso olhar será direcionado.

A Educação Patrimonial tem a função de fazer com que os estudantes consigam enxergar de modo didático os seus equipamentos culturais de um jeito a questionar o sentido, a forma, a funcionalidade e os envolvidos no processo de criação, principalmente qual a relevância hoje daquilo que foi preservado.

O despertar para o questionamento desses espaços (trataremos inicialmente de patrimônios materiais) faz com que haja uma reflexão sobre a importância e relevância desses ambientes e ao mesmo tempo encontrar o fio condutor para a identificação (ou não) desses espaços de memória.

A Declaração dos Direitos Humanos³⁸ no seu artigo 27 versa sobre a livre participação da vida cultural da comunidade, assegurando os benefícios das artes e do progresso científico. Porém o apartheid social em que a população de periferia vive hoje segrega-os a apenas conviver e ocupar espaços pertencentes a sua comunidade. A vinda ao Centro do Recife custa a passagem do transporte público, há locais que cobram pelo acesso (alguns estabelecem a gratuidade aos estudantes de escolas públicas) ou encontram-se fechados nos fins de semana

³⁸ Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 30 abr. 2024.

que são os dias possíveis para uma visita visto que a vida escolar acontece de segunda a sexta.

A cidadania social discorre sobre a dignidade humana ligada diretamente aos direitos à educação, alimentação, moradia, lazer, saúde e respeito aos direitos humanos. Diante disso, oportunizar aos estudantes de escola pública o contato direto com locais onde os fatos históricos ocorreram em nossa cidade, conduz a uma educação voltada a oportunizar um conhecimento significativo, diferenciado, onde o estudante consiga vivenciar e construir memórias em torno de nossa história e por consequência, o sentimento de pertencimento em relação a esses patrimônios.

Ao falar de memória e espaços de memória automaticamente grande parte das pessoas que trabalham com História, lembram do francês Pierre Nora. Ele diz que “A memória é um absoluto e a História é relativa” (Nora, 1993 p. 9). Por ter a habilidade de esmiuçar os detalhes, a história tem a capacidade de fazer a análise fria dos fatos enquanto que a memória fará a seleção daquilo que lhe convém.

Os espaços de memória coletiva são moldados de acordo com os aspectos culturais e hábitos de uma população caracterizando uma peculiaridade de determinado local. Segundo Halbwachs, “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade” (Halbwachs, 2006, p. 160). São esses os aspectos que caracterizam a história de cada pessoa.

Problematizar o conteudismo do ensino de História e ao mesmo tempo indagar sobre as relações de poder, os aspectos sociais de uma determinada época, as relações com a religiosidade, as artes e os saberes diversos são situações que podem ser analisadas através de uma aula de campo, pelas ruas do Centro do Recife.

Colocar a Escola em um roteiro urbano, proporciona um aprendizado real, palpável, descrevendo na prática o que os livros didáticos expõem. Isto possibilita o olhar desses espaços de memória que hoje encontram-se invisibilizados para os estudantes de escolas públicas das periferias mais distantes do Centro do Recife. É um exercício de cidadania cultural, plena. Estimula o pertencimento e principalmente a reflexão sobre esses lugares.

Subscrevo aqui as palavras das Professoras Gil e Pacievitch (2015, p. 33) no artigo “Patrimônio Cultural e Ensino de História: Experiência na Formação de Professores” onde elas relatam a importância de se conhecer os espaços das cidades “com os seus sons, cheiros, sabores, lugares, edificações e pessoas” faz com que a gente entenda a importância dos centros urbanos e como esta dinâmica pode ser um potencial identificador das

particularidades de cada região. E ao mesmo tempo questionar os personagens que fizeram parte dessas histórias bem como aqueles que foram apagados ou sequer lembrados, como é o caso dos trabalhadores envolvidos nas construções ou o povo de forma em geral.

O conhecimento é a necessidade prioritária para o ensino de qualquer área bem como o pensamento científico, crítico e criativo ampliando assim o repertório cultural e a comunicação dos estudantes que podem e devem utilizar as ferramentas tecnológicas para ampliar suas habilidades e capacidades cognitivas.

Compreendemos que há múltiplas situações a serem consideradas para a assimilação de determinados fatos ocorridos ao longo da história e que a cidadania plena está em além de ter o acesso aos espaços coletivos de sua cidade, poder questionar, criticar e ao mesmo tempo entender e valorizar a nossa cultura, nossa memória e nossa história que foi construída por diversos atores sociais.

Ao elaborar este roteiro, colocamos à disposição de professores e estudantes da rede pública uma ferramenta com informações necessárias para complementar o que fora discutido durante as exposições de conteúdo em sala de aula. As aulas de campo vem suplementar este conhecimento, tornando-o palpável, visível, *in loco*. Aproveitando o traçado e a História da nossa cidade.

Fazer com que os estudantes possam usufruir dos equipamentos culturais de nossa cidade, acessando suas dependências e percebendo o processo histórico pelo qual passou aquele lugar, é a forma que a Educação Patrimonial pode apresentar um ensino de História diferenciado.

Recife encanta, suspira sorrisos e devaneios. E ao mesmo tempo hoje convive com um abandono gerador de problemas sociais que saltam aos olhos. Precisamos urgente fazer com que esta nova geração possa entender a relevância histórica desta cidade e por consequência a valorização dos espaços destinados à contemplação da beleza e importância das nossas terras. Como diria Reginaldo Rossi³⁹: “Recife tem encantos mil. É um pedacinho do Brasil. É um paraíso tropical, tem um acervo cultural...”⁴⁰

³⁹ Cantor e compositor recifense. Carreira artística iniciada em 1964. Suas músicas obtiveram sucesso a partir dos anos 1970, ganhando repercussão nacional a partir de 1987 com a música “Garçom”.

⁴⁰ Recife, minha cidade. Letra e música de Reginaldo Rossi. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g3WmnbJsueE&list=RDg3WmnbJsueE&start_radio=1&rv=g3WmnbJsueE
Acesso em: 26 jan. 2025.

4.2 A seleção dos conteúdos e dos trajetos

A Educação Patrimonial consegue através de uma metodologia composta de elementos provocativos, fazer com que nossos estudantes de escola pública possam questionar a importância, construção, ocupação e relevância de monumentos históricos, juntando a isso uma memória afetiva onde eles possam acessar e conhecer os lugares de memória de nossa cidade.

O Guia Prático da Educação Patrimonial escrito por Horta, Grunberg e Monteiro apresenta um quadro interessante sobre como iniciar uma provocação de conhecimentos com auxílio do Quadro 2:

Quadro 2 - Etapas da Educação Patrimonial

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	• identificação do objeto/ função/significado; • desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) <u>Registro</u>	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	• fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	• desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) <u>Apropriação</u>	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	envolvimento afetivo , internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 9).

As etapas observação-registro-exploração-apropriação, facilitam a percepção da importância e do conhecimento em relação às aulas de campo. Trazem luz ao entendimento ao direcionar o olhar dos estudantes para a percepção de cada local. A possibilidade do estímulo ao registro através da captação das suas próprias informações. A facilidade do questionamento da problemática apresentada e por fim a apropriação e o envolvimento afetivo (ou não) daquele espaço investigado.

A nossa proposta está vinculada ao conhecimento, valorização e participação social numa cidadania ativa. A publicação Educação Patrimonial : inventários participativos : manual de aplicação / Iphan de 2016 demonstra a importância do significado para a sociedade da informação acerca dos nossos patrimônios, como mostra o texto a seguir:

Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida (Iphan, 2016, p. 5).

O trabalho do historiador diante de todas as informações pesquisadas é levar ao grande público informações embasadas em dados científicos e fontes das quais possa-se extrair a veracidade dos fatos e transporta-la ao coletivo. Assim explica Cerri (1999, p. 140) quando afirma que: “a prática em história é o trabalho de traduzi-la (ou melhor, recompô-la), de conduzi-la do círculo restrito dos especialistas até o grande público”.

Ao fazer com que os estudantes de escolas públicas possam acessar, analisar, entender onde estão e qual a importância dos locais por onde ocorreram os principais acontecimentos históricos na cidade do Recife, fará com que o olhar destes alunos possam ser direcionados à monumentos que se quer eles imaginavam a importância ou até mesmo a sua localização.

Aproximar o conteúdo que em algumas situações é tido como enfadonho por não tratar de algo tão próximo ou fora de sua realidade, buscar a curiosidade de uma juventude que hoje é envolvida com a rapidez das redes sociais e do imediatismo das mídias digitais, podendo assim ampliar o seu conhecimento ao comparar as imagens produzidas por artistas como Frans Post e ali no mesmo local, produzir uma foto a partir do seu celular deste mesmo local que foi percebido pelo olhar de um artista do século XVII, muda a forma de se ensinar História.

Com isso, podemos obter uma aprendizagem histórica em que o educando possa conectar os conhecimentos históricos às suas realidades e experiências contribuindo para a

construção de suas identidades. É fato inclusive explicitado por Borries (2018, p. 33) em seu livro *Jovens e Consciência Histórica*: “História só é aprendida de forma eficaz sob três condições dadas: se novas perspectivas podem ser ligadas com as antigas, se ela estiver conectado a emoções - negativas ou positivas - e se é relevante na vida”.

A Educação Patrimonial, abordada como um tema transversal no ensino de História, oferece uma visão crítica importante para uma parte da sociedade que está à margem da cultura de nossa cidade. Muitas pessoas não têm o hábito de frequentar o Centro do Recife, que atualmente enfrenta a decadência comercial, com grande parte de seu comércio fechado devido a diversos fatores. A diminuição do fluxo de pessoas que costumavam visitar as lojas de rua resultou em uma redução significativa da circulação cultural na cidade.

É uma forma diferente de se aprender História visto que o conteúdo teórico ainda será visto em sala de aula. Porém os espaços e a atual funcionalidade deles é discutida com os estudantes visitando-os proporcionando uma vivência singular de ensino, fazendo com que o debate flua para a importância (ou não) desses espaços de memória.

A possibilidade de “problematizar, situar, diferenciar, comparar e recriar sentidos em torno dos bens culturais em uma aula de História” (Gil; Pacievitch; Perussatto, 2022 p. 59) é a forma como a Educação Patrimonial consegue problematizar e fazer com que o estudante possa ser provocado a pensar historicamente dentro de um contexto. A sala de aula é o local onde podemos expor os conteúdos. A rua é o local da visualização desses conteúdos, no caso específico de Recife quando refiro-me aos roteiros aqui expostos sobre os acontecimentos históricos de 1817 e 1824.

O roteiro a seguir serve de complementação das aulas expositivas em sala. O intuito é levarmos os estudantes para os locais explanados anteriormente, apresentando as imagens e informações do período em que ocorreram a Revolução pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, fazendo com que haja a localização e análise das edificações (ou onde era a localização), como elas estão hoje e qual a sua funcionalidade social atual. A proposta é que através desta reflexão os estudantes fotografem estes locais captando assim o seu olhar particular sobre estes monumentos. Posteriormente façam uma exposição do antes e depois para percebermos a visão desta geração sobre questões tão importantes de nossa cidade.

4.3 1817 - A Data Magna de Pernambuco

A Cidade do Recife foi palco de dois movimentos regionais de contestação da autoridade real portuguesa. Um pré e outro pós Independência do Brasil. Um basicamente consequência do outro, apesar de terem características próprias, o envolvimento dos seus atores sociais e a forma como ocorreram seus desfechos são singulares mas demandam uma breve análise.

Seis de março em Pernambuco é comemorada da Data Magna de Pernambuco que foi instituída pela Assembleia Legislativa de Pernambuco - Alepe, através da Lei nº 13.386 de 24 de dezembro de 2007. Em seu Artigo II, a referida lei institui “Fazer constar no calendário letivo das redes de ensino o registro da Data Magna, bem como o estudo dos fatos históricos relativos à Revolução de 1817, cabendo às escolas escolher formas pedagógicas de comemorações, que deverão ocorrer no dia 06 de março”⁴¹. O projeto foi de autoria da deputada estadual Terezinha Nunes. Foi nesta data que iniciou-se a Insurreição Pernambucana de 1817 envolvendo a elite local, os padres, os militares e a maçonaria.

O Brasil passou de colônia ao Reino Unido de Portugal e Algarves a partir de 1815 com a presença da Família Real Portuguesa que chegou em 22 de janeiro de 1808 ao Porto de Salvador, seguindo tempos depois para o Rio de Janeiro onde fez de lá a capital do Império.

Os motivos desta mudança estavam claramente vinculados aos acordos comerciais que o Reino de Portugal estabelece com o Reino Unido. A presença de Napoleão Bonaparte e a imposição do Bloqueio Continental fez com que o Príncipe Regente, Dom João VI, tomasse a decisão de sair da Europa para a sua Colônia nas Américas. Com a sua chegada, a abertura dos Portos às Nações amigas bem como todos os atos decorrentes da sua presença em terras brasileiras, fez com que houvesse uma adequação às Capitanias aqui já organizadas.

A criação do Banco do Brasil, da Biblioteca Nacional, da Escola de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro⁴², a vinda da missão artística francesa e principalmente o abrigo e sustento da corte portuguesa em terras tupiniquins elevou o custo dos impostos, alguns criados por Dom João VI, para tal fim. O Professor da Universidade de Brasília, Boianovsky e Oliveira (2008) comentam em seu artigo sobre A Reforma fiscal de Dom João VI e suas implicações Mercantilistas que é necessário entender o

⁴¹ Disponível em:

<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=13386&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=>

. Acesso em: 10 nov. 2024.

⁴² Disponível em:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/13-verbetes-iniciados-em-j/677-joao-vi-d-1767-1826>. Acesso em: 10 nov. 2024.

contexto econômico da época e a legislação fiscal para entender que foram necessárias reformas mais profundas para garantir a viabilidade de toda uma estrutura governamental dentro do contexto do Brasil Colonial⁴³.

Em 1816 uma seca devastadora ataca as lavouras de Pernambuco tornando os itens de primeira necessidade, principalmente de alimentos, muito caros. Aliado a isto, o aumento de impostos de importação de escravos, as ideias iluministas de liberdade econômica e política começaram a circular graças a influência direta dos padres católicos, principalmente os que frequentavam o recém criado Seminário de Olinda. Juntando-se a este cenário a disseminação das idéias maçônicas e estavam também insatisfeitos os militares com seus cargos mais altos sendo oferecidos aos lusitanos que estavam em Pernambuco⁴⁴.

Desde janeiro de 1817, o então governador de Pernambuco Manoel Caetano Pinto mandou prender tanto civis quanto militares que foram acusados de conspirar um motim durante as festas de Páscoa. Abaixo evidenciaremos uma tabela contendo datas e acontecimentos referentes à Revolução Pernambucana de 1817 (Quadro 1) contidas no Calendário Histórico-Cultural 2017 Bicentenário da Revolução Pernambucana, material produzido pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco apresenta a cronologia da Insurreição pernambucana que teve seu início bem antes do seis de março daquele ano com alguns fatos que iremos expor a seguir, bem como apresentar data por data durante o ano de 1817 os que são relevante para entendermos a geografia dos nossos roteiros para indicar no espaço da atual cidade do Recife a movimentação como ela ocorreu.

Em 26 de janeiro de 1817, o governador Caetano P. M. Montenegro recebeu denúncias sobre uma conspiração envolvendo civis e militares, que planejavam ações durante as festas da Páscoa. Em 1º de março, ele recebeu uma denúncia formal do Partido Brasileiro. No dia 2, as notícias da conspiração chegaram à Paraíba, e em 3 de março, Caetano Pinto ordenou que as tropas permanecessem alertas e leais à Monarquia. No dia 4, o governador lembrou a todos sobre a subordinação do Brasil ao Rei de Portugal, enfatizando a elevação do país de colônia ao Reino Unido. Em 6 de março, o Conselho de Guerra foi convocado, resultando na prisão de civis pelo marechal José Roberto Pereira da Silva. A tensão aumentou quando o Capitão José de Barros Lima feriu e matou o brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa no Quartel de Artilharia.

⁴³ Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2008/D08A147.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/27-verbetes-inicados-e-m-r/531-revolucao-pernambucana>. Acesso em: 10 nov. 2024.

Em 7 de março, após o incidente no quartel, o governador fugiu para o Forte do Brum e, em seguida, abandonou o cargo, refugiando-se no Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia, foi eleita uma Junta Provisória em Pernambuco. No dia 8, o governo provisório assumiu e criou Conselhos de Estado e Secretarias. Em 9 de março, um alvará foi estabelecido, focando na tributação de produtos e promovendo a liberdade de comércio. Em 10 de março, emissários foram enviados para o Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia para informar sobre a Revolução. No dia 11, Antonio da Cruz Cabugá foi nomeado emissário para buscar apoio dos Estados Unidos. Em 13 de março, a Paraíba declarou um Governo Provisório, enquanto Pernambuco decretou liberdade comercial e confiscou bens públicos.

A partir de 14 de março, a Bahia denunciou a Revolução ao Rio de Janeiro, e no dia 15, um decreto em Pernambuco garantiu a propriedade de escravos. Em 16 de março, o movimento foi deflagrado em Itabaiana, alcançando a capital da Paraíba. Cruz Cabugá partiu para os Estados Unidos em 24 de março, e no dia 25, o Rio Grande do Norte adotou o projeto da Revolução. A 1ª Lei Orgânica, considerada a primeira Constituição brasileira, entrou em vigor em 28 de março. A partir de 30 de março, a Bahia solicitou tropas para sufocar o movimento em Pernambuco. O bloqueio do Porto do Recife começou em 11 de abril e foi totalmente efetivado em 25 de abril. A Revolução foi controlada no Crato em 6 de maio, e Domingos José Martins, líder da Revolução, foi capturado em 12 de maio. A repressão continuou com execuções e punições até agosto de 1817, quando Dom João VI desmembrou a região das Alagoas pernambucana como punição a Pernambuco⁴⁵ (BPE, 2017)

Vale destacar aqui os personagens da Revolução Pernambucana de 1817. Estavam envolvidos padres, comerciantes, militares e intelectuais mas acima de tudo existia ali a predominância de senhores de engenho e gente que fazia parte de uma elite que apenas desejava a liberdade econômica (principalmente na liberação dos impostos) e política (influência iluminista para se chegar a uma República e por consequência chegar ao poder de fato), visto que em nenhum momento houve a intenção de se abolir a escravidão ou se quer cogitar alguma medida deste cunho. Além disso, outro espaço que fez diferença intelectual na formação e circulação das ideias libertárias foi o Seminário de Olinda onde se discutia principalmente o que estava ocorrendo na Europa de forma geral.

A maçonaria exerceu uma forte influência no pensamento e nas ações tomadas. Um exemplo disso é a formação do Areópago de Itambé, criado pelo botânico Manuel de Arruda Câmara, que simbolizava a possibilidade de implantar uma República, incorporando ideias

⁴⁵ Fonte: Calendário Histórico-Cultural 2017 Bicentenário da Revolução Pernambucana, material produzido pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (colocar o link das informações)

iluministas e a separação de Portugal. A Revolução Francesa e o conceito de liberdade atraíram muitos homens interessados nesse movimento. Esses indivíduos estiveram envolvidos tanto na Revolução de 1817 quanto na Confederação do Equador de 1824.

Através de grupos como o Areópago de Itambé, a Maçonaria desempenhou um papel fundamental na propagação de ideias revolucionárias no Brasil colonial. Fundado pelo botânico Manuel de Arruda Câmara, esse círculo intelectual reunia membros que, inspirados pelos ideais iluministas e pela Revolução Francesa, discutiam a possibilidade de uma República independente de Portugal. A Maçonaria serviu como um espaço de debate e organização para esses indivíduos, que posteriormente se envolveram ativamente em movimentos como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, demonstrando a importância da sociedade secreta na luta por um novo regime político no Brasil.

A descrição dos revolucionários envolvidos no Areópago de Itambé enquanto “sociedade secreta sob roupagem de Clubes Literários e Academias Científicas” (Acioly, 2005, p. 4) fez com que a atuação dos seus membros a princípios estivesse ligada a sede de conhecimento. Criado em 1796 por Manuel Arruda Câmara, esta sociedade secreta atua no interior de Pernambuco em Itambé. Um dos seus participantes, o bispo José Joaquim de Cunha Azeredo Coutinho funda o Seminário de Olinda em 1800. Em 1802 a Sociedade Secreta é fechada.

Em 1801, ocorreu a Conspiração dos Suassunas, um movimento de ideias contra o domínio português, com o objetivo de estabelecer uma república em Pernambuco sob a proteção de Napoleão Bonaparte. Os irmãos Francisco de Paula Cavalcanti e José Francisco de Paula Cavalcanti, proprietários do engenho Suassuna e figuras de destaque econômico e social, lideraram a participação de membros do Areópago e do seminário de Olinda. Essa conspiração foi um precursor da Revolução de 1817. Após delações, foi instaurado um processo de investigação, resultando na prisão dos irmãos Cavalcanti, que foram absolvidos por falta de provas⁴⁶.

Envolvidos na Revolução Pernambucana de 1817 eram maçons: Domingos José Martins (comerciante, líder da Revolução e participante do Governo Provisório), o padre João Ribeiro Pessoa (representante do Clero no Governo Provisório), o padre Miguelinho, o Frei Caneca⁴⁷, bem como o Capitão André Dias de Figueiredo, padre Antônio Félix Cardozo,

⁴⁶ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolucao/antecedentes/> Acesso em: 23 nov 2024.

⁴⁷ Disponível em: <https://ahimtb.org.br/c3b.htm> Acesso em: 23 nov 2024.

padre José Pereira Tinoco, padre Antônio de Albuquerque Montenegro⁴⁸ mais 60 padres e 10 frades⁴⁹.

No contexto da criação de um novo governo em 14 de março de 1817, formou-se um conselho com cinco integrantes, incluindo figuras como o comerciante Gervásio Pires Ferreira e o capitão-mor Antonio de Moraes e Silva, autor do primeiro dicionário brasileiro. Também estavam presentes o ouvidor Antonio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, o deão de Olinda Bernardo Luís Ferreira e o proprietário Manoel José Pereira Caldas. Esses indivíduos representavam diversos setores, como o militar (Domingos Teotônio Jorge), a magistratura (José Luís de Mendonça) e a propriedade de terras (Manoel Correia de Araújo⁵⁰).

Felipe Mena Calado da Fonseca, Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, Gervásio Pires⁵¹ foram alguns dos nossos emissários enviados à Bahia e por lá foram presos e permanecem nesta condição até 1821, assim como ocorreu com Frei Caneca.

A obra "Os Mártires Pernambucanos" de Joaquim Dias Martins, reeditada em 2022, apresenta um rico painel da Revolução Pernambucana de 1817, destacando a participação de diversos grupos sociais. Entre eles, mulheres como Bárbara de Alencar, homens negros como Joaquim Ramos de Almeida e Melchior do O' Barboza, indígenas como Cosme José da Conceição, além de crioulos, escravos e pessoas de origem humilde como jangadeiros e lavradores. O livro evidencia a diversidade dos envolvidos na luta pela independência e as diversas formas de repressão sofridas pelos revolucionários (Martins, 2022). O cotidiano do povo do Recife era de uma cidade com importância relativa em relação às demais existentes no Brasil como nos mostra o texto a seguir:

Na primeira metade do século XIX, o Recife possuía uma série de características comuns a outras cidades escravistas brasileiras, como Rio de Janeiro e Salvador. Vendedores ambulantes, negros de ganho e de aluguel enchiam as feiras e as ruas. A escravidão suntuária era a regra nas casas mais abastadas, com mucamas, cozinheiras, caseiros, amas de leite, moleques de recado, cocheiros e por vezes, até guarda-costas. (Carvalho, 2010 p. 21).

Tanto Martins quanto Carvalho, trazem em seus textos relatos de escravizados envolvidos no cotidiano desse Recife Oitocentista quanto da importância dessas pessoas para o funcionamento da cidade e o envolvimento destes com a Revolução de 1817.

⁴⁸ Disponível em:

<https://snh2013.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/03-politica/Artigo%20de%20Augusto%20C%E9sar%20Acioly.pdf> Acesso em: 23 nov 2024.

⁴⁹ Disponível em: <https://ahimtb.org.br/c3b.htm> Acesso em: 23 nov 2024.

⁵⁰ Disponível em: <https://blog.editoracontexto.com.br/revolucao-pernambucana-de-1817/> Acesso em: 24 nov. 2024.

⁵¹ Disponível em:

https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5229&Itemid=500 Acesso em: 24 nov. 2024.

Enquanto havia um movimento para se usar a cachaça em vez do vinho e a hóstia produzida pela farinha de mandioca em vez do trigo, líderes como Frei Caneca aludia versos em favor de uma pátria livre: “Quando a voz da Pátria chama./ Tudo deve obedecer;/ Por ela a morte é suave;/ Por ela cumpre morrer./ O patriota não morre,/ Vive além da eternidade;/ Sua glória, seu renome/ São troféus da humanidade”. Enquanto que, pela ocasião da Revolução Pernambucana de 1817 o então governador ficou conhecido como Caetano Pinto Montenegro – “Caetano no nome, pinto na falta de coragem, monte nas alturas e negro nas ações”⁵².

A Revolução movimentou o Recife de tal forma que os dias passaram e a cada vinte e quatro horas uma novidade era estabelecida. Uma constituição e uma bandeira foram produzidas neste curto espaço de tempo.

A Primeira Lei Orgânica aprovada em 28 de março de 1817 trazia em seus escritos 28 artigos, desautorizando impostos criados por Dom João IV, firmando a liberdade de imprensa e de crença (estabelecendo a preferência pelo catolicismo), assegurando porém a escravidão. mantida para a garantia de propriedade dessa elite que apoiou a Revolução.

A identidade da Revolução ficou marcada com a criação da bandeira idealizada pelo padre e maçom João Ribeiro de Melo Montenegro, pintada por Antônio Alvares e costurada por José Ribeiro do Ó Barbosa, líderes da revolução. Os símbolos ali colocados exprimiam o sentimento de diversidade, através das cores do arco-íris, o azul do céu, o branco da paz e a cruz representando a fé na justiça, a estrela é a representação do estado no conjunto da federação e o sol representa a energia da nossa gente. Na sua criação, havia ainda mais duas estrelas que representavam a Paraíba e o Rio Grande do Norte que foram nossos aliados de primeira hora em 1817.

Cem anos depois, em 1917 a bandeira torna-se de fato a representação do Estado de Pernambuco através de ato do então governador Manoel Bandeira para homenagear a Revolução Pernambucana de 1817.

No dia 04 de abril de 2007 o então governador de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos enviou a mensagem de número 20⁵³ à Assembléia Legislativa do Estado reverenciando o dia estadual da bandeira de Pernambuco em alusão ao dia em que ela foi apresentada e reverenciada pelos Revolucionários de 1817 durante cerimônia ocorrida no

⁵² Disponível em:

<https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11641-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana-de-1817>

Acesso em: 23 nov 2024.

⁵³ Disponível em

<https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=46402CA4A5616F27032572B300631C50>

Acesso em: 10 dez 2024.

Campo de Honra, local onde hoje fica a Praça da República em frente ao Palácio do Campo das Princesas no bairro de Santo Antônio em Recife- Pernambuco.

A bandeira tornou-se símbolo oficial em 23 de fevereiro de 1917 na ocasião das comemorações dos 100 anos da Revolução na gestão do então governador Manoel Antônio Pereira Borba. Criada pelo pintor Antônio Alves, tem em seus símbolos a representação do ideário do movimento: As três estrelas representam Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (nossos aliados de primeira hora); O azul representa a cor do céu; a cor branca representa a paz; as três cores do arco-íris (verde, vermelho e amarelo) representam todos os pernambucanos; A estrela representa o estado no conjunto da Federação; O sol é a energia e a Cruz representa a fé na justiça e no entendimento⁵⁴.

Imagem 38 - Bandeira Republicana de 1817 idealizada pelo Padre João Ribeiro de Melo Montenegro, pintada por Antônio Alvares e costurada por José Ribeiro do Ó Barbosa, líderes da revolução



Fonte: Acervo Hemeroteca Nacional. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon511926/icon511926.pdf. Acesso em: 10 dez 2024.

A abolição da escravidão não parecia uma possibilidade, e a elite local não tinha interesse em ouvir o povo, especialmente com a Revolução Haitiana acontecendo tão perto.

⁵⁴ Disponível em: <https://homologacao.pe.gov.br/portal-governo-pe/simbolos> Acesso em: 10 dez. 2024.

Assim, o medo de uma revolta popular era real, pois havia muitos representantes das classes mais baixas envolvidos.⁵⁵

O bairro portuário, era um local onde o povo preto e pobre do Recife fazia sua morada. Havia um Recife nesses tempos onde o comércio se fazia presente desde os comerciantes brancos europeus, passando pelos mascates que comercializavam suas mercadorias de forma transitória bem com as mulheres negras que levavam nos tabuleiros os mais diversos alimentos. As manifestações populares também eram rigidamente vigiadas, mesmo aquelas em que os representavam enquanto religiosidade (aceitável e autorizada por lei) como era o caso da festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos⁵⁶.

Esta parcela da população também se envolveu na Revolução Pernambucana de 1817. Desde pescadores, jangadeiros, músicos, alfaiates, militares de baixa patente, escravizados e ex escravizados. As nuances do envolvimento dessas categorias podem ser verificadas no artigo do professor Flávio Cabral (2022) intitulado Gente de cor pobre e suas independências (Pernambuco 1801-1840), onde encontramos uma gama de informações referente ao tema.

A repressão ao movimento foi rápida e intensa. Desde o envio de tropas para a repressão por terra ao bloqueio do Porto do Recife. Nosso emissários enviados à Bahia foram presos. Os líderes foram mortos em praça pública como foi o caso de Domingos José Martins, José Luís de Mendonça, Domingos Teotônio Jorge e os padres Miguelinho e Pedro de Sousa Tenório. Estes além de serem mortos, foram decapitados e suas mãos cortadas fora do corpo⁵⁷. Os presos da Bahia receberam o perdão da Corte portuguesa em 1821. Voltando para o Recife, foram aclamados como heróis. Dentre eles estava Frei Caneca, que foi um dos principais líderes da Confederação do Equador de 1824.

Deixamos Pernambuco com a firme convicção de que pelo menos esta pane do Brasil nunca mais se submeterá ao jugo de Portugal. Se a firmeza de comportamento de Luís do Rêgo falhou em manter a capitania em obediência, será inútil a outros governadores tentá-lo, especialmente enquanto o estado da metrópole for tal que não possa lutar com as colônias, nem por elas, e enquanto isso considerar simplesmente como regiões tributáveis de seus territórios, obrigados a sustentá-la em sua fraqueza (Graham, 1956 p. 146).

⁵⁵ Disponível em:

https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5233&Itemid=389 Acesso em: 10 dez. 2024.

⁵⁶ Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/2022/09/06/gente-de-cor-pobre-e-suas-independencias/> Acesso em: 21 dez. 2024.

⁵⁷ Disponível em

<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/88-a-corte-no-rio-de-janeiro/8865-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana-a-luta-e-o-fim-do-movimento>. Acesso em: 21 dez. 2024.

O relato acima da escritora Maria Graham em seu Diário de Viagem ao Brasil na sua saída em 14 de outubro de 1821, mostra-nos que a Revolução Pernambucana de 1817 deixou sementes que germinaram e floresceram em 1824 com a Confederação do Equador.

A nossa história ficou por anos esquecida de forma proposital para que não houvesse a possibilidade de um levante parecido espalhando-se pelo Brasil a fora. A nossa população hoje muitas vezes não tem dimensão da importância desses fatos históricos ocorridos em Recife (e região metropolitana) que teve repercussão nacional.

Ao verificarmos este vazio, principalmente entre nossos estudantes, constatamos a necessidade de apresentarmos a esta juventude os roteiros sobre a Rota das Revoluções: um passeio pelas ruas do Centro do Recife.

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais trouxe ao debate desde 1996 a necessidade de estar alinhados com os conhecimentos da Antropologia, política, Direito, Economia e Psicologia. Defendendo uma cidadania cultural, com direito à memória voltada para os acessos aos Patrimônios Culturais e principalmente ao defender que é necessário: “Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.”⁵⁸ Fazendo assim a diferença para uma educação inclusiva, voltada para a construção de uma cidadania voltada para a defesa da nossa cultura.

Mas qual o papel da escola se não for esta a de oportunizar este tipo de atividade? O espaço de sala de aula pode ser diverso. Essa diversidade é válida quando estamos dispostos a apresentar aos nossos estudantes uma aula diferenciada e atrativa no sentido de aproximar (de forma palpável) os nossos conteúdos e a nossa riqueza cultural (Gil; Pacievitch, 2015). Coloco sempre que a escola tem papel atuante na construção de saberes. A sala de aula é um espaço de troca de conhecimentos. E por conta disso, sinto que é nosso dever fazer a divulgação da cultura nas suas mais diversas manifestações. Tornando a Educação em algo transformador de oportunidades, abrindo o leque de possibilidades para um debate amplo e qualitativo sobre a nossa história e nossa gente.

De acordo com o Organizador Curricular por Trimestre⁵⁹ - Formação Geral Básica - História, que é atualmente o que norteia os conteúdos propostos para trabalhar em sala de aula

⁵⁸ Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. p. 27 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

⁵⁹ Disponível em: https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Organizador_Curricular_Trimestral_da_FGB_Historia.pdf Acesso em: 15 fev. 2025.

para as escolas públicas do Estado de Pernambuco, utilizaremos das de acordo com o quadro 3 a seguir para acomodar as Habilidades que cabem aos fatos históricos ocorridos na Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824:

Quadro 3 - Habilidades e Objetos do Conhecimento

Habilidades da área da BNCC	Habilidades específicas dos Componentes	Objetos do Conhecimento
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	(EM13CHS101HI01PE) Analisar diferentes narrativas sobre um mesmo acontecimento, considerando as memórias individuais e coletivas, as críticas das fontes históricas e as diferentes correntes teórico-metodológicas do campo historiográfico.	Introdução aos estudos históricos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).	(EM13CHS103HI03PE) Problematicar e contextualizar construções discursivas naturalizadas tais como democracia racial e de gênero, meritocracia entre outras, por meio de elementos da pesquisa histórica (construção e operacionalização de categorias de análise, crítica de fontes discutir fontes e interpretação) de modo a se posicionar autonomamente frente aos desafios contemporâneos.	Brasil Colonial Pernambuco Colonial África e o tráfico transatlântico.
Idem	(EM13CHS601HI17PE) Investigar as relações de poder, de conflito e de aproximação estabelecidas entre os diversos grupos sociais, culturais, étnico-raciais com destaque para a emergência de lutas etnogênicas no combate à exclusão e no fortalecimento de políticas inclusivas no contexto latino americano dos povos indígenas e das populações afrodescendentes.	Resistências e Rebeliões Coloniais no Brasil e em Pernambuco

Fonte: Quadro contendo Habilidades da BNCC e Currículo de Pernambuco. Organizador Curricular de História por Trimestre Formação Geral Básica. Disponível em https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Organizador_Curricular_Trimestral_da_FGB_Historia.pdf. Acesso em: 12 mar 2025.

A Educação Patrimonial oferece uma proposta de aprendizagem significativa ao proporcionar uma aula de história e também o estímulo à preservação dos patrimônios e questionamento da importância deles. Buscamos uma memória afetiva de uma cidade que está presente nas mais diversas manifestações sejam elas políticas, religiosas, culturais, científicas e/ou artísticas que fazem parte da identidade coletiva do nosso povo. Nessa perspectiva, apresentaremos roteiros para os professores e estudantes de escolas públicas que possam identificar os locais nos bairros do Recife, de Santo Antônio e São José onde ocorreram os fatos mais marcantes da Revolução Pernambucana de 1817 utilizando para isto as marcações do roteiro montado em parceria com a Prefeitura do Recife, a Grande Loja Maçônica de Pernambuco e pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco que sinalizou através do Projeto Azulejo na parede, para que estes espaços em que os patrimônios culturais (tombados e/ou afetivos) sejam expostos e passem a ter uma significativa importância na vida dessas pessoas. O roteiro será exposto no tópico 3.5 Rota das Revoluções - 1817 E 1824 A História do Centro do Recife contada através dos seus Monumentos.

4.4 1824: “Aqui Frei Caneca despiu-se de suas vestes sacerdotais” Roteiro Pedagógico pelas ruas do Recife

A escolha pelo movimento da Confederação do Equador se deu por conta da sua importância da contestação do poder central da época e pela forma como os envolvidos foram tratados, bem como o período alusivo aos seus duzentos anos.

Expressamos aqui de forma resumida os motivos, os envolvidos, o desfecho mas principalmente a importância de locais que foram essenciais para entender este movimento pelos bairros do Recife, de Santo Antônio e São José que formam grande parte do Centro do Recife. Em seguida apresentaremos o roteiro passo a passo de uma caminhada por locais emblemáticos da Confederação do Equador.

O Guia Básico da Educação Patrimonial foi criado em 1999, de lá para cá muita coisa surgiu, porém este recorte em especial proporciona uma reflexão dentro do contexto do que é analisado nesta dissertação sobre os roteiros que estamos propondo para a utilização da análise da Educação Patrimonial. O quadro 4 encontra-se na página 16 e abrange uma série de questionamentos válidos para serem utilizados em uma aula de campo ao evidenciarmos para os alunos os lugares relacionados com a Confederação do Equador, evento ocorrido na cidade do Recife em 1824.

Quadro 4 - Perguntas para análise de monumentos, sítios históricos e/ou meio ambientes

Presente	Passado	Influência do Passado no Presente
Como é o lugar hoje?	Como era este lugar no passado?	Que elementos do passado podemos ver hoje?
Porque este lugar é assim hoje ou se assemelha a outros lugares?	Porque este lugar era deste modo ou se assemelha a outros lugares do passado?	Que influência estes elementos tiveram sobre este lugar, e como esta influência se diferencia ou se assemelha ao que aconteceu em outros lugares?
De que maneira este lugar se relaciona com outros lugares?	De que maneira este lugar estava relacionado com outros lugares?	De que modo as relações existentes no passado influenciaram este lugar e o modo em que ele se relaciona hoje com outros lugares?
Como este lugar está modificado, e por quê?	Que mudanças aconteceram neste lugar ao longo do tempo e por quê?	Como as mudanças ocorridas estão refletidas hoje, neste lugar?
Como seria viver neste lugar, hoje?	Como seria viver neste lugar, no passado?	Como o passado influencia o modo e a experiência de viver neste lugar hoje?

Fonte: Brasil (1999).

Ao provocarmos a análise de tais informações, pretendemos fazer com que os alunos possam vivenciar o espaço e questionar a sua utilidade ao longo do tempo bem como as pessoas que estavam envolvidas no seu cotidiano e quais as contribuições sociais, políticas, religiosas e artísticas para o funcionamento do Recife com relação a esses equipamentos. Isto inclusive já foi publicado e utilizado em outras experiências e de formas variadas onde:

Portanto, o tripé conhecer-valorizar-preservar em relação ao patrimônio é, no ensino de História, proposto como criar-interrogar-reparar, de forma que as ações de Educação Patrimonial no ensino de História possam promover encontros e diálogos de pessoas, saberes, lugares, fazeres, formas de expressão, celebrações e narrativas de vidas (Gil; Pacievitch; Perussatto, 2022, p. 62).

E é neste sentido que ao “Criar-interrogar-reparar”, a Educação Patrimonial aproxima os estudantes dos conhecimentos abordados e adquiridos em sala de aula. É nesta direção que defendemos o uso dos roteiros para que os nossos alunos tenham a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico a respeito do que é fomentado para em seguida possam formular novos questionamentos a respeito de determinados espaços em nossa cidade e possa assim reparar historicamente alguns espaços de memória e história secularmente direcionados a parcelas privilegiadas da sociedade recifense.

O Currículo de Pernambuco em sua Habilidade Específica (EM13CHS503HI15PE) Analisar e compreender as relações de dominação e resistência, evidenciando conflitos e negociações existentes entre diferentes grupos sociais, culturais, territoriais, religiosos, étnico raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade, comparando os diferentes contextos históricos. É a escolha mais adequada para a compreensão do fato histórico aqui estudado.

A proposta é fazer com que os estudantes saibam a localização destes monumentos e registrem em vídeos curtos para produzir documentários sobre suas próprias narrativas, enxergando a cidade como um espaço público e que tem de ser acessível para todos. Posteriormente expor todos esses vídeos numa Mostra, compartilhando essas informações e vivências com toda a comunidade escolar.

A Confederação do Equador ⁶⁰ Foi um movimento ocorrido no Recife iniciado no dia 2 de julho de 1824 e teve adesão das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e do Ceará. A revolta foi contra o governo central, obteve apoio de outras províncias e pessoas das mais diversas classes sociais e ocupações profissionais.

O movimento⁶¹ surgiu após a dissolução da Assembleia de 1823 e a Constituição Outorgada de 1824 por Dom Pedro I. A imposição do nome de Francisco Paes Barreto como novo presidente da Província substituindo Manoel Paes de Andrade, acirraram os ânimos em Pernambuco.

Toda a efervescência dos movimentos de 1817 ainda eram muito recentes. As figuras de Cipriano Barata⁶² e de Frei Caneca que escreveu o jornal Typhis pernambucano foram fundamentais para agitar grande parte de uma sociedade que não admitia as ordens vindas do poder central e de uma monarquia que estava impondo um Poder Moderador na constituição outorgada.

⁶⁰ Disponível em:

<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8906-a-confedera%C3%A7%C3%A3o-do-equador-o-movimento>. Acesso em: 27 mar. 2024.

⁶¹ Disponível em:

<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8906-a-confedera%C3%A7%C3%A3o-do-equador-o-movimento>. Acesso em: 27 mar. 2024.

⁶² Nasceu em Salvador (1762), formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, participou da Conjuração Baiana de 1798, envolveu-se na Insurreição Pernambucana de 1817, foi deputado pela província da Bahia em 1821 nas Cortes de Lisboa. Voltou ao Brasil, veio para o Recife escrevendo para a Gazeta de Pernambuco. Em seguida funda o seu próprio jornal (Sentinela da Liberdade) que exaltava as ideias republicanas e de autonomia das províncias. Foi preso no Forte do Brum, em 17 de novembro de 1823 em Recife por esses motivos. Continuou escrevendo de dentro da prisão o "Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na fortaleza de Brum por ordem da força armada reunida." Passou por várias outras prisões até ser libertado em 1830. 2024. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/90-primeiro-reinado/8904-cipriano-barata-e-as-ideias-liberais>. Acesso em: 27 mar. 2024.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, nasceu em 1779, filho do tanoeiro Domingos da Silva Rabelo e de dona Francisca Alexandrina de Siqueira. Moravam em Fora de Portas, em Recife, próximo do Porto. Seu pai fazia tinhas, pipas e barris e na juventude o jovem Joaquim vendia com seu pai, canecas nas feiras. Apelido que ele aderiu ao nome religioso após consagração dos seus Votos Sacerdotais (Alarcão, 2006).

Sua formação religiosa ocorreu com sua entrada para o Convento do Carmo do Recife em 1796; Anunciou seus votos em 1797; Ordenou-se em 1801, tomando como nome Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Frequentou o Seminário de Olinda onde as ideias políticas encontraram efervescência necessária para fomentar a Insurreição Pernambucana de 1817 da qual o religioso não só participou como fora preso em decorrência dela. Ele foi enviado para a Bahia. Na prisão, ensinava aos outros detentos companheiros de cárcere matemática. Ele obteve o perdão real, quatro anos depois (Alarcão, 2006).

O Typhis Pernambucano⁶³, jornal de contestação, foi o veículo de imprensa contestador da autoridade imperial e principalmente defensor de uma liberdade ansiada desde 1817. Sua circulação começou em 25 de dezembro de 1823 e circulou até 5 de agosto de 1824. Ele convocava o povo à luta e manifestava em seus escritos “Quem bebe da minha caneca tem sede de Liberdade”, dizia Caneca.

Por não aceitar a dissolução da constituição brasileira em 12 de novembro de 1823 e opondo-se a escolha de Francisco Paes Barreto para assumir (por indicação de Dom Pedro I) a província de Pernambuco, Manoel Paes de Andrade foi escolhido pelas Câmaras de Olinda, Recife, Igarassu, Paudalho, Cabo, Limoeiro e Sirinhaém assume o poder contrariando o desejo do Governo Central sediado no Rio de Janeiro⁶⁴.

O Recife teve o Porto bloqueado⁶⁵ Pela 1ª vez em meados do fim de março de 1824 pelo então mercenário inglês Taylor pressionando Carvalho que aguentou a pressão até 02 de julho de 1824 quando proclama a Confederação do Equador que teve imediata adesão do Pará, logo depois da Bahia e do Maranhão.

Os motivos estavam claros⁶⁶: a dissolução da constituição em novembro de 1823, a imposição da Carta outorgada em 25 de março de 1824 com o Poder Moderador. A

⁶³Disponível em: https://www.ebiografia.com/frei_caneca/. Acesso em: 5 abr. 2024.

⁶⁴ Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/90-primeiro-reinado/8906-a-confederacao-do-equador-o-movimento>. Acesso em: 5 abr. 2024.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/9-verbetes-iniciados-em-194-bloqueio-ao-recife>. Acesso em: 5 abr. 2024.

⁶⁶ Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/proclamada-a-confederacao-do-equador/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

centralização política nas mãos absolutistas do Imperador Pedro I. A deposição do governador da Província Manoel de Carvalho também contribuiu para o estopim do movimento. Era a oportunidade de proclamar uma República com o apoio de outras Províncias que neste caso eram a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará.

A Casa de Câmara e Cadeia⁶⁷ que fora construída em 1732 para ser Câmara, corte judicial e cadeia, hoje abriga o Arquivo Público de Pernambuco, fora o palco da efervescência do movimento por ser o local onde ocorriam as principais decisões da Província. A função da Câmara foi modificada para uma edificação nos arredores da atual Praça Dezesete a partir de 1824.

A repressão⁶⁸ aos envolvidos no Movimento fora de muita violência causando perseguições, prisões e mortes. Aqui em Recife os líderes foram presos e obtiveram sentenças distintas. Manoel de Carvalho e Cipriano Barata foram presos enquanto que Frei Caneca foi condenado à morte.

Um dos locais de grande importância para a narrativa da Confederação é a Igreja do Pátio do Terço. É nele que encontramos a face mais cruel do desfecho do movimento. De onde Frei Caneca fora julgado e despido de suas vestes sacerdotais⁶⁹, suas para ser encaminhado ao seu “calvário” nos muros do Forte de São Tiago das Cinco Pontas. O título deste trabalho retirado deste contexto mostra-nos a crueldade impetrada ao Carmelita.

Chegando ao Forte de São Tiago de Cinco Pontas, a sentença de morte de Frei Caneca era para ser enforcado. Porém diante da representatividade religiosa do preso, os carrascos se recusaram a participar do enforcamento. Foi quando o Comandante da tropa⁷⁰ optou pela execução por arcabuzamento⁷¹ e assim aconteceu. Nos muros da parte sul do Forte de Cinco Pontas.

A intenção é apresentar aos alunos, após a exposição teórica dos antecedentes, dos envolvidos, da motivação, do ocorrido e do desfecho da Confederação do Equador, os locais onde ocorrem as cenas deste relevante movimento. O roteiro será exposto no tópico 3.5 Rota

⁶⁷ Disponível em:

<https://www.ipatrimonio.org/recife-antiga-casa-de-camara-e-cadeia/#/map=38329&loc=-8.060419387397816,-34.86929655075073,15>. Acesso em: 5 abr. 2024.

⁶⁸ Disponível em:

<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/90-primeiro-reinado/8907-a-repress%C3%A3o-%C3%A0-confedera%C3%A7%C3%A3o-do-equador> Acesso em: 5 abr. 2024.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniao/2024/01/onde-esta-frei-caneca.html> Acesso em: 5 abr. 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/execucao-de-frei-caneca/> Acesso em: 7 abr. 2024.

⁷¹ Ferido a tiros da arma Arcabuz.

das Revoluções - 1817 E 1824 A História do Centro do Recife contada através dos seus Monumentos.

Para além do conteúdo abordado envolvendo esses lugares, alguns são de fato monumentos tombados, museus, templos religiosos de significados múltiplos e espaços onde podemos indicar por exemplo, onde fica o Forte do Buraco que foi destombado para a ampliação da Base Naval do Recife. O local fica próximo do Forte do Brum e cabe uma reflexão com os alunos sobre este tema.

4.5 Rota das revoluções - 1817 e 1824 a história do centro do Recife contada através dos seus monumentos

Ao iniciarmos este trabalho, sabíamos que o foco era a Educação Patrimonial. Porém qual a área a ser abordada e de que maneira estaríamos evidenciando a cidade do Recife? Ao longo da minha trajetória docente, percebi que nossos alunos não conseguem enxergar o Centro do Recife alinhado com uma história de projeção nacional. Ao fim e ao cabo, era disso que precisávamos para colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e explicar passo a passo onde estes acontecimentos ocorreram de fato.

Sugerimos aqui duas habilidades para dois roteiros ou, a depender da disponibilidade de tempo, estes dois roteiros podem ser feitos num único dia. Por experiência própria e como Professora de Escola Pública, sabemos que o tempo é algo precioso. É difícil sair dos muros da Escola. A responsabilidade com estudantes menores de idade é grande e a logística sem apoio dos órgãos competentes também dificulta o acesso. Porém conseguimos fazer o roteiro encontrando os alunos num Terminal Integrado de Passageiros (o do Cais de Santa Rita) onde os estudantes com recursos próprios puderam nos encontrar para o início da Rota. Todo o percurso foi feito a pé, durou o dia inteiro e percorremos todos os locais citados da rota de 1817 e a de 1824 visto que era preciso aproveitar o tempo e o fato de estarmos dispostos a desbravar tudo o que foi exposto em sala de aula.

Saímos do Cais de Santa Rita em direção ao Forte do Brum. Percorremos aproximadamente 2,2 km pela rua Martins de Barros, Ponte Maurício de Nassau, PE 001 (passando pela frente do Edifício do Porto Digital), entramos pela Av. Rio Branco (contemplamos a estátua em homenagem ao Poeta Miró da Muribeca), passamos pela Rua do Bom Jesus e paramos na estátua do Poeta Antônio Maria. Seguimos até o final da rua, esquina com a Praça do Arsenal onde foi encontrada a Porta do Recife.

Margeando os antigos armazéns do Porto, seguimos pela rua Alfredo Lisboa em direção ao Forte do Brum. Escolhi começar por este local por ser um dos pontos mais distantes da rota. Foi para lá que o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro fugiu depois que saiu do Palácio Velho, onde hoje fica o prédio do Fórum Thomaz de Aquino Cyrilo Wanderley, e abrigou-se no Forte. De lá, rumou para o Rio de Janeiro. Foi também no Forte de Brum que Cipriano Barata, um dos líderes da Confederação do Equador, ficou preso em 1824. O Forte do Brum recebe visita com agendamento prévio através do email fortedobrum@gmail.com.

Imagem 39 - Registro fotográfico do painel sobre a Confederação do Equador, Forte do Brum
- Recife em 22 Nov 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Das muralhas do Forte do Brum, podemos observar a movimentação do atual Porto do Recife e ter uma visão dos Arrecifes e da entrada dos navios para entendermos como funcionava, aproximadamente, toda a logística naval. É óbvio que são duzentos anos de modificações portuárias, porém a oportunidade de mostrar in loco como os navios entram no Porto, foi sem dúvida uma oportunidade de experiência surpreendente para quem participou daquela manhã de aprendizado diferenciado (Imagem 40).

Imagem 40 - Frente ao Forte do Brum. Recife, 22 Nov 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Voltamos pela mesma avenida Alfredo Lisboa para chegarmos à Praça do Marco Zero. Local do palco principal do carnaval do Recife, a Praça do Marco Zero é o local mais citado em sala de aula quando perguntei para as seis turmas do segundo ano do ensino médio da EREM Santos Dumont. É lá também onde há o marco que inicia a contagem das distâncias calculadas a partir da cidade.

Imagem 41 - Foto do Marco Zero. Recife, 22 de Novembro de 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Seguimos para o Palácio do Campo das Princesas pela avenida Rio Branco até chegar à ponte Buarque de Macedo para chegarmos a outra margem do rio Capibaribe onde fica o bairro de Santo Antônio.

Ao chegarmos no espaço do Palácio do Campo das Princesas, conseguimos acesso a ele apresentando a lista com o nome dos alunos que estavam fazendo parte da aula de campo, respaldada pela gestão da Escola para nossa identificação nos espaços públicos. O palácio recebeu visita pré agendada de quinta à domingo e o setor Educativo do palácio abriu exceção para nosso caso. O contato para agendamento do Palácio do Campo das Princesas é visitando.palacio@governadoria.pe.gov.br.

Imagem 42 - Visitação no Palácio do Campo das Princesas. Recife, 22 de Novembro de 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Ao lado do Palácio e em frente à Praça da República fica o registro do azulejo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o antigo Edifício do Erário Régio.

A Praça da República, foi o local do chamado Campo de Honra onde houve a benção das bandeiras e neste mesmo local houve a execução de líderes da Revolução Pernambucana de 1817. Há um monumento em homenagem aos líderes da Revolução com uma obra do artista plástico recifense Abelardo da Hora, em bronze.

Imagem 43 - Praça da República. Recife, 22 de Nov 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Seguimos pela rua em frente ao Palácio do Campo das Princesas, a rua do Imperador onde fica o prédio do atual Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. Em 1824 ele foi o prédio da Cadeia de onde o Frei Caneca esteve preso. Continuamos nossa caminhada até o cruzamento com a rua do Imperador com a rua 1º de março e encontramos outra placa de azulejo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre a Ponte Maurício de Nassau que quase foi destruída durante o período da Revolução Pernambucana de 1817.

Imagem 44 - Placa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre a Ponte Maurício de Nassau. Recife, 22 de Novembro de 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Margeando novamente o Rio Capibaribe pela avenida Martins de Barros, chegamos à Praça Dezessete que recebe este nome em homenagem a Revolução Pernambucana de 1817 e onde ficam também o atual Fórum Thomaz de Aquino Cyrilo Wanderley onde antes ficava o

prédio do Palácio Velho, local que o governador Caetano Pinto saiu para o Forte do Brum e de lá para o Rio de Janeiro. Também neste local fica a hoje a Igreja do Divino Espírito Santo. Foi Maurício de Nassau quem autorizou o funcionamento da Igreja Calvinista dos Franceses no polígono da cidade Maurícia. Encontramos na fachada do Fórum e nas proximidades da Praça 17 as placas do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco referentes a estes locais.

Continuamos nossa caminhada pela avenida Martins de Barros até chegar à avenida Nossa Senhora do Carmo, em direção à avenida Dantas Barreto. Ao final desta avenida fica a Basílica de Nossa Senhora do Carmo. Local onde antes foi o Palácio da Boa Vista, residência de Maurício de Nassau. Nos tempos da Confederação do Equador, ali já era o Convento Carmelita onde o Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo ordenou-se padre. Foi também para a porta desta igreja que deixaram o corpo do Frei após o seu arcabuzamento. Até hoje o local exato do sepultamento não foi identificado.

Atravessamos a avenida Dantas Barreto e entramos no Pátio de São Pedro, seguindo pela rua das Águas Verdes até chegarmos ao oitão da Igreja do Terço. Local de onde Frei Caneca foi despido de suas vestes.

Imagem 45 - Igreja de Nossa Senhora do Terço. Recife, 22 de Novembro de 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

A rua Vidal de Negreiros é o acesso mais rápido até o muro do Forte de Cinco Pontas onde os registros históricos apontam onde houve a execução de Frei Caneca. De forma simbólica, há homenagens à Frei Caneca neste local feito pela maçonaria pernambucana e pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Passamos pelo local, contemplamos o busto de Frei Caneca e seguimos para a visitação e finalização do nosso roteiro no Forte de Cinco Pontas que é atualmente o Museu da Cidade do Recife.

Imagem 46 - Forte de Cinco Pontas - Museu da Cidade do Recife. Recife, 22 de Novembro de 2024



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Ao encerrarmos o roteiro da aula de campo, foi proposto aos alunos que de forma coletiva, fizessem a seleção das fotos e construíssem um vídeo com as fotos registradas durante o roteiro e incluíssem uma música significativa para a ocasião. O vídeo foi exposto na rede social Instagram, na página em que a escola mantém para divulgação das nossas atividades⁷².

Esta aula de campo só foi possível acontecer pela confiança depositada no trabalho realizado em sala de aula e a importância deste complemento, dos familiares dos estudantes, da gestão da Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, pelos estagiários Juliane Silva e José Benedito e a ajuda de primeira hora da Professora Stela Couto que nos acompanhou durante todo o percurso dando o suporte necessário para a realização deste roteiro.

⁷² Disponível em:

https://www.instagram.com/reel/DC70hh9PhX6/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA=>
Acesso em: 16 mar. 2025

4.6 A construção dos roteiros históricos - O produto final

O Ensino de História vem sendo renovado ao longo dos anos. A Didática da História, *idem*. Entendendo que o processo desta mudança perpassa por significativas mudanças estruturais mas principalmente de métodos.

Ao trabalharmos com a Educação Patrimonial, somos levados a uma compreensão histórica que vai além de um mero fato ou ocasião. Estamos alinhando a nossa perspectiva de ensino aprendizagem a uma abordagem que possa dar sentido ao que analisamos enquanto conteúdo escolar.

É claro que existem alguns fatores que possam contribuir para o envolvimento como também para o descaso em relação à abordagem histórica em sala de aula. A bagagem cultural ou o capital cultural influencia na forma como os estudantes conseguem dar importância ao ensino de História.

Existe quem defenda que há “níveis de engajamento diferentes” e aqueles que têm uma educação doméstica que influencia diretamente no incentivo aos estudos (Silva; Batista; Paula, 2022) demonstra na maioria das vezes um resultado significativo para o interesse visto que a prioridade em muitos casos está relacionada diretamente ao ajuste financeiro que este indivíduo pode vir a contribuir para o sustento da família o quanto antes ele possa adentrar no mercado de trabalho, mesmo que de forma precária.

A partir da reforma trabalhista de 2017⁷³ isso tornou-se ainda mais grave com a perda dos direitos trabalhistas e a pejetização⁷⁴ (quando se firma trabalho com Pessoas Jurídicas) e a uberização⁷⁵ fazendo com que a forma instantânea do recebimento do trabalho traga a ilusão de um rendimento que, na sua grande maioria, leva os jovens a exaustivas jornadas de trabalho (precarizado) com um retorno financeiro pífio.

Concorrer com a urgência das famílias tem sido um grande desafio para fazer com que nossos alunos possam enxergar um mundo além das necessidades básicas de sobrevivência e/ou a abstração cultural necessária para entender a coletivização de um mundo mais humano.

⁷³ Disponível em:

<https://tst.jus.br/-/mudan%C3%A7as-da-reforma-trabalhista-valem-a-partir-de-sua-vig%C3%A2ncia-para-contratos-em-curso>. Acesso em: 26 nov 2024.

⁷⁴ Disponível em:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/outros-estudos/o-fenomeno-da-pejetizacao-e-a-motivacao-tributaria-2016> Acesso em: 26 nov 2024.

⁷⁵ Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/uberizacao-e-a-plataformizacao-do-trabalho/> Acesso em: 26 nov 2024.

Conciliar as urgências das famílias com a educação dos alunos é um grande desafio, pois é fundamental que eles consigam enxergar um mundo além das necessidades básicas de sobrevivência. A escassez de capital cultural impacta diretamente a escolarização obrigatória, levando os docentes a classificar os estudantes de maneira simplista: “os excelentes”, que se destacam e vêm de grupos culturalmente favorecidos; “os que querem alguma coisa”, que fazem o mínimo exigido; e “os que não querem nada”, que são ignorados e considerados desinteressados. Essa visão ignora a realidade de muitos alunos que, na verdade, são os abandonados pelo sistema educacional.

Quando nós, docentes, desvalorizamos a dureza resultante da escassez de capital cultural para aqueles e aquelas que têm que enfrentar a escolarização obrigatória (como é o caso da educação básica), tendemos, simplesmente, a diferenciar nossos estudantes entre: “os excelentes” (aquela meia dúzia que faz tudo o que propomos e queremos e são oriundos de grupos culturalmente capitalizados); “os que querem alguma coisa” (porque fazem o mínimo daquilo que exigimos); e os “que não querem nada” (e não são merecedores, sequer, da nossa atenção, como se eles tivessem nos abandonado, quando, na verdade, eles é que são os abandonados, desde sempre, pela escola/escolarização) (Silva; Batista; Paula, 2022, p. 13).

As Professoras Adriana Paulo e Carolyne nos alertam sobre a necessidade de refletir sobre essa caracterização dos alunos. Muitas vezes, o aparente desinteresse não é uma escolha, mas sim uma consequência de um sistema que desvaloriza a intelectualidade e transforma os estudantes em peças descartáveis de um mecanismo que não os capacita a questionar suas próprias condições. Essa desvalorização contribui para a perpetuação de um ciclo de exclusão e falta de oportunidades.

Penso que a escola deve ser um espaço de transformação, onde alunos de escolas públicas, muitas vezes oriundos de famílias que perderam a esperança no conhecimento, possam encontrar novas perspectivas. O ensino de História, em particular, pode ser uma ferramenta poderosa para fomentar questionamentos e reflexões que contribuam para a formação cidadã desses estudantes, ajudando-os a enxergar um futuro além da força do trabalho e a valorizar o conhecimento como um caminho para a mudança.

O ensino de História precisa abordar a pluralidade e a multiplicidade de “manuseios” do passado e de orientações dele extraídas, além de permitir que os estudantes reconheçam os interesses de grupos na história, suas questões, sua agenda política, bem como capacitá-los a chegar, de maneira autônoma, a conclusões e julgamentos. O ensino de história, nesse sentido, não diz respeito a “formar” uma sociedade através da implantação de uma uniformidade, mas sim, de formar a coerência social, permitindo que as pessoas lidem com a multiplicidade e a diversidade tendo como base um raciocínio responsável (Körber, 2023 p. 111).

De certo modo, somos responsáveis pela ampliação do conhecimento dos nossos estudantes e este compromisso está intrinsecamente ligado às transformações que podem ocorrer na vida destes educandos. Quando voltamos o nosso trabalho para uma ação que possa ampliar os horizontes de possibilidade através de um ensino de história, rico em detalhes e de qualidade, estamos transformando a sociedade através de nossas ações.

Acredito que é possível ampliar a visão dos estudantes ao levá-los a conhecer espaços além da escola, incluindo locais que antes eram desconhecidos ou inacessíveis para os menos favorecidos, como o Palácio do Campo das Princesas em Recife. Visitar esses lugares permite uma nova interpretação desses territórios. Além disso, ao explorar os espaços de luta e resistência dos povos, o ensino de História ganha um novo significado.

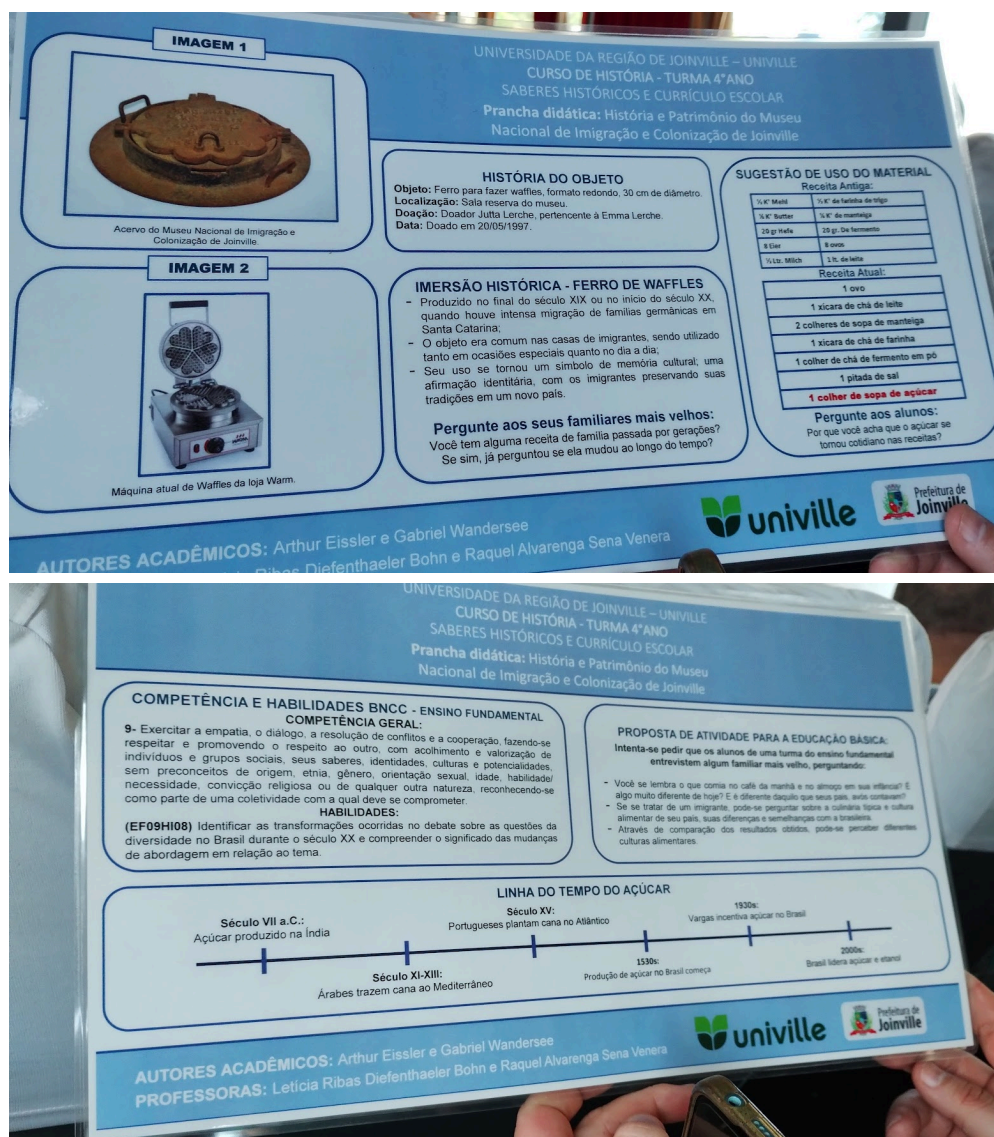
Durante todo o tempo em que dediquei aos estudos referentes ao Mestrado Profissional em Ensino de História, participei de Simpósios, Encontros e Congressos locais, regionais e nacionais que alimentaram a ideia de trabalhar com os roteiros urbanos.

Ao apresentar trabalho no Simpósio Nacional da ANPUH em São Luís - MA, um colega apresentou um roteiro urbano e mostrou como a cidade do Rio de Janeiro tem vínculo com a História Nacional. Foi neste momento que pensei de igual forma em relação à Recife, focado nos acontecimentos ocorridos em 1817 e 1824.

Durante os trabalhos do XIII Perspectivas do Ensino de História “Ensino de História - territórios, saberes e afetos” ocorrido entre os dias 16 a 18 de outubro de 2023 em Diamantina - MG promovido pela Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), a Professora paranaense Sandra Regina pega o microfone e diz: “A Escola na rua, educa uma cidade”. Fiquei encantada com aquela frase que já refletia minha prática pedagógica ao levar meus alunos para atividades deste porte e que foi inclusive realizada como experiência válida para esta Dissertação.

Ao participarmos do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História – Patrimônio Cultural e Ensino de História: desafios contemporâneos –, realizado na Universidade da Região de Joinville, Univille, Joinville-SC, entre os dias 16 a 18 de outubro de 2024, fomos convidados a participar de uma aula de campo pelas ruas do centro da cidade de Joinville onde nos apresentaram as “Pranchas Didáticas” contendo informações relativas ao que era exposto durante a atividade, conforme foto a seguir:

Imagem 47 - Pranchas didáticas utilizadas durante aula de campo em Joinville-SC, produzidas por estudantes do curso de História da Univille



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Xavier Viana (2024).

Chegando em Recife, pensei em algo que pudesse ser adaptado para os nossos roteiros e que trouxesse informações necessárias para o momento das caminhadas. Fiz, a partir da organização de informações dos monumentos uma apresentação em *Power Point*, passei numa gráfica e consegui imprimir. Mostrando aos professores parceiros que sempre estavam dispostos a nos ajudar, o Professor Arnaldo Szlachta quando viu, sugeriu que chamasse de Cartas de Orientação. Estas estão disponíveis nos anexos desta dissertação assim como o folheto que também será agregado ao produto final.

A proposta de uma atividade após a aula de campo é fazer com que os alunos façam o percurso, parem para contemplar cada local utilizando as perguntas do quadro do Guia Prático

da Educação Patrimonial, e consiga fazer pequenos vídeos de no máximo 30 segundos desses locais. A edição desses pequenos vídeos fará parte de um vídeo maior de no máximo 3 minutos contando a narrativa a partir do olhar de cada aluno sobre os locais visitados e posterior exposição de uma Mostra culminância com toda a comunidade escolar. Fazendo com que possamos observar a visão dos moradores mais jovens pelo Recife.

As Cartas de Orientação e os folhetos que fazem parte do apêndice desta dissertação será utilizado tanto para os professores organizarem a ordem dos roteiros bem como os folhetos servirão como material de apoio didático contendo as informações necessárias para a narrativa dos vídeos e estudos posteriores à visita dos locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Existirmos, A que será que se destina⁷⁶?”

Caetano Veloso⁷⁷ - Cajuína

Assim como no trecho da canção de Caetano Veloso, surge a indagação: Para quê estudamos História? Quais são os critérios para tornar alguns acontecimentos relevantes para uma sociedade enquanto que outros tornam-se invisíveis?

O território do Patrimônio é de disputa. A invisibilidade de grupos sociais é algo constante em nossa história. Dito isto, o papel do professor da escola pública precisa estar voltado para a promoção do debate sobre esses espaços de memória e qual a importância deles para a nossa sociedade.

É impossível valorizar aquilo que não se conhece nem tão pouco lhe pertence. Trabalhar com a história significa que é necessário estarmos atentos às transformações sociais e como elas conduzem as nossas escolhas para uma realidade em que possamos ampliar o acesso ao conhecimento para todos.

Ao dar luz a espaços de memória em nossa cidade como o Mercado de São José, por exemplo, estamos mostrando uma Recife para além do glamour arquitetônico, das suas pontes ou das igrejas coloniais (Guillén, 2009). É preciso entender que há lugares de significados diversos e de importâncias múltiplas para os mais diversos grupos sociais, onde cada peça dessa grande engrenagem patrimonial precisa ser exposta e em algumas situações, ressignificada.

Fazer com que os estudantes possam usufruir dos equipamentos culturais de nossa cidade, acessando suas dependências e percebendo o processo histórico pelo qual passou aquele lugar, é a forma que a Educação Patrimonial pode apresentar um ensino de História diferenciado.

A escolha por roteiros urbanos e estes serem voltados para a cidade do Recife tendo como base os conteúdos relacionados ao ensino de História para os segundos anos do ensino médio tem o objetivo de trazer a luz espaços da cidade que costumeiramente passamos e se quer paramos para entender o porquê da existência daquilo ali. Evidenciamos a Revolução de 1817 por seu caráter de independência e identidade do povo pernambucano. A

⁷⁶ Letra e música de Caetano Veloso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nmd7Nw9KqaE>
Acesso em: 26 jan. 2025.

⁷⁷ Cantor e compositor baiano.

Confederação do Equador por sua coragem em não aceitar o Poder Moderador como imposição e pela contestação do modelo autoritário exposto na situação bem como a força da figura de Frei Caneca, grande mártir da liberdade.

Poderia escolher vários outros roteiros para expor a cidade do Recife: O Recife Sagrado, A Cidade Maurícia, Os Lugares da Escravidão do Recife, O Recife e seus poetas, O Recife dos seus carnavais, O Recife e a luta contra a Ditadura Militar brasileira, O Recife e sua arquitetura e tantos outros roteiros que podemos construir a partir da forma como a cidade do Recife influencia e participa ativamente de uma história nacional.

O uso das Cartas de Orientação e do folheto servirá como auxílio de informações e para tirar as dúvidas com relação tanto do roteiro quanto dos monumentos visitados. Fazendo com que de fato a “Orientação” seja dada a partir dessas informações contidas nesses instrumentos.

Buscar a Educação Patrimonial como uma das alternativas para a preservação da nossa história e por consequência dos nossos monumentos e de nossa identidade cultural é algo que estimula o meu trabalho em sala de aula. Assim como eu, há quem defenda e aponte esta alternativa:

Desta forma, alguns dos grandes desafios a serem vencidos atualmente – semelhantes aos que ocorrem em outras cidades no mundo – é a necessidade de uma (re)valorização do patrimônio arquitetônico e cultural, assim como uma reabilitação dos centros históricos, permitindo assim um desenvolvimento sustentável com direitos a políticas e ações de preservação e conservação. Também é de suma importância o incentivo a criação de laços de identidade através da consciência coletiva à preservação e propagação dos seus bens culturais através do conhecimento mútuo entre patrimônio a ser preservado e as pessoas que fazem uso dos mesmos (Vasconcelos; Girão; 2014, p. 18).

Defendo que o ensino de História, quando ultrapassa os muros escolares, consegue tocar de forma diferenciada o estudante. Saímos de dentro de quatro paredes para entender como a cidade se transformou ao longo do tempo. Entendendo e ressignificando espaços de diferentes atividades.

Podemos sim, enquanto professores pesquisadores, transformar a nossa prática em algo produtivo para que os nossos estudantes entendam onde aconteceu, como aconteceu, quando aconteceu e quem estava envolvido em determinado fato histórico. o espaço urbano pode ser um espaço escolar, desde que possamos direcionar o olhar de forma crítica para questionarmos cada canto, cada construção e cada ocupação dos espaços da cidade.

A valorização da memória, bem como o acesso aos lugares de memória é fundamental para a construção da identidade cultural e do sentimento de pertencimento dos estudantes.

Através da Educação Patrimonial e Ensino de História podemos enriquecer significativamente nossas aulas, aproximando os conteúdos da realidade dos alunos, promovendo o acesso de estudantes de escolas públicas aos equipamentos culturais da cidade, garantindo a cidadania e a inclusão social e cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina M. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *In*: TARDY, C. (Org.) ; DODEBEI, Vera (Org.) . **Memória e novos patrimônios**. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. v. 1, p. 67-93.

ACIOLY, Augusto César. As Luzes da Maçonaria sobre Pernambuco. *In*: II Congresso Sul-Americano de História, 2005, Pernambuco. **Anais [...]**. 2005, Passo Fundo.

ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. **O saber e o fazer; República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador**. 2006. 106 f. (Dissertação) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História da Unb, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/2509/1/Dissertacao_Janine_Alarcao.pdf Acesso em: 27 mar. 2024.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 149-174, 2013. Disponível em: <https://rhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/95>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ANKERSMIT, Frank R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 113-136, 2001.

BARBOSA, Antônio. **Relíquias de Pernambuco** : guia aos monumentos históricos de Olinda e Recife. São Paulo: Ed. Fundo Educativo Brasileiro, 1983.

BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau**: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange [1647]. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (BPE). **Calendário histórico-cultural 2017**: bicentenário da Revolução Pernambucana. Recife: CEPE, 2017.

BOIANOVSKY, Mauro; OLIVEIRA, Maria Teresa R. de. A reforma fiscal de D. João VI e suas conotações mercantilistas. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. **Anais[...]** Belo Horizonte: Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

BORRIES, Bodo von. **Jovens e Consciência Histórica**. Bodo von Borries: organização e tradução de Maria Auxiliadora Schmidt, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi - 1. reed. Curitiba: WA Editores, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. p. 570-573. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. p. 26.

CABRAL, Flavio José Gomes. Gente de cor, pobre e suas independências. **Revista Brasileira de Educação Básica**, Belo Horizonte, 6 set. 2022. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/2022/09/06/gente-de-cor-pobre-e-suas-independencias/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, Nitéroí, v. 11, n. 21, jul., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013395003> Acesso em: 23 jan. 2025.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade** : rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1859 / Marcus J M de Carvalho. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho. O tráfico de escravos depois de 1831: História e esquecimento no Nordeste insurgente. p. X-xx. In: GUILLEN, Isabel C.M. (org.) **Lugares de memória da escravidão e da cultura negra em Pernambuco**. Recife, PE: CEPE, 2023.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres . **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. 199 p.

CERRI, Luis Fernando. Os objetivos do ensino de história. **História & Ensino**, v. 5, p. 137-146, 1999. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12442>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-108.

CHUVA, Márcia. Sobre a invenção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil: alguns aspectos metodológicos para a pesquisa. In: CORREIA, Maria Rosa [org.]. **Oficina de estudos da preservação**. Rio de Janeiro: Iphan- RIO, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**: Estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife. Recife: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro,

1986

FREYRE, Gilberto. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. Global Editora. São Paulo, 2007.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio cultural e ensino de História: experiências na formação de professores DOI10.5216/o.v15i1.34720. **OPSIS**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 28–42, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/34720>. Acesso em: 3 jul. 2024.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio cultural e ensino de História: experiências na formação de professores DOI10. 5216/o. v15i1. 34720. **OPSIS**, v. 15, n. 1, p. 28-42, 2015.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline; PERUSSATTO, Melina Kleinert. Pensar historicamente com a educação patrimonial : um não-guia. **Revista Sillogês**. v. 5. n.1. jan./jul. pg 56 - 37, 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país**: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. [S.l.]: Ed. Nacional, 1956. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/444> Acesso em: 28 jan. 2025.

GUILLEN, Isabel CM. Mercado de São José: contando histórias em um lugar de memória. **Simpósio Nacional de História ANPUH**, v. 25, 2009.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins; GRILLO, Maria Ângela de Faria ; FARIAS, Rosilene Gomes. **Mercado de São José**: Memória & História. Recife: IPHAN/ FADURPE, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo : Centauro, 2006

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial**: Inventários Participativos. Manual de Aplicação Brasília-DF: IPHAN, 2016.

KÖRBER, Andreas. **Formando a consciência histórica em direção a uma aprendizagem histórica transcultural**: das abordagens conceituais à constituição das competências históricas. Curitiba: WAS Edições, 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al., Campinas, SP. Editora da UNICAMP, Coleção Repertórios, 1990. Disponível em:

<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de historia do Brazil, para uzo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo**. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de J.M.N. Garcia, 1861. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242433>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MARTINS, José Dias. **Os Mártires pernambucanos: vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. 2. ed. Recife, PE: Cepe, 2022.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de. **O Forte de Cinco Pontas: Um trabalho de Arqueologia Histórica aplicado à restauração do monumento**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

MENEZES, José Luiz Mota. **1936- Duas cidades: Olinda e Recife**. Recife: CEHM, 2017.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Unesco, 2003.

PERNAMBUCO. **Organizador Curricular por Bimestre: Formação Geral Básica - História. Ensino Médio**. Site da Secretaria de Educação e Esportes. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao#competencias-gerais-da-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PERNAMBUCO. **Lei nº 17.851, de 22 de junho de 2022**. Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=66665>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia; SOUZA, Francisca Márcia Costa. Ensino, patrimônio cultural e sociedade. **Historiæ**, v. 3, n. 3, p. 85-112, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUIJANO, Aníbal. A América Latina Sobreviverá. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 60-66, 1993.

QUINTAS, Fátima. **O Recife: passeio à antiga**. Bagaço. 2008.

RICŒUR, Paul. **História, memória, esquecimento**. A versão original desta conferência foi escrita e proferida em inglês por Paul Ricoeur a 8 de Março de 2003 em Budapeste sob o título “Memory, history, oblivion” no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia Acesso em: 24 jan. 2025.

RÜSER, Jörn. **Cultura Histórica, formação e identidade**: sobre os fundamentos da didática da história. Curitiba: WAS Edições, 2022.

SETTE, Mário. **Arruar História Pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SILVA, Adriana Maria Paulo da; BATISTA, Carolyne do Monte de Paula. Mapeando desejos, experiências e expectativas no ensino da História: Diálogo com a Teoria. In: SILVA, Adriana Maria Paulo da; SILVA, Lucas Victor; SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. **Qual ensino de História para a educação básica?**. Brasília: Rosivan Diagramação & Artes gráficas, 2022.

SILVA, Leonardo Dantas. **Arruando pelo Recife**. 2. ed. Recife, PE: Cepe, 2021.

SILVA, Leonardo Dantas. **Holandeses em Pernambuco**: 1630-1654. Instituto Ricardo Brennand, 2005.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Existe identidade histórica no novo Ensino Médio? O perigo em navegar na interdisciplinaridade curricular. In: CERRI, Luis Fernando; ANDRADE, Juliana Alves (org.). **Os presentes do ensino de História**: (re)construção em novas bases. Recife: ABEH; Editora Universitária UFRPE, 2023.

TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicais**. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2013. 108 p. il. (Caderno Temático; 3).

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 38-48. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 5).

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal **Sillogés**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2018.

TOSCANO, F. São Jorge e o Dragão Tropical: breve história da Maçonaria de Pernambuco e sua Loja Inglesa. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, v. 19, n. 2, p. 350-372, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v19i2.1018>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VASCONCELOS, Sandro; GIRÃO, Osvaldo. Como a Amsterdã brasileira deu lugar a uma Paris tropical: as transformações estruturais na cidade do Recife e seu espólio patrimonial contemporâneo. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 11, n. 1, p. 1-19, 2014.

VIANA, Iamara Silva da; MELLO, Juçara da Silva de. Educação patrimonial e ensino de História: diálogos. **Encontros**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 49-62, 2013.

ANEXO A - Cartas de Orientação e Folheto

As cartas de orientação foram criadas para serem manuseadas durante o percurso do roteiro. Elas identificam e trazem informações breves sobre os locais visitados, bem como direcionam de forma ordenada por onde deve ser seguida a rota.

Produzidas a partir da construção de uma apresentação de slide por powerpoint, podemos colocar todas as informações necessárias para o roteiro contendo, no caso da Rota das Revoluções, um breve histórico, um cronograma dos principais fatos, as bandeiras dos movimentos e a ordem de visitação dos monumentos.

O folheto abaixo foi organizado com o aplicativo Canva para conter todas as informações contidas nas Cartas de Orientação, bem como o mapa como os pontos em que estão situados os locais onde ocorreram os acontecimentos relativos à Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824 pelas ruas do Centro do Recife.

As cartas de Orientação e o panfleto do roteiro seguem uma ordem de visitação de forma que comecem do Forte do Brum até o Forte de Cinco Pontas. Segue abaixo a ordem das visitas:

- 1- Forte do Brum
- 2 - Marco Zero
- 3 - Palácio do Campo das Princesas
- 4 - Praça da República
- 5 - Arquivo público de Pernambuco
- 6 - Ponte Maurício de Nassau
- 7 - Praça Dezesete
- 8 - Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo
- 9 - Edifício Sulacap
- 10 - Basílica do Carmo
- 11 - Igreja de Nossa Senhora do Terço
- 12 - Forte de Cinco Pontas

O professor é livre para optar pela escolha do material de apoio dos roteiros que melhor for colocado para sua aula de campo. Tanto as cartas de Orientação quanto o folheto contém as mesmas informações, facilitando o manuseio de acordo com as necessidades e realidade financeira de cada professor/escola. Se puder ser algo produzido para todos os alunos, a opção dos folhetos é ideal. Porém, se os recursos não forem suficientes, a opção por

imprimir as cartas de Orientação, plastificando-as e colocando à disposição do grupo também pode ser algo fácil de socializar as informações para o grupo.



Rota das Revoluções: 1817 e 1824

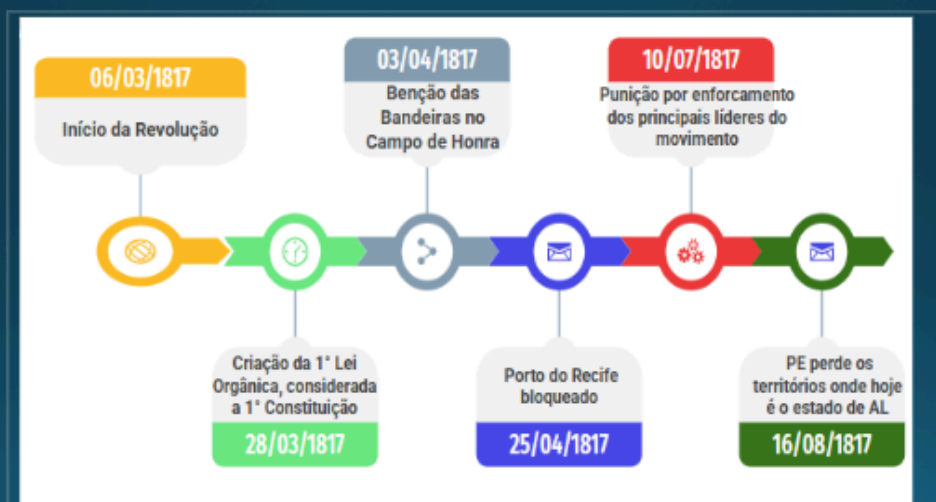
Uma jornada histórica pelo Centro do Recife, desvendando os monumentos que testemunharam as Revoluções de 1817 e 1824.

 por LUCIANA XAVIER VIANA

Breve Histórico 1817

Insatisfeitos com o alto custo dos impostos direcionados à Pernambuco, a elite local juntamente com os militares e os padres influenciados pelos ideais iluministas organizaram uma revolução a partir de 6 de março de 1817 proclamando uma República, abolindo os impostos criados por Dom João IV, estabelecendo liberdade de imprensa e de crença, instituindo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a manutenção do trabalho escravo.

Cronologia dos Acontecimentos 1817



Breve Histórico 1824

A Confederação do Equador foi um movimento iniciado em Recife, no dia 2 de julho de 1824, com a adesão das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Surgiu em fato à dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e à imposição da Constituição Outorgada de 1824 por Dom Pedro I. A revolta também foi motivada pela nomeação de Francisco Paes Barreto para o cargo de presidente da Província de Pernambuco, substituindo Manoel Paes de Andrade, o que gerou descontentamento. O movimento contou com o apoio de diversas classes sociais.

Cronologia dos Acontecimentos 1824



Bandeira da Revolução Pernambucana de 1817

Descrição da Bandeira

A cor azul simbolizava o céu; a cor branca a paz; o arco-íris, vermelho, amarelo e branco, nova era, de paz, amizade e união, as três estrelas representavam PE, PB e RN.



Bandeira da Confederação do Equador de 1824

Descrição da Bandeira

A cana e o algodão representando a riqueza da região, as estrelas representando PE, PB, PI, CE, RN, AL. A Cruz com esperança na justiça, e os ideais de Independência, União, Religião e Liberdade.



O Forte do Brum: Defesa e Prisão



Construção e Ocupação

Construído em 1629, o Forte do Brum teve papel estratégico na defesa do Porto do Recife. Foi ocupado pelos holandeses em 1630. Hoje abriga o atual Museu Militar do Recife, administrado pelo Exército Brasileiro.



Refúgio e Prisão

Em 1817, abrigou o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro durante a Insurreição Pernambucana. Também serviu como prisão para líderes da Confederação do Equador de 1824 como Cipriano Barata e Manuel de Carvalho Pais de Andrade.



Marco Zero: Do Porto à Praça

1 História do Porto

O Porto do Recife foi fundamental para o desenvolvimento da cidade, impulsionado pela produção açucareira.

2 Bloqueio e Manifestações

O Porto foi palco de momentos históricos como o bloqueio durante as revoltas de 1817 e 1824.

3

Ponto Turístico

Atualmente, a Praça do Marco Zero é um ponto turístico e palco de eventos culturais.



Palácio do Campo das Princesas: Sede do Governo

Casa do Erário

O antigo Edifício do Erário Régio, localizado próximo ao Palácio, abrigava 600 contos de reis, alvo dos revolucionários de 1817.

Governo Provisório

O local foi a sede do governo provisório da República Pernambucana em 1817, demonstrando sua importância estratégica para o movimento.

Momentos da Revolução: Campo de Honra e Praça da República

Bênção das Bandeiras

O local sediou a Bênção das Bandeiras em 2 de abril de 1817, um momento crucial para o movimento.

Execuções

Após a derrota da revolta, líderes como Domingos Tenório, Ignácio Nóbrega e José de Barros Lima foram enforcados no local.

Homenagem aos Mártires

A Praça da República abriga monumentos em homenagem aos líderes da Revolução de 1817, perpetuando a memória do movimento.



Arquivo Público: Casa de Câmara e Cadeia

1

Construção:

A edificação foi construída em 1732, originalmente como a Casa de Câmara e Cadeia do Recife.

2

Confederação do Equador:

A Casa de Câmara foi transferida para a Praça Dezessete durante a Confederação do Equador em 1824.

3

Prisão de Frei Caneca:

Frei Caneca foi preso neste local em 1824, durante a Confederação do Equador.





Praça Dezesete: Um Mosaico Histórico

1

Transferência da Casa de Câmara

A Casa de Câmara foi transferida para a Praça Dezesete durante a Confederação do Equador.

2

Homenagem à Revolução

A Praça Dezesete foi erguida em homenagem à Revolução Pernambucana de 1817.

3

Colégio dos Jesuítas e Igreja dos Calvinistas

O local abrigou o Colégio dos Jesuítas e, anteriormente, a Igreja dos Calvinistas franceses, durante o período Nassoviano.

Antigo Palácio Velho - Localizado no Fórum Thomaz de Aquino, esquina da Praça Dezesete com R. Imperador Dom Pedro II.

No século 19, o antigo Colégio da Companhia de Jesus, foi destruído para que o Palácio do Governo pudesse ser construído. O governador Caetano Pinto estava presente quando a Revolução começou. Ele deixou o palácio e se refugiou no forte do Brum. No começo do século 20, o Grande Hotel operou nas instalações do antigo palácio. Hoje em dia, o edifício é de propriedade do Tribunal de Justiça do Estado.



Placa de azulejo Localizado na fachada da antiga Livraria Ramiro Costa, perto da atual Ponte Maurício de Nassau.

A Ponte Maurício de Nassau era a única travessia construída em 1817 que ligada o Bairro do Recife ao Bairro de São José. Houve uma tentativa de destruí-la na ocasião para isolar os revolucionários.



Antigo Quartel do Regimento de Artilharia - Fachada do Edifício Seguradora, esquina da Av. Dantas Barreto

Local onde houve o conflito quando o brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa de Castro foi assassinado ao realizar ordem do governador local de prender supostos envolvidos em uma conspiração. Esse assassinato foi cometido pelo capitão José de Barros Lima (o Leão Coroado), que reagiu à voz de prisão realizada pelo brigadeiro.



Basílica e Convento do Carmo

A construção da igreja iniciou-se em 1665 e a conclusão do Convento ocorreu em 1730. Frei Caneca entrou para o Convento do Carmo do Recife em 1796; Anunciou seus votos em 1797; Ordenou-se em 1801, tomando como nome Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, firmando assim o compromisso religioso nesta Ordem.



Igreja de Nossa Senhora do Terço

A igreja foi construída no século XVIII e reconstruída na segunda metade do século XIX. Está inscrito na entrada da igreja: Aqui Frei Caneca foi despido de suas vestes sacerdotais. O carmelita foi julgado e sentenciado à morte por enforcamento. Sua cabeça e mãos foram raspadas, simbolizando assim a retirada dos seus compromissos eclesiásticos.



Forte de Cinco Pontas

Local de prisão dos suspeitos envolvidos na morte de europeus, de um dos líderes do movimento da Insurreição Pernambucana de 1817, Domingos José Martins. Também local da execução do Frei Caneca (envolvido tanto na Revolução Pernambucana de 1817 quanto na Confederação do Equador de 1824) que terminou sendo fuzilado visto que os seus carrascos se recusaram a executar a pena por enforcamento. O seu fuzilamento ocorreu em 13 de janeiro de 1825. Seu corpo foi deixado em frente à Igreja do Carmo onde os frades o recolheram e sepultaram em local não identificado até hoje, dentro do Convento.



ANEXO B - Folheto rota das revoluções

ROTA DAS REVOLUÇÕES: 1817 E 1824

Uma jornada histórica pelo Centro do Recife, desvendando os monumentos que testemunharam as Revoluções de 1817 e 1824.

Breve Histórico 1817

Insatisfeitos com o alto custo dos impostos direcionados à Pernambuco, a elite local juntamente com os militares e os padres influenciados pelos ideais iluministas organizaram uma revolução a partir de 6 de março de 1817 proclamando uma República, abolindo os impostos criados por Dom João IV, estabelecendo liberdade de imprensa e de crença, instituindo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a manutenção do trabalho escravo.

Breve Histórico 1824

A Confederação do Equador foi um movimento iniciado em Recife, no dia 2 de julho de 1824, com a adesão das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Surgiu em fato à dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e à imposição da Constituição Outorgada de 1824 por Dom Pedro I. A revolta também foi motivada pela nomeação de Francisco Paes Barreto para o cargo de presidente da Província de Pernambuco, substituindo Manoel Paes de Andrade, o que gerou descontentamento. O movimento contou com o apoio de diversas classes sociais.



Bandeira da Revolução Pernambucana de 1817

A cor azul simbolizava o céu; a cor branca a paz; o arco-íris, vermelho, amarelo e branco, nova era, de paz, amizade e união, as três estrelas representavam PE, PB e RN.

Bandeira da Confederação do Equador de 1824

A cana e o algodão representando a riqueza da região, as estrelas representando PE, PB, PI, CE, RN, AL. A Cruz com esperança na justiça, e os ideais de Independência, União, Religião e Liberdade.



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



VIRTUS IMPAVIDA

Rota das Revoluções
1817 e 1824



Um passeio histórico e sentimental pelos monumentos, ruas e praças do centro do Recife.

por LUCIANA XAVIER VIANA

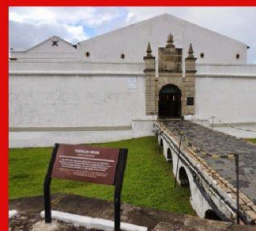
O FORTE DO BRUM: DEFESA E PRISÃO

Construção e Ocupação



Construído em 1629, o Forte do Brum teve papel estratégico na defesa do Porto do Recife. Foi ocupado pelos holandeses em 1630. Hoje abriga o atual Museu Militar do Recife, administrado pelo Exército Brasileiro.

Refúgio e Prisão



Em 1817, abrigou o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro durante a Insurreição Pernambucana. Também serviu como prisão para líderes da Confederação do Equador de 1824 como Cipriano Barata e Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

1

CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS 1817



CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS 1824



MARCO ZERO: DO PORTO À PRAÇA

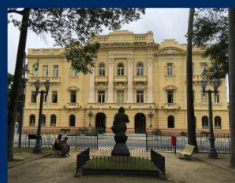
O Porto do Recife foi fundamental para o desenvolvimento da cidade, impulsionado pela produção açucareira. Foi palco de momentos históricos, como o bloqueio durante as revoltas de 1817 e 1824.

Atualmente, a Praça do Marco Zero é um ponto turístico e palco de eventos culturais.



2

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS: SEDE DO GOVERNO



Casa do Erário

O antigo Edifício do Erário Régio, localizado próximo ao Palácio, abrigava 600 contos de reis, alvo dos revolucionários de 1817.

Governo Provisório

O local foi a sede do governo provisório da República Pernambucana em 1817, demonstrando sua importância estratégica para o movimento.

3

4 MOMENTOS DA REVOLUÇÃO: CAMPO DE HONRA E PRAÇA DA REPÚBLICA

Bênção das Bandeiras

O local sediou a Bênção das Bandeiras em 2 de abril de 1817, um momento crucial para o movimento.

Execuções

Após a derrota da revolta, líderes como Domingos Tenório, Ignácio Nóbrega e José de Barros Lima foram enforcados no local.

Homenagem aos Mártires

A Praça da República abriga monumentos em homenagem aos líderes da Revolução de 1817, perpetuando a memória do movimento.



**ARQUIVO PÚBLICO:
CASA DE CÂMARA E CADEIA** **5**

Construção:
A edificação foi construída em 1732, originalmente como a Casa de Câmara e Cadeia do Recife.

Confederação do Equador:
A Casa de Câmara foi transferida para a Praça Dezesete durante a Confederação do Equador em 1824.

Prisão de Frei Caneca:
Frei Caneca foi preso neste local em 1824, durante a Confederação do Equador.



PRAÇA DEZESSETE: UM MOSAICO HISTÓRICO **6**

Transferência da Casa de Câmara
A Casa de Câmara foi transferida para a Praça Dezesete durante a Confederação do Equador.

Homenagem à Revolução
A Praça Dezesete foi erguida em homenagem à Revolução Pernambucana de 1817.

Colégio dos Jesuítas e Igreja dos Calvinistas
O local abrigou o Colégio dos Jesuítas e, anteriormente, a Igreja dos Calvinistas franceses, durante o período nassoviano.




7 **ANTIGO PALÁCIO VELHO - LOCALIZADO NO FÓRUM THOMAZ DE AQUINO, ESQUINA DA PRAÇA DEZESSETE COM R. IMPERADOR DOM PEDRO II.**

No século 19, o antigo Colégio da Companhia de Jesus, foi destruído para que o Palácio do Governo pudesse ser construído. O governador Caetano Pinto estava presente quando a Revolução começou. Ele deixou o palácio e se refugiou no forte do Brum. No começo do século 20, o Grande Hotel operou nas instalações do antigo palácio. Hoje em dia, o edifício é de propriedade do Tribunal de Justiça do Estado.



8 **PONTE MAURICIO DE NASSAU**

A Ponte Maurício de Nassau era a única travessia construída em 1817 que ligava o Bairro do Recife ao Bairro de São José. Houve uma tentativa de destruí-la na ocasião para isolar os revolucionários.



9 **ANTIGO QUARTEL DO REGIMENTO DE ARILHARIA**

Fachada do Edifício Seguradora, esquina da Av. Dantas Barreto.

Local onde houve o conflito quando o brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa de Castro foi assassinado ao realizar ordem do governador local de prender supostos envolvidos em uma conspiração. Esse assassinato foi cometido pelo capitão José de Barros Lima (o Leão Coroado), que reagiu à voz de prisão realizada pelo brigadeiro.




BASÍLICA E CONVENTO DO CARMO **10**

A construção da igreja iniciou-se em 1665 e a conclusão do Convento ocorreu em 1730. Frei Caneca entrou para o Convento do Carmo do Recife em 1796; Anunciou seus votos em 1797; Ordenou-se em 1801, tomando como nome Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, firmando assim o compromisso religioso nesta Ordem.



11 **IGREJA DE NOSSA SENHORA DO TERÇO**

A igreja foi construída no século XVIII e reconstruída na segunda metade do século XIX. Está inscrito na entrada da igreja: Aqui Frei Caneca foi despido de suas vestes sacerdotais. O carmelita foi julgado e sentenciado à morte por enforcamento. Sua cabeça e mãos foram raspadas, simbolizando assim a retirada dos seus compromissos eclesásticos.




12 **FORTE DE CINCO PONTAS**

Local de prisão dos suspeitos envolvidos na morte de europeus, de um dos líderes do movimento da Insurreição Pernambucana de 1817, Domingos José Martins. Também local da execução do Frei Caneca (envolvido tanto na Revolução Pernambucana de 1817 quanto na Confederação do Equador de 1824) que terminou sendo fuzilado visto que os seus carrascos se recusaram a executar a pena por enforcamento. O seu fuzilamento ocorreu em 13 de janeiro de 1825. Seu corpo foi deixado em frente à Igreja do Carmo onde os frades o recolheram e sepultaram em local não identificado até hoje, dentro do Convento.




MAPA DO TRAJETO

